



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente

AUDREY FERREIRA ROSA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO
PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO
DE MARTINÓPOLIS - SP**

PRESIDENTE PRUDENTE
2012

AUDREY FERREIRA ROSA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO
PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO
DE MARTINÓPOLIS – SP**

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

**PRESIDENTE PRUDENTE
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

AUDREY FERREIRA ROSA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO
PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO
DE MARTINÓPOLIS – SP**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da FCT-UNESP, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

**Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi
(Orientador)**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
(Examinador)**

**Prof. Ms. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
(Examinador)**

**PRESIDENTE PRUDENTE
2012**

**À minha filha Alice, que me dá a alegria
e a força necessária para seguir em frente**

AGRADECIMENTOS

Pode parecer fácil, mas é uma tarefa muito difícil agradecer devidamente a todos que me ajudaram a chegar o fim de mais esta etapa da minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus, pois creio que há um ser neste mundo que conspira a nosso favor para que as coisas aconteçam no seu devido tempo.

Agradeço aos meus colegas de faculdade: a Mariana, o Caio e o André, pessoas que entraram na minha vida no início da graduação e que se tornaram mais que amigos. Agradeço pela paciência que tiveram comigo pelo meu temperamento difícil e pela minha falta de tempo para realizar nossos trabalhos em grupo.

Agradeço a todos os professores que participaram do meu processo de aprendizagem, durante a graduação, agradeço pela dedicação e o empenho de todos em tentar transmitir o conhecimento que possuem.

Agradeço ao Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes, que me orientou nos primeiros anos da graduação e que me ajudou a encontrar meu caminho, embora talvez nem saiba quanto foi importante a sua passagem pela minha vida.

Agradeço a minha família, que me apoiou e me ajudou a chegar até aqui, principalmente a minha mãe, Tânia, que passou a maior parte desse ano cuidando da minha filha para que eu pudesse me dedicar à realização deste trabalho.

Agradeço a minha filha, Alice, pois sua existência me fez perceber a importância de se fazer um trabalho bem feito e fez me importar menos com as futilidades da vida.

Agradeço ao meu pai, Pedro, que sempre quis que eu cursasse a Faculdade de Geografia, que sempre me apoiou em minhas decisões me orientando quando foi necessário.

Agradeço principalmente ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, que mesmo sem me conhecer, agradeço pela oportunidade que me deu e por acreditar que eu tinha condições de desenvolver esse trabalho, agradeço também por dedicar seu tempo para lapidar os conhecimentos que eu já tinha e por suas contribuições durante esse curto período de tempo em que estive sob sua orientação.

Agradeço as pessoas que entrevistei durante as idas a campo, agradeço aqueles que me receberam com bom humor, e também aqueles que não foram tão receptivos assim.

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente da produção desse trabalho.

Muito obrigada.

Resumo

O agronegócio canavieiro tem se expandido pelo Brasil nos últimos anos, principalmente com os incentivos do governo, que financiou a construção e ampliação de destilarias e usinas de açúcar e álcool em todo o território nacional, assim como a expansão do cultivo da cana-de-açúcar. O estado de São Paulo é o principal foco de expansão do setor, sendo seus municípios impactados de forma importante. O Pontal do Paranapanema é uma das últimas fronteiras da cana-de-açúcar no estado, de forma que a cultura tem trazido transformações principalmente a partir de 2003. Desta forma, tomamos como caso de análise o município de Martinópolis, do qual investigamos algumas transformações na dinâmica econômica a partir de 2002, ano em que teve início a implantação da Usina Atena. Para isso, realizamos entrevistas com diversos sujeitos e analisamos dados estatísticos do IBGE, LUPA, MAPA e CANASAT. Cientes que essas alterações estão limitadas à economia capitalista de mercado, analisamos os benefícios e malefícios trazidos pela atividade da usina para a população como parte do crescimento econômico característico deste cenário, tomando para isso a própria perspectiva dos sujeitos locais. Paralelamente a este crescimento econômico, todas as demais formas de desigualdade e exploração da mais-valia também crescem o que não é compreendido nem percebido pelos moradores. Daí a necessidade de confrontar pontos de vista e discursos sobre o desenvolvimento promovido pelo setor sucroalcooleiro.

Palavras-chave: Setor sucroalcooleiro, Martinópolis, Usina Atena, crescimento econômico, Pontal do Paranapanema.

Abstract

The sugarcane agribusiness has expanded by Brazil in recent years, especially with government incentives, which funded the construction and expansion of distilleries and sugar mills and alcohol throughout the national territory, as well as the expansion of the cultivation of sugarcane sugar. The state of São Paulo is the main focus of expansion in the sector, and its municipalities impacted significantly. The Pontal do Paranapanema is one of the last frontiers of cane sugar in the state, so that the culture has brought transformations mainly from 2003. Thus, we take the case of the municipality of Martinópolis analysis, which investigated some transformations in economic dynamics from 2004, the year he began the deployment of Plant Athena. For this, we conducted interviews with several subjects and analyzed statistical data from IBGE, LUPA, MAPA and CANASAT. Aware that these changes are limited to the capitalist market economy, we analyze the benefits and disadvantages brought by the activity of the plant for the population as part of economic growth characteristic of this scenario, taking it to the very prospect of local subjects. Alongside this growth, all other forms of inequality and exploitation of surplus value also grow which is not understood or perceived by residents. Hence the need to confront views and discourses on development promoted by the alcohol sector.

Keywords: Sugarcane industry, Martinópolis, Atena Plant, economic growth, Pontal do Paranapanema.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Área plantada de cana-de-açúcar – 1990-2000-2010.....	35
Mapa 2 – Área cultivada com cana-de-açúcar.....	37
Mapa 3 – Localização do Pontal do Paranapanema – SP.....	39
Mapa 4 – Pontal do Paranapanema – Geografia das ocupações de terra- 1988-2010 – Número de Ocupações.....	45
Mapa 5 – Pontal do Paranapanema – Geografia dos assentamentos rurais - 1979-2010 – Número de assentamentos.	46
Mapa 6 – Pontal do Paranapanema – Geografia dos assentamentos rurais - 1979-2010 – Área dos assentamentos.	47
Mapa 7 – Área ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar em Martinópolis – 2003-2004- 2005-2006.	61

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Produção de açúcar nas regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul nas safras de 1950/51 e 1959/60.....	15
Gráfico 2 - Produção de álcool nas regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul nas safras de 1950/51 e 1959/60.	15
Gráfico 3 - Produção de açúcar em São Paulo e no Brasil nas safras de 1950/51 e 1959/60.....	16
Gráfico 4 - Produção de álcool em São Paulo e no Brasil nas safras de 1950/51 e 1959/60.	16
Gráfico 5 - Produção de açúcar (sacos de 60 kg), por região, na safra de 1968/69....	20
Gráfico 6 - Produção de álcool (anidro e hidratado em m ³), por região, na safra de 1968/69.....	20
Gráfico 7 – Distribuição das cotas de Produção (Ato nº 22/71 do IAA) e produção efetiva de açúcar no Brasil, em 1971.	22
Gráfico 8 – Produção de álcool, por safra, no Brasil, 1986/87 a 2002/03.....	29
Gráfico 9 – Produção de açúcar (em sacos de 60 kg) nas safras de 1940/41 a 1974/75 em São Paulo e no Brasil.....	33
Gráfico 10 – Produção de álcool (em m ³) nas safras de 1940/41 a 1974/75 em São Paulo e no Brasil.....	34
Gráfico 11 – Produção de álcool no estado de São Paulo – 1975-2011.....	36
Gráfico 12 – Produção de açúcar no estado de São Paulo – 1975-2011.....	36
Gráfico 13 – Produção de cana-de-açúcar (em toneladas) no Pontal do Paranapanema de 2000 a 2010.....	50
Gráfico 14 – Área (em ha) com cultivo de cultivo de cana-de-açúcar no município de Martinópolis no período de 2003-2012.....	60
Gráfico 15 – Rebanho bovino no município de Martinópolis-SP em 2005 e 2010....	62
Gráfico 16 – Produção (em toneladas) dos principais cultivares do município de Martinópolis, no ano de 2005 e 2010.....	63
Gráfico 17 – Número de entrevistados em Martinópolis – SP com parentes ou conhecidos trabalhando em usinas de açúcar e álcool.....	65

Lista de Tabelas

Tabela 1. Produção e número de Usinas e Destilarias anexas e autônomas, por região, na safra de 1968/69.....	20
Tabela 2. Produção de Álcool por Safra – 1975/76 – 1978/79.....	26
Tabela 3. Produção de Álcool por Safra –1979/80-1986/87.....	27
Tabela 4. Produção de álcool por safra de 2003/2004 a 2011/2012.....	30
Tabela 6. Produção de Cana-de-açúcar (em Toneladas) nos municípios do Pontal do Paranapanema 2000 – 2005.....	51
Tabela 7. Produção de Cana-de-açúcar (em Toneladas) nos municípios do Pontal do Paranapanema 2006 – 2010.....	52
Tabela 8. Número de cabeças de gado no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema.....	62

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 – Contexto histórico da agroindústria no Brasil.....	03
1.1 – A relação da estrutura fundiária com a expansão do agronegócio no Brasil e o intervencionismo Estatal.....	04
1.2 – Estratégias de planejamento a partir da criação do IAA em 1933.....	08
1.3 – O Programa Nacional do Alcool – Proálcool.....	24
Capítulo 2 – O agronegócio canavieiro no estado de São Paulo.....	31
2.1 – A expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.....	31
2.2 – A ocupação das terras do Pontal do Paranapanema.....	38
2.3 – A luta pela terra, a formação dos assentamentos rurais e o processo de territorialização do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.....	43
Capítulo 3 – A expansão do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.....	49
3.1 – As unidades produtivas instaladas no Pontal.....	53
3.2 – A cana-de-açúcar nos assentamentos rurais.....	56
3.3 – A expansão do capital canavieiro no município de Martinópolis.....	58
3.4 – Resultados obtidos através de entrevistas com os sujeitos locais.....	64
Considerações finais	70
Referências	72
Apêndices.....	76
Anexos.....	80

Introdução

A partir dos anos 70 houve uma importante expansão do setor sucroalcooleiro beneficiado pelos investimentos do governo. É neste contexto de expansão do setor sucroalcooleiro que o estado de São Paulo surge como grande produtor de cana-de-açúcar e consequentemente de açúcar e álcool, com a crescente instalação de usinas graças à fertilidade do solo, ao clima, ao grande mercado consumidor e aos investimentos do governo. Na década de 1990 o setor teve importante diminuição na expansão e somente em 2003 um crescimento importante foi retomado por conta das políticas do Governo Federal.

A expansão da produção da cana-de-açúcar e das usinas de açúcar e álcool tornou-se ao longo dos últimos anos um tema muito frequente em diversos trabalhos acadêmicos, pois envolvem muitas questões passíveis de estudo.

Os impactos causados ao meio ambiente pelo plantio da cana-de-açúcar, a poluição causada pela queima da palha da cana-de-açúcar para a realização do corte, a imigração da mão de obra no corte da cana-de-açúcar que gera uma demanda de serviços e infraestrutura, a poluição causada pelas usinas, os impactos causados na economia desses municípios e a deterioração do nível de vida do trabalhador, além de inúmeros outros relativos às questões ambientais e técnicas.

O presente trabalho analisa as alterações que o processo de instalação das usinas de açúcar e álcool produz nos municípios, avaliando alguns dos impactos sociais e econômicos deste processo tomando como caso o município de Martinópolis – SP, no Pontal do Paranapanema. Analisamos as mudanças ocorridas no município após o início da construção da Usina Atena e para isso usamos entrevistas e questionários realizados com autoridades e moradores do município.

No primeiro capítulo realizamos um levantamento histórico do processo da estrutura fundiária do Brasil, baseada na concentração de terras e na monocultura na produção agrícola, onde a cana-de-açúcar e seus subprodutos, desde o início da colonização, apresentam-se como produtos de fácil comercialização. Desta maneira, neste capítulo também está presente as políticas de planejamento do setor sucroalcooleiro no Brasil.

No segundo capítulo evidenciamos, por meio de revisão bibliográfica, como a relação entre políticas no Estado de São Paulo e a dinâmica do setor sucroalcooleiro interfere no processo de desconcentração de terras, enfraquecendo os movimentos sociais e promovendo a expansão da cana-de-açúcar em áreas destinadas a pecuária e outras culturas tradicionais dos municípios, até chegar no Pontal do Paranapanema, onde foi realizado um breve histórico das

transformações ocorridas nos últimos anos, no que diz respeito a entrada das plantações de cana-de-açúcar nos municípios que constitui o Pontal do Paranapanema, inclusive nos assentamentos rurais.

No terceiro capítulo será realizada uma análise da produção de cana-de-açúcar e de usinas de produção de açúcar e álcool nos municípios do Pontal do Paranapanema com ênfase no município de Martinópolis, área de estudo do presente trabalho. Analisamos as mudanças ocorridas com instalação da Usina Atena no município de Martinópolis, dos aspectos positivos e negativos, bem como das usinas da região, a Usina Alto Alegre, em Presidente Prudente, e a destilaria Dacal, em Parapuã, que também teve reflexos para o município e seus habitantes. O estudo buscou compreender a dinâmica econômica do município após a instalação da usina Atena, através dos dados estatísticos e da visão dos sujeitos que constituem o município, devido a necessidade de confrontar pontos de vista e discursos sobre o desenvolvimento promovido pelo setor sucroalcooleiro.

1 – Contexto histórico da agroindústria no Brasil.

A agroindústria brasileira tem suas bases na concentração de terras, em monoculturas produzidas em grandes extensões, no trabalho escravo ou assalariado precário, a partir da abolição da escravidão. Essa situação foi favorecida pela extensão territorial brasileira e principalmente pela forma como ocorreu a colonização brasileira, baseada em grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas, lógica esta que vem se reproduzindo até os dias atuais.

Para entender a lógica da produção do agronegócio canavieiro, até chegar ao município estudado neste trabalho, este capítulo destina-se ao resgate histórico das relações políticas e econômicas do Brasil desde o início da colonização Portuguesa até os dias atuais com ênfase na produção do agronegócio canavieiro e no século XX.

A partir da década de 1930, inicia-se um período de planejamento da agroindústria canavieira com a intervenção permanente do estado, através do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), que foi o principal agente de planejamento do governo, interferindo diretamente na produção de açúcar das usinas através do sistema de cotas, da instalação de novas usinas, da exportação do açúcar produzido no Brasil entre outras medidas durante o período de existência do IAA.

Entretanto a agroindústria canavieira brasileira vai se firmar como grande produtora de álcool, a partir da década de 1970, quando o Governo Federal lançou um novo programa de incentivo ao setor sucroalcooleiro, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que concedeu financiamentos para a construção de destilarias anexas as usinas de açúcar e para a construção de destilarias autônomas, além de estimular processos de fusões e incorporações de usinas, estimulando a concentração da produção de açúcar e álcool em grandes unidades produtivas, pelo fato do álcool ter se tornado uma fonte energética estratégica uma que o petróleo estava passando por uma fase de supervalorização devido a fatores externos.

Na década de 1990, o governo federal deixou o agronegócio canavieiro para segundo plano, assim o setor sucroalcooleiro adquire uma nova configuração, com a desregulamentação do setor e a abertura do mercado doméstico à concorrência internacional, neste período vai haver uma realocação de unidades produtivas bem como a incorporação de unidades menores pelos grandes grupos, que dominam a produção sucroalcooleira no país.

A partir de 2003, vão ocorrer políticas que estimularam novamente a produção do setor sucroalcooleiro, e que vão proporcionar a concentração fundiária e de renda com a entrada de grupos internacionais no setor.

1.1 – A relação da estrutura fundiária com a expansão do agronegócio no Brasil e o intervencionismo estatal

Para entender a participação dos entes políticos na formação das políticas fundiárias no Brasil é preciso fazer um resgate histórico de como se desenvolveu a ocupação das terras. A política fundiária no Brasil no Período Imperial estava voltada em conceder grandes áreas à nobreza portuguesa ou a quem prestasse serviços à Coroa de acordo com a lei de 1375 de Portugal e ainda nesse período foram realizadas as concessões de terras no sistema de Sesmarias no qual o proprietário das capitanias podia repartir as terras da forma como julgasse melhor, porém é necessário salientar que mesmo nesse período havia obrigatoriedade em ocupar a terra e produzir nela de modo a garantir a propriedade da terra.

A política fundiária no Brasil passa a ter um caráter mais decisivo na regularização de terras justamente com a Lei de Terras, pois a partir deste momento vão surgir grandes conflitos e gerar demandas que vão culminar em diversas ações do poder público no sentido de desenvolver políticas que minimizem uma série de contradições que vão surgir a partir da publicação desta lei, pois a referida lei transformava a terra em mercadoria onde só poderia ter acesso a terra quem tivesse poder aquisitivo para tal, beneficiando ainda mais o grande latifundiário.

Neste sentido, com a Constituição Federal de 1988, a União, os Estados e Municípios passam a ter papéis específicos no que diz respeito à Reforma Agrária e a regularização e legitimação da ocupação de terras públicas.

Para entender a lógica que operou essa expansão da cana, é necessário compreender esse processo de ocupação do Brasil desde o início da colonização baseada na agricultura extensiva, formada por grandes latifúndios e monoculturas que levaram as terras produtivas à exaustão.

O Brasil foi caracterizado por grandes ciclos econômicos baseados no setor agrícola e extrativista, o ciclo do pau-brasil (1500 a 1530), o ciclo do açúcar (1530 até século XVII), o ciclo do ouro (século XVIII) e o ciclo do café (1800 a 1930), ciclo da borracha (século XIX), ciclo da soja (1970 – atualmente).

O processo de ocupação do território brasileiro, baseado na concentração fundiária é um dos elementos fundamentais para se compreender a forma como tem ocorrido a expansão e a territorialização da cana de açúcar no Brasil. A concentração de terras é uma das características do não só do agronegócio como em todas as atividades capitalistas no campo, o agrava a questão agrária, pois sobrepõe os interesses individuais e impede que uma grande

parcela da população tenha acesso a terra para viver e produzir, além de gerar inúmeros conflitos em todo o território, que se intensificam no estado de São Paulo, especificamente na região do Pontal do Paranapanema. Assim o progresso da indústria canavieira consolida-se, mas não sem o acompanhamento de graves consequências econômicas e sociais, com ênfase na grande concentração da propriedade fundiária.

No início da colonização brasileira a economia nacional se constituiu no Tripé latifúndio-monocultura-trabalho escravo com o objetivo de produzir para o mercado externo caracterizando o período colonial pela dependência das exportações agrícolas e pela vulnerabilidade causada pelas crises no mercado internacional impedindo a industrialização e autonomia do país. Ainda no período Imperial o governo já demonstrava seu caráter intervencionista como pode ser verificado através do decreto nº 2687, de 6 de novembro de 1875, onde o governo Imperial, estimulava a modernização da lavoura canavieira do Brasil.

No artigo 2.º do Decreto n.º 2687, de 06/11/1875, o Governo Imperial estabelecia que:

Art. 2.º: É autorizado o Governo para garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de trinta mil contos de réis (30.000:000\$) às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados. (BRASIL, Decreto n.º 2687/75).

Por muitos anos a agricultura foi o principal setor na economia brasileira, mas o processo de industrialização a partir de 1930 e a crise açucareira de superprodução ocorrida em 1929 justificou as ações do governo federal na agroindústria canavieira, de acordo com Bray, Ferreira e Ruas (2000), para resolver o problema da superprodução de cana de açúcar e substituir o consumo de gasolina importada, foi implementado o decreto nº 19.717/31.

Para analisar a história da consolidação da agroindústria canavieira no Brasil, diversos autores vão propor diferentes recortes temporais para analisa o período. De acordo com Ramos (1999), a história de planejamento do governo na agroindústria canavieira é dividida em quatro períodos até 1985 onde ocorrem as transformações fundamentais para se compreender a atual conjuntura do agronegócio canavieiro no Brasil. O autor divide a história do intervencionismo Estatal caracterizado pelo planejamento em: “O advento e a consolidação das usinas” (de 1890 até 1930), “A administração dos conflitos e a tentativa de uma expansão equilibrada” (de 1930 até 1945), “A expansão diferenciada e as contradições do ‘desenvolvimento equilibrado’” (de 1946 até 1968) e a “Explicitação legal e a consolidação da produção integrada: o período recente e o advento do PROÁLCOOL” (de 1969 até 1985).

Assim, no período de 1830 a 1930, a produção de cana-de-açúcar encontrava-se concentrada na região Nordeste, no estado de São Paulo a produção de açúcar era muito pequena, pois havia predomínio da cafeicultura (RAMOS, 1999).

Entretanto a crise nos preços e a superprodução açucareira nordestina acabaram por fortalecer a produção no Rio de Janeiro e no estado de São Paulo que viria a ter a maior participação na produção da agroindústria canavieira do país.

Segundo Szmrecsányi (1976 p. 145-147), o intervencionismo estatal com uma experiência de planejamento do setor sucroalcooleiro no Brasil inicia-se a partir de 1930, porém o autor afirma que essa experiência não se apresentou de uma forma linear compreendendo etapas diferentes entre si. Para definir tais etapas o recorte cronológico do autor utiliza critérios políticos e econômicos. Assim Szmrecsányi (1978), divide o período de intervencionismo com planejamento estatal da agroindústria em seis etapas: Gênese do processo: até 1933; Organização e atribuições do IAA (1933 a 1941); A II Guerra Mundial e suas consequências (1942 a 1949); A reestruturação do Instituto (1942 a 1951); Crescimento do subsetor (1950 a 1959); Em busca de novas vinculações no mercado externo (1960 a 1968); Modificações institucionais (1965 a 1968); Políticas de concentração e de modernização (1969 a 1974); Diante de uma nova conjuntura (a partir de 1975).

A produção de cana de açúcar tem um histórico de intervenção do Estado, desde o período colonial e mostra-se com mais força a partir do século XX. Para incentivar a economia canavieira foi criado o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) na década de 1930. Na década de 1940, foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, o Estatuto da Lavoura Canavieira, por intermédio do decreto-lei nº 3855 em 1941 com o objetivo de regulamentar as relações entre os fornecedores de cana de açúcar e os usineiros. Na década de 60, tivemos a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pelo governo militar, que contribuiu para a construção e fortalecimento dos complexos agroindustriais (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000).

A produção e expansão da cana de açúcar e seus derivados (açúcar e álcool) foi caracterizada pelo forte intervenção estatal, desde o início da colonização ainda no século XVI e por mais de dois séculos a cana de açúcar foi a principal atividade econômica, sendo este um dos principais motivos da presença do Estado na economia açucareira.

A intervenção governamental na agroindústria canavieira tem uma longa história no Brasil, história essa que praticamente se confunde com a do próprio subsetor, o mais antigo e ainda um dos mais importantes ramos de atividades da economia nacional. Na verdade, o intervencionismo estatal na economia açucareira só não predominou durante o Império e nas primeiras

décadas do regime republicano. Ele foi intenso durante todo o período colonial e voltou a acentuar-se depois da revolução de 1930, quando passou a assumir suas atuais características, entre as quais figuram com destaque o planejamento. (SZMRECSÁNYI, 1979, p.161-162).

A importância econômica da atividade canavieira pode ser verificada pelas políticas públicas do Estado, através de programas e leis, que tinham como objetivo fortalecer e expandir a atividade canavieira desde o período colonial, com maior ênfase durante a Era Vargas, com a criação do IAA, e o período de ditadura Militar com a criação do Proálcool.

A partir de 1930 ocorre um deslocamento da indústria canavieira da região nordeste para a região Centro Sul. O aumento da produção acompanhado da necessidade de modernização da agroindústria canavieira com a finalidade de reduzir os custos da produção e aumentar a competitividade fez os produtores do nordeste pressionar o governo reivindicando medidas que contivessem a expansão e aumento da produção.

Assim começa um período caracterizado pelo forte intervencionismo estatal no agronegócio canavieira no Brasil. Uma das primeiras ações do governo foi o Decreto nº 19.717/31 que determinava que deveria ser adicionado 5% de álcool etílico anidro de procedência nacional ao total de gasolina importada, tornava obrigatório à todos os automóveis da União, dos Estados e dos Municípios o consumo de carburantes que contivessem pelo menos 10 % de álcool anidro, e isenção de impostos e taxas para importação de todo o instrumental necessário à montagem de destilarias de fabricação e redestilação de álcool anidro até 31/03/1932 (SZMRECSÁNYI, 1979)

As políticas de intervencionismo estatal continuam com a criação da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA) através do decreto nº de 20.761/31 e a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) onde teve início a fase de planejamento da agroindústria canavieira (BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000).

Em 1933, durante o governo Vargas foi criado, a partir da implementação do Decreto nº 22.789/33, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) dando início a uma fase de planejamento da agroindústria canavieira com intervenção estatal permanente, “a economia açucareira ficaria daí por diante encerrada dentro de um rígido sistema de quotas distribuídas entre as diferentes unidades produtoras.” (PRADO JR. 1987 p. 246-47).

1.2 – Estratégias de planejamento a partir da criação do IAA em 1933

O Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado a partir do decreto nº 22.789/33, com o objetivo de intervir tanto para estimular quanto para controlar a produção de açúcar e álcool sempre que fosse necessário. Um dos principais objetivos do IAA era estimular a produção de álcool carburante, a fim de escoar a superprodução da cana-de-açúcar, através do controle da produção, estabilização dos preços, isenção de impostos para a aquisição de novos equipamentos para as destilarias. Em 1933 a produção de álcool era de apenas 100.000 litros.

A partir da Criação do IAA tem início o processo de planejamento na agroindústria canavieira do Brasil.

Nasceu assim, a 1º de junho de 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool, com a finalidade expressa de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação de uma quantidade de matéria-prima ao fabrico de álcool. (BRASIL/AÇÚCAR, IAA, COLEÇÃO CANAVIEIRA Nº 8, 1972).

O IAA criado a partir do decreto nº 22.789/33 só tomou forma definitiva a partir do decreto nº 22.981/33, que não apenas regulamentou, mas também modificou o primeiro alterando seus dispositivos. Os principais objetivos da criação do IAA estão consubstanciados no artigo 4º do decreto nº 22.789/33:

Art. 4º Incumbe ao Instituto do Açúcar e do Alcool:

- a) assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima, a determinar, ao fabrico do álcool;
- b) fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis ou auxiliando, nas condições previstas neste decreto e no regulamento a ser expedido, as cooperativas e sindicatos de usineiros que, para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais;
- c) estimular a fabricação de álcool anidro durante todo o ano, mediante a utilização de quaisquer outras matérias-primas, (além da cana), de acordo com as condições econômicas de cada região;
- d) sugerir aos Governos da União e dos Estados todas as medidas que deles dependerem e forem julgadas necessárias para melhorar os processos de cultura, de beneficiamento e de transporte, interessando á industria do açúcar e do álcool;
- e) estudar a situação estatística e comercial do açúcar e do álcool, bem como os preços correntes nos mercados brasileiros, apresentado trimestralmente um relatório a respeito;
- f) organizar e manter, ampliando-o a medida que se tornar possível, um serviço estatístico, interessando á lavoura de cana e a industria do açúcar e do álcool nas suas diversas fase;

- g) propor ao Ministério da Fazenda as taxas, e impostos que devam ser aplicados ao açúcar ou ao álcool de diferentes graus;
- h) formular as bases dos contratos a serem celebrados com os sindicatos, cooperativas, empresas e particulares para a fundação de usinas de fabricação de álcool anidro ou para instalação, ou melhor, aparelhamento de destilarias nas usinas de açúcar, tomadas sempre as necessárias garantias;
- i) determinar, periodicamente, a proporção de álcool a ser desnaturado em cada usina, assim como a natureza ou formula do desnaturante;
- j) estipular a produção de álcool anidro que os importadores de gasolina deverão comprar por seu intermédio, para obter despacho alfandegário das partidas de gasolina recebidas;
- k) adquirir, para fornecimento às companhias importadoras de gasolina, todo álcool a que se refere a letra j;
- l) fixar os preços de venda do álcool anidro destinado às misturas carburantes e, bem assim, o preço de venda destas aos consumidores;
- m) examinar as fórmulas dos tipos de carburantes que pretenderem concorrer ao mercado, autorizando somente os que foram julgados em condições de não prejudicar o bom funcionamento, a conservação e o rendimento dos motores;
- n) instalar e manter onde e si julgar convenientes, bombas para fornecimentos de álcool-motor ao público;
- o) fornecer, por intermédio do órgão competente, os técnicos solicitados pelas repartições aduaneiras para medida de toda gasolina importada a granel, sem outro ônus para as empresas de gasolina além da taxa de dois réis papel por quilograma de gasolina importada, de que trata o art. 14 do decreto n. 20.356, de 1 de setembro de 1931, ficando assegurada ao Instituto do açúcar e do Álcool uma subvenção equivalente á arrecadação daquela taxa prevista no orçamento em vigor;
- p) apresentar anualmente um relatório da atividade desenvolvida, detalhando as operações realizadas com o banco ou consorcio bancário, com relação ao warrantagem de açúcar, a situação do comércio açucareiro, às operações realizadas com particulares para instalação de destilaria e tudo quanto se refere á fundação ou financiamento das destilaria centrais. (BRASIL, Decreto N° 22.789 de 1933).

Assim o IAA seria responsável por reerguer o setor sucroalcooleiro, eliminando a superprodução, controlando os preços e instalando destilarias e equipamentos para a produção de álcool anidro. A participação do IAA deveria ser mais intensa em relação ao álcool, abrangendo desde a instalação de grandes destilarias centrais até o monopólio da comercialização do álcool produzido no país, além de estabelecer cotas, preços de compra e venda do produto em todo o território nacional.

Quanto à intervenção do Estado na produção açucareira o IAA se limitaria a retirar do mercado a quantidade de açúcar necessária para reestabelecer o equilíbrio entre produção e consumo, quando julgasse conveniente e transformar em álcool o açúcar adquirido. Com o objetivo de estabilizar o preço do açúcar no mercado interno. Essa política de preços acabaria se constituindo em forte estímulo para o aumento da produção nos estados do Centro-Sul, apesar da proteção que o IAA formalmente pretendia dispensar aos produtores do Nordeste.

A primeira destilaria de fabricação de álcool anidro foi instalada em 1933 com a capacidade de 12 mil litros/dia, entretanto, segundo Coutinho (1958), a referida destilaria, localizada em Piracicaba – SP tinha uma capacidade de apenas cinco mil litros/dia e ainda não se encontrava em funcionamento na época da criação do IAA.

Para o financiamento dos programas básicos do IAA, o de defesa da produção açucareira e do investimento na produção de álcool anidro, cobra-se uma taxa de 3\$000 (três mil réis) por saco de açúcar produzido no país. A arrecadação e aplicação dos recursos seriam feitas por meio de um banco ou consorcio bancário e através de taxa sobre o litro de gasolina importada (SZMRECSÁNYI, 1979).

Para estimular a produção e o consumo de álcool no país foi atribuído ao IAA:

Instalar destilarias centrais de grande porte para a produção e desidratação do álcool; dar cobertura financeira as cooperativas, sindicatos, empresas e produtores de cana de açúcar para a instalação de novas unidades de produção de álcool anidro carburante; instalar e manter as bombas de álcool motor nos postos de gasolina (BRAY; FERREIRA e RUAS, 2000 p. 15).

A partir de 1937 as exportações mundiais de açúcar passam a subordinar-se ao regime de cotas estabelecidas pelo Acordo Internacional de Londres, do qual o Brasil era um dos participantes, tendo sido atribuído um limite de 60 mil TM (Toneladas Métricas) anuais.

No ano de 1939 funcionavam no Brasil 31 destilarias para a produção de álcool anidro carburante, com capacidade de produzir aproximadamente 5000.000 litros/dia. Em 1941 o numero de destilarias passou para 44 com capacidade para produzir mais de 600.00 litros/dia, em 1942 a produção já alcançava 800.000 litros/dia e correspondia a mais de 50% da produção alcooleira nacional, sendo que 92% dessas destilarias concentravam-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (SZMRECSÁNYI, 1979).

O IAA desenvolveu nas primeiras três décadas após a sua criação, planos anuais de Defesa da Safra, o primeiro plano de safra de 1939/40 fixava limite global de produção das usinas em 12.160 sacos de cana de açúcar, para um consumo estimado em 11.420 sacos. A diferença entre a produção e o consumo era denominada “cota de equilíbrio” era destinada a conversão em álcool.

As medidas de incentivo vão se intensificar ao mesmo tempo em que aumentava o envolvimento do Brasil na Guerra. A Comissão Executiva do IAA aumenta para 20% o teor da mistura de álcool anidro à gasolina.

Em 1941, com o objetivo de regulamentar a relação entre fornecedores e usineiros no setor canavieiro o governo promulgou o Estatuto da Lavoura Canavieira – Decreto-Lei nº.

3855/41, que intervia na relação entre os produtores de cana-de-açúcar e os usineiros e estabelecia entre outras medidas o salário mínimo do trabalhador rural canavieiro,

O IAA limitava a produção de açúcar por estado procurando manter a hegemonia da produção de açúcar nordestina, o estado de São Paulo, próximo dos grandes centros consumidores e com uma infraestrutura adequada de transporte, afetou essa hegemonia tornando-se o maior representante da produção nacional.

De acordo com Suguimoto (2011), o estado de São Paulo se tornou o maior produtor de açúcar e álcool,

Após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da ameaça de desabastecimento, o estado de São Paulo aumentou a produção. Em curto período de tempo, o estado multiplicou em 6 vezes a sua produção, chegando, na década de 1950, a ultrapassar o nordeste e a quebrar uma hegemonia de quase 400 anos de história da monocultura da cana. (SUGUIMOTO, 2011 p. 46).

Um dos fatores que levaram o estado de São Paulo a se tornar o principal produtor de açúcar deve-se ao início da Segunda Guerra Mundial, que refletiu substancialmente na principal característica do IAA: o controle da produção de açúcar.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o governo volta a intervir, porém no sentido contrário, em 1942, o IAA incentiva o aumento da produção de açúcar no Brasil. A insatisfação dos principais centros consumidores devido a diversos fatores, predominantemente os problemas ligados ao transporte determinaram a instalação das usinas e das lavouras de cana-de-açúcar para a região Centro-Sul, transferindo o eixo da agroindústria canavieira por completo até a década de 1950.

Assim a comissão Executiva do IAA baixava a Resolução nº 026/42, onde se visava o aumento da produção açucareira através da liberação da instalação de engenhos no Estado de São Paulo para atender a demanda interna.

Ainda em 1942 o decreto-lei 4722 de 22/09/1942 declarou a indústria alcooleira de interesse nacional e estabelece garantias de preço para o álcool e para a matéria-prima destinada a sua fabricação pelo prazo de quatro anos, a partir da safra 1943/44.

Art.1º A indústria alcooleira do país é declarada indústria de interesse nacional;

Art. 2º Pelo período de quatro anos, a contar da safra 1943/44, fica assegurado ao álcool anidro e ao álcool de graduação superior a 96º Gay Lussac, a 15º centígrados, quando produzido diretamente da cana de açúcar, de mel ou de outras matérias primas, o preço mínimo, por litro, de mil quatrocentos e cinquenta réis (1\$450) e mil e quatrocentos réis (1\$400), respectivamente. (BRASIL, Decreto-Lei N. 4.722 de 22/09/1942).

Pouco depois do Plano de Safra de 1942/43 a Comissão Executiva do IAA aprova em 30/07/1942 o Plano de desenvolvimento da produção do Alcool, que garantia a produção e o abastecimento de álcool no país (SZMRECSÁNYI, 1978). Neste período ocorre uma valorização das destilarias de álcool no Brasil, pois este produto passa a ganhar uma função de produto altamente estratégico para o país (BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000).

O Plano de Defesa de Safra de 1943/44, assim como o plano anterior vai incentivar ainda mais o aumento da produção no Centro Sul, autorizando uma produção extralimite de 15% pelas usinas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (SZMRECSÁNYI, 1978).

A partir da Resolução nº 116/45 o governo libera a transformação dos engenhos instalados durante a Segunda Guerra Mundial em usinas, que vai de encontro às exigências dos industriais paulistas, pois o decreto cria condições para o melhoramento técnico e transformação dos engenhos em usinas.

A tendência para o aumento da produção açucareira tornou-se ainda mais acentuada com o final da II Guerra e principalmente com o fim do Estado Novo. Neste período o Instituto sofria um combate intenso com os usineiros de São Paulo, que desejavam poder expandir a sua capacidade e os seus níveis de produção até os limites do consumo estadual e Regional (SZMERSCÁNY 1978 p. 44).

Em 1946 inicia-se uma fase de liberação e expansão do açúcar e do álcool no Brasil. O decreto lei nº 9827/46 teve papel fundamental para a expansão das usinas paulistas, pois flexibilizava uma das medidas do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, que proibia a aquisição de terras para a produção de matéria-prima. Permitindo as usinas utilizarem até 50% de terras próprias para a produção, conforme o artigo 5º da referida lei. Além de determinar uma revisão geral das cotas de produção do açúcar de usina atribuídas a cada um dos Estados.

Art. 5º As usinas poderão utilizar, com lavouras próprias, até 50% (cinquenta por cento) dos aumentos de cotas que lhes venham a ser concedidos com base no presente Decreto-lei, destinando a parte restante a fornecedores, lavradores ou colonos, de acordo com o plano que for apresentado pela usina e aprovado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. (BRASIL, Estatuto da Lavoura Canavieira, 1941).

O Estatuto da Lavoura Canavieira também surge para disciplinar as relações entre os usineiros e os fornecedores de cana, com o objetivo de minimizar os problemas gerados dessa relação como podemos observar nos artigos 17 e 18, do referido Estatuto.

Art. 17. Os proprietários ou possuidores de usinas são obrigados a receber dos seus fornecedores a quantidade de canas que for fixada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para transformação em açúcar ou álcool, de acordo com as disposições deste Estatuto.

Art. 18. Os fornecedores são obrigados a entregar à usina ou usinas a que estejam vinculados à quantidade de canas que for fixada, nos termos do artigo anterior. (BRASIL, Estatuto da Lavoura Canavieira, 1941).

Assim o Instituto, através da Resolução nº 125/46 eleva os limites da produção nacional do açúcar de usina para 23 milhões de sacos. Com a nova configuração da distribuição espacial da produção açucareira, aumenta para 46,8% a participação dos estados do Centro-Sul acelerando o deslocamento do eixo da produção canavieira, especificamente o estado de São Paulo. Em 1949, no Plano de Safra de 1949/50, através da Resolução nº 287/49, libera a produção de açúcar em todo o país, o mesmo vai ocorrer na safra de 1950/51, através da Resolução nº 378/50, com o objetivo de recompor os estoques internos afetados pela quebra da safra anterior, em decorrência da estiagem no Nordeste.

No início dos anos 1950, os produtores paulistas se uniram em cooperativas regionais a fim de obter ganhos de escala no refino, na distribuição, e em atividades correlatas, e em 1959 se uniram e originaram a Coopersucar. [...] A dificuldade de São Paulo em importar açúcar nordestino na década de 1940 motivou o IAA a abrir as quotas de produção na década de 1950, além de já ter autorizado a montagem de novas usinas, com quotas de produção de 400 sacas/safra, e a liberação de novas quotas às antigas naquela década. (TSUKADA apud RAMOS, 1999 p. 16).

Na década de 1950 passa ocorrer a expansão da produção canavieira, onde o estado de São Paulo começa a se firmar como principal produtor açucareiro do Brasil, segundo Santos 2009,

A década de 1950 foi marcada pela expansão da agroindústria canavieira, sobretudo em São Paulo, ocupando terras anteriormente destinadas ao cultivo do café, mantendo a estrutura fundiária vigente e, aos poucos, reforçando sua concentração. A partir desta década, o estado de São Paulo tornou-se o maior produtor de açúcar do país e, pela primeira vez desde o período colonial, Pernambuco perdeu a sua primazia. (SANTOS, 2009, p 110).

Em 1951 foi criado o Serviço técnico Agrícola (STA), compondo a Divisão de Assistência à Produção (DAP). O STA teve profunda participação no desenvolvimento de políticas para a produção açucareira se firmando definitivamente ao formular e por em prática o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar.

A Resolução nº 501/51 elevou a quota global de produção de açúcar de usina do país de 23,2 milhões para 33,4 milhões de sacos de açúcar. A produção nacional na safra 1949/50 foi

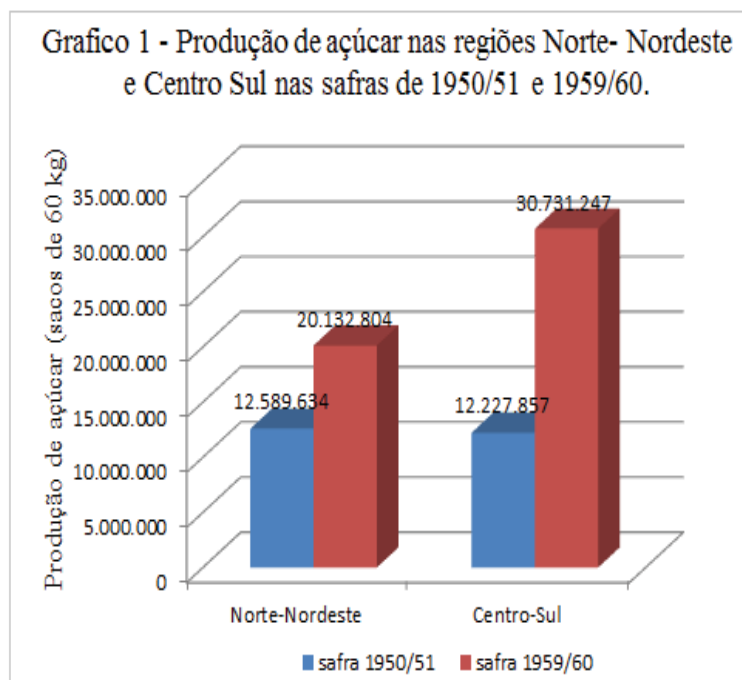
de 20,3 milhões de sacos, a produção continuou a crescer, na safra de 1950/51 atingiu 24,8 milhões e na safra de 1954/55 passou para 35,4 milhões de sacos. De acordo com ROSSETO, 2008, em 1955, a área ocupada pela cana-de-açúcar no Brasil atingia cerca de um milhão de hectares. A situação só não se tornou crítica devido a quebra da safra de 1955/56, revelando a existência de sérias distorções na política de defesa do açúcar, principalmente no volume de financiamentos concedidos pelo IAA e pelo Banco do Brasil para a comercialização do açúcar (ROSSETO, 2008).

Na safra de 1956/57 a produção atingiu 37,5 milhões de sacos, neste período houve uma melhoria do mercado interno devido ao aumento do consumo gerado pela industrialização e urbanização no governo Juscelino Kubistchek e ao aumento da demanda do mercado externo. Esses fatores levaram o Instituto, através da resolução nº 1287/57, a elevar a produção das usinas para mais de 47,4 milhões de sacos, devendo ser repartidos entre as usinas proporcionalmente à maior produção alcançada por cada uma entre as safras de 1951/52 e 1956/57, cancelando as quotas de produção atribuídas a vários Estados. (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

A alternativa do Instituto foi tentar reduzir a produção, ou impedir que ela continuasse aumentando, através do Plano de Safra 1959/60 (Resolução nº 1380/39) fixando a produção açucareira em cerca de 50,9 milhões de sacos, outra medida adotada pelo IAA depois da divulgação do Plano de safra foi a de reforçar a sua ação fiscalizadora junto aos produtores através das Resoluções nº 1402/59 e 1419/59 (SZMRECSÁNYI, 1978).

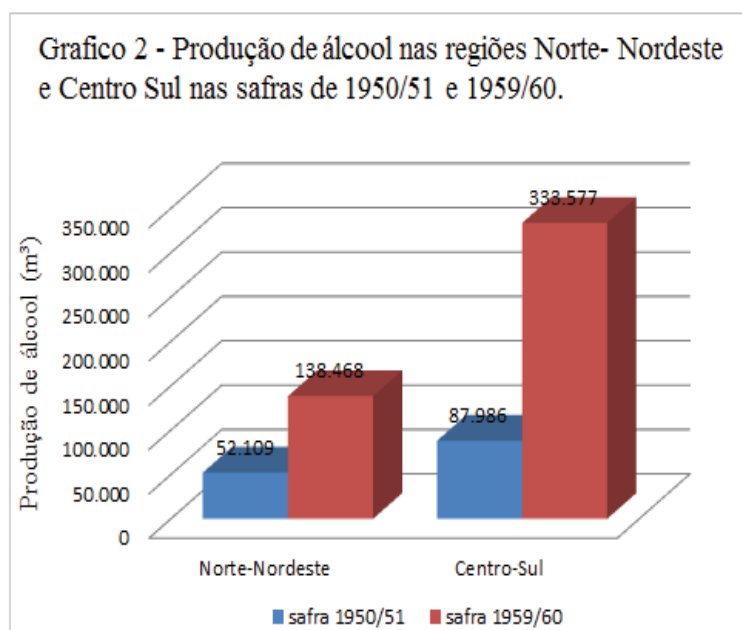
Na safra de 1950/51 havia 161 usinas na região Norte-Nordeste e 163 usinas na região Centro-Sul, sendo que 79 usinas encontravam-se no Estado de São Paulo. Quanto à produção de álcool, havia 66 destilarias na região Norte-Nordeste, enquanto na região Centro-Sul havia 108 destilarias anexas e autônomas, sendo que 50% das destilarias da região Centro-Sul estavam localizadas no estado de São Paulo (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

A comparação da produção de açúcar e álcool das safras de 1950/51 e 1959/60 evidencia que houve um aumento nacional da capacidade produtiva das usinas de açúcar e álcool. No início da década de 1950 a produção de açúcar foi de 24.817.491 sacos de 60 kg no final da mesma década a produção já atingia 50.864.051, ou seja, em uma década a produção aumentou mais de 15 milhões de sacos. Na safra de 1959/60 a produção do Centro-Sul era superior a 30.000.000 milhões de sacos de 60 kg (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000) (gráficos 1 e 2).



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000

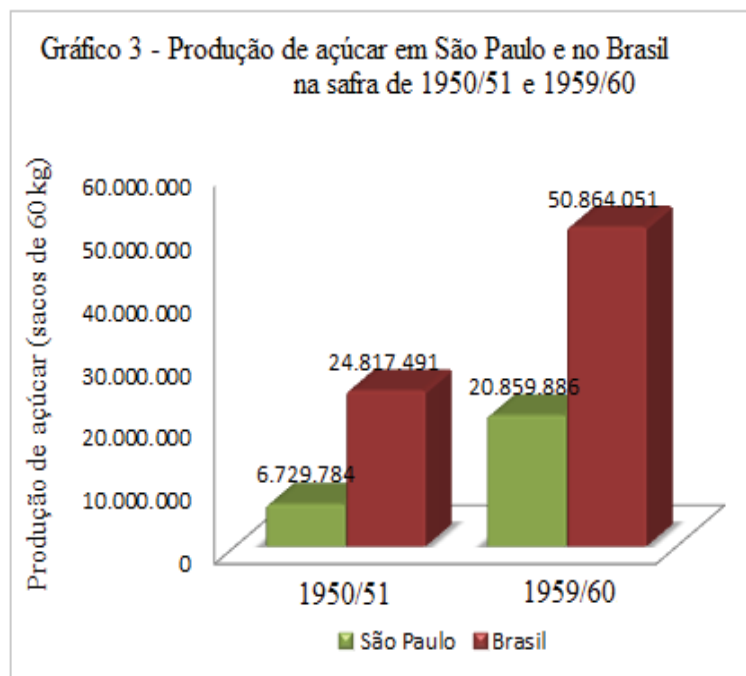
Conforme o gráfico 2, a produção de álcool na safra de 1959/59 cresceu 141% em relação a safra de 1950/51, sendo que 79,15% foi produzido na região Centro-Sul.



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000.

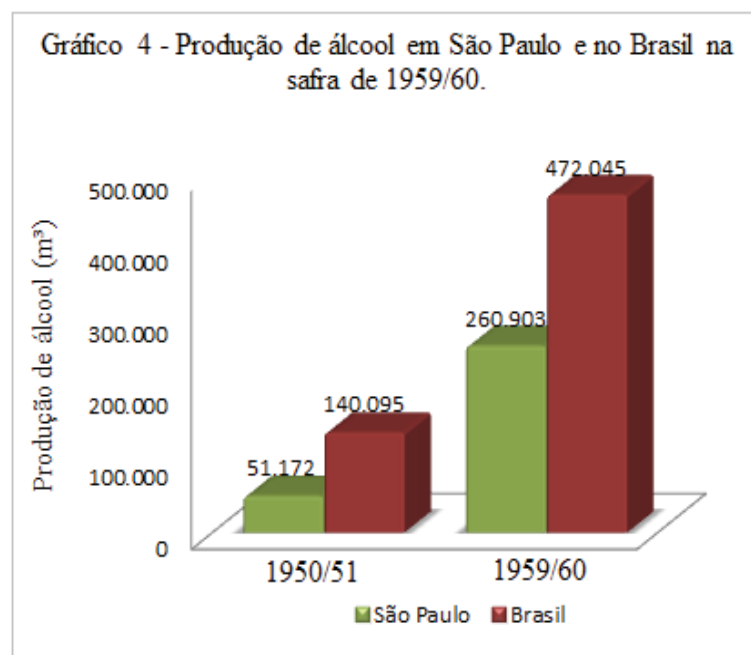
Essa configuração mostrava o início de uma nova fase para a agroindústria nacional com usinas de médio porte e delineando a hegemonia do estado de São Paulo na produção açucareira. E concretizando a mudança do eixo da produção da agroindústria canavieira para o Centro-Sul, mais especificamente para o Estado de São Paulo. Com base nos dados das

tabelas 1 e 2 (em anexo) e possível comprovar essa afirmação, pois na safra de 1951/60 o estado de São Paulo havia produzido 6.729.784 dos 24.817.491 sacos de 60 kg de açúcar produzidos no Brasil.



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000.

Oito anos depois, na safra de 1959/60 a produção de açúcar no estado de São Paulo foi de 20.859.886 sacos de 60 kg de açúcar dos 50.864.051 sacos de açúcar produzidos no Brasil e 260.903 m³ de álcool dos 333.577 produzidos no Brasil na mesma safra (gráficos 3 e 4).



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000.

A evolução da safra 1959/60 transcorreu dentro das previsões, entretanto uma série de eventos iriam alterar por completo as perspectivas da agroindústria canavieira do Brasil, provocando uma série de modificações nos objetivos e na organização de seu planejamento.

As primeiras medidas concretas visando o incremento das exportações de açúcar forma adotadas durante o governo de Jânio Quadros. O Provimento nº 1/61 estabeleceu normas para a centralização e a coordenação das atividades de exportação do açúcar e dos demais subprodutos da cana. Criou também um Grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de decreto criando no Instituto uma Divisão de Exportação. Essa proposta se transformou no decreto nº 50.818/61.

Art. 1º Fica criada na organização administrativa do Instituto do Açúcar e do Alcool a divisão de Exportação (D. Ex.), à qual compete:

I - promover todas as medidas necessárias à exportação de açúcar, álcool, mel e demais derivados da cana-de-açúcar, na forma de que for deliberado pelos órgãos próprios do Instituto.

II - manter entendimentos com os demais órgãos governamentais ligados aos problemas das exportações.

III- apresentar à Presidência do Instituto relatório mensal das atividades a seu cargo, propondo as medidas necessárias à melhor execução dos serviços. (BRASIL, Decreto nº 50.818, de 22/06/1961).

Durante o governo de João Goulart, o Poder Executivo Federal baixou o decreto nº 156/61 criando no IAA um Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, sua criação foi motivada pelo aumento das vendas para o mercado externo, assim o financiamento das exportações passou a ser atribuição permanente do IAA. A produção da safra 1961/62 atingiu 56,4 milhões de sacos de açúcar, entretanto as duas safras seguintes renderam uma produção de 51 milhões de sacos.

Em 1962 o IAA firmou um convênio com o Banco do Brasil para o amparo financeiro de projetos destinados a assegurar um melhor aproveitamento da terra das zonas canavieiras e garantir o abastecimento de matéria-prima para a indústria açucareira e a diversificação da produção agrícola regional.

Em 1963 foi encaminhado pelo Ministro da Indústria e Comércio ao Presidente da República o Programa Diretivo para a Política Açucareira e alcooleira, esse programa foi chamado de Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, tendo por objetivo alcançar uma produção de 100 milhões de sacos até 1971.

A ampliação do limite global de produção das usinas para 100 milhões de sacos foi sancionada pelo IAA através das Resoluções nº 1761/63 e nº 1762/63.

Esse incremento era de 38 milhões de sacos em relação à capacidade do parque industrial estimada em 62 milhões de sacos. Sendo assim cerca de 60% da produção adicional

seriam distribuídos entre as usinas já existentes e em vias de instalação, os 40% restantes seriam destinadas as 50 novas usinas previstas pelo Plano de Expansão Açucareira.

Os candidatos às cotas das novas usinas deveriam apresentar em suas propostas ao Instituto, tais propostas seriam julgadas e classificadas pela Comissão de Montagem de Novas Usinas, especialmente constituída para esse fim (RUAS, 1996).

O Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional começou a ser executado em 1965. Na safra de 1964/65 a produção brasileira chegou á 59,4 milhões de sacos, para um consumo interno de 46,8 milhões de sacos. Entretanto a situação se torna complicada na safra de 1965/66 quando a produção atinge 75,9 milhões de sacos para um consumo de 46,4 milhões de sacos acarretando uma crise na agroindústria canavieira. A crise causada pela superprodução, a queda dos preços do açúcar no mercado interno e a falta de mercados para escoar os excedentes gerou conflitos entre as usinas e seus fornecedores necessitando da intervenção estatal que só ocorreu quando a crise já havia atingindo o seu auge (SZMRECSÁNYI, 1978).

Nesse período o IAA presenciava o debilitamento da sua autoridade, provocada ao longo dos anos pela transferência de suas atribuições para outras entidades. A partir de 1963 a fixação dos preços passou a ser feita pela SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento, criada pela Lei Delegada nº 5 de 26/09/1962.

A partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, o Instituto deixa de supervisionar as relações entre os trabalhadores, os fornecedores e os usineiros. Em 1964 a concessão de financiamentos para a agroindústria canavieira passou a subordinar-se as determinações do Conselho Monetário Nacional, enquanto que os empréstimos para reerguimento, modernização e expansão do parque industrial açucareiro seriam responsabilidade do Banco Brasil (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000).

Assim sendo, mesmo sem reconhecer essas causas o governo decidiu intervir através da Lei nº 4870 de 01 de dezembro de 1965, que permitiu ao IAA reestabelecer certa disciplina.

No primeiro artigo da referida lei fica claro que o IAA vai intervir novamente nas cotas de acordo com as necessidades daquele momento e evitar uma superprodução,

Art. 1º Os aumentos ou reduções de quota de produção de açúcar no País serão fixados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), tendo em vista as necessidades de consumo interno e as possibilidades de exportação para o mercado internacional.

Art. 5º O I.A.A. poderá fixar, nos seus Planos Anuais de Safra, uma quota de retenção de até 20% (vinte por cento) da produção nacional de açúcar, para a constituição de um estoque regulador do abastecimento dos centros consumidores, estabilização dos preços no mercado interno e cumprimento de acordos internacionais. (BRASIL Lei nº 4870 de 1965).

Outras providências foram adotadas pelo IAA através do Plano de Safra para 1966/67, limitando a produção em 65 milhões de sacos. Já a elaboração do Plano de Safra de 1967/68 foi precedida por um levantamento dos custos da produção, permitindo um reajuste nos preços oficiais e a elevação de mais de 44% nos financiamentos destinados ao setor. Essas providências e o controle do limite da produção propiciaram maior segurança e aproveitamento para a agroindústria canavieira.

Ainda em 1967 os EUA se firmaram como principal mercado externo para o açúcar brasileiro absorvendo quase 50% do total de exportações, essa relação iria se manter nos anos subsequentes. As medidas adotadas em 1965 foram aprofundadas em vários decretos e leis do Governo Federal e Resoluções do IAA. Paralelamente o Governo tentou adotar uma política diferenciada para a agroindústria do Nordeste, cuja origem dos problemas era de caráter estrutural.

Entre as medidas subsequentes o Decreto nº 59.033-A de 08/08/1966 que criou o GERAN – Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste que resultou dos estudos das recomendações do GTIA – Grupo de Trabalho Interministerial do Açúcar, constituído pelo Governo Federal em junho de 1965 para estudar os problemas socioeconômicos da Zona da Mata do Nordeste cujo fulcro residia na dominância do latifúndio canavieiro.

No campo organizacional a principal modificação foi introduzida pelo Decreto nº 61.777 que ajustou o IAA à Lei da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200 de 25/02/1967), por meio deste decreto a Comissão Executiva passou a denominar-se Conselho Deliberativo, e sua presidência ficou atribuída ao representante do Ministério da Indústria e Comércio ao qual o Instituto já se achava vinculado desde 1960 além desse, o novo órgão tinha representantes dos ministérios da Fazenda, Agricultura, Transporte, Planejamento, Interior e Trabalho além de pelo menos um representante do Banco do Brasil, dois usineiros e dois fornecedores de cana.

Neste período as políticas para o campo são voltadas para o desenvolvimento do capitalismo no campo através da modernização da agricultura. Essa modernização vai acirrar ainda mais as dificuldades encontradas pelo pequeno agricultor, como pode ser observado em Chivoetti (1999),

Com a instalação da ditadura militar em 1964, o Estado passou a implementar, de forma articulada com sua política econômica geral, medidas voltadas para o desenvolvimento e a expansão do capitalismo no campo. Uma dessas medidas foi o incentivo à concentração e centralização do capital na agroindústria canavieira de Pernambuco e São Paulo. Por

outro lado, tratou de colocar amarras na luta pela reforma agrária. (CHIVOETTI, 1999, p 151).

A partir de 1969 iniciam-se as políticas de concentração e modernização, a primeira medida neste sentido, no campo agrônomo, foi o ato nº11/69 pelo qual foram criados o Laboratório Agroindustrial de Piracicaba e a Estação Experimental de Cana-de-açúcar de Araras, ambos no estado de São Paulo. O primeiro destinado à execução de análises química de álcool, açúcar e outros derivados de cana bem como de análise de solos, de fertilizantes e foliares, o segundo tinha por objetivo a produção de novas variedades de cana-de-açúcar e o estudo de práticas culturais adequadas a lavoura canavieira (RUAS, 2000).

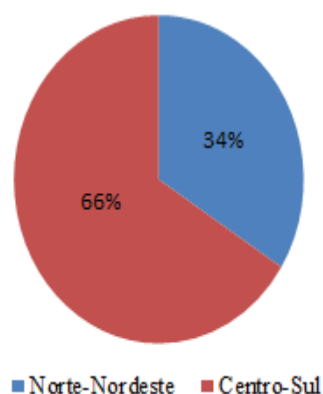
Como pode ser observado na tabela a seguir, apesar de diminuir o número de usinas, começa a aumentar a produtividade das usinas, a região Centro-Sul foi responsável pela produção de 45 milhões de sacos de açúcar de 60 kg, dos 68 milhões produzidos na safra de 1968/69. A região Centro-Sul é responsável por 66% de toda a produção nacional de açúcar, e por 75% da produção nacional de álcool (gráficos 5 e 6).

Tabela 1. Produção e número de Usinas e Destilarias anexas e autônomas, por região, na safra de 1968/69.

Regiões	Produção de Açúcar (sacos de 60 Kg)	Numero de usinas	Produção de Álcool (m³)	Numero de destilarias anexas e autônomas
Norte-Nordeste	23.279.697	102	118.860	52
Centro-Sul	45.250.748	168	354.785	129
Brasil	68.530.445	270	473.645	181

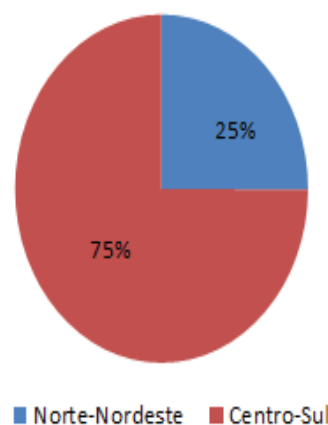
Fonte: Dados extraídos de BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000 e modificado pela autora.

Gráfico 5 - Produção de açúcar (sacos de 60kg), por região, na safra de 1968/69



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000.

Gráfico 6 - Produção de álcool (anidro e hidratado em m³), por região, na safra de 1968/69



Fonte: Dados extraídos de Bray, Ferreira e Ruas, 2000.

Em 1971 foi institucionalizado o Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-açúcar, homologada pelo Ministro da Indústria e do Comércio. Com base nesse ato administrativo foi criada junto ao Instituto uma nova entidade o PLANALSUCAR, encarregado de por em pratica o referido programa, no mesmo ano o PLANALSUCAR caracterizou as cinco áreas do Estado de São Paulo, historicamente constituídas, segundo Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 47).

A entidade em questão, dotada de relativa autonomia financeira e de considerável flexibilidade administrativa, começou a funcionar efetivamente em 1972. A criação da PLANALSUCAR visava reunir condições técnicas e administrativas destinadas a implantação e execução de projetos de pesquisa nos campos da genética, fitossanidade e agronomia com o objetivo de obter novas variedades de cana-de-açúcar ecologicamente especializadas e de elevado índice de produtividade.

Em 1972 o PLANALSUCAR passou a fazer parte do Plano Básico de desenvolvimento Científico e Tecnológico do Governo Federal, do ponto de vista do planejamento econômico da agroindústria canavieira do Brasil, o Programa de Melhoramento do PLANALSUCAR era um instrumento de melhoria da qualidade da matéria prima e de racionalização da produção (BRAY, FERREIRA E RUAS 2000, p 47-50)

Com a relação à racionalização foram adotadas medidas através da Lei nº 5654 de 14/05/1971, a qual formulou diversas normas relativas a produção de açúcar no país que além de estabelecer o novo limite oficial da produção de açúcar do país e tornar mais fácil a sua alteração através do tempo, o limite global de produção passou a ser o somatório de dois contingentes regionais, correspondente a soma das quotas das usinas situadas na região norte/nordeste e Centro Sul, diferente da soma dos limites globais dos Estados produtores como era até então.

Assim no inicio dos anos 70 o governo vai incentivar a concentração de unidades industriais em grandes empresas procurando melhorar a eficiência do setor, dessa forma, até a criação do Proálcool ocorreu um processo de incorporação das usina, pois embora tenha diminuído o numero de usinas, aumentou significativamente a produção de açúcar. Além disso, o Governo Federal, através da Lei 5654 fixou o contingente global de açúcar para o Brasil em 100 milhões de sacos de 60 kg, criou as regiões brasileiras produtoras de cana-de-açúcar e proibiu a transferência de cotas de uma região para outra. Neste período o IAA autorizou a comercialização de cotas de produção das unidades existentes dentro de uma mesma região produtiva (Norte-Nordeste e Centro-Sul), constituindo o 1º e o 2º artigo da referida Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido em cem milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos o limite global das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País.

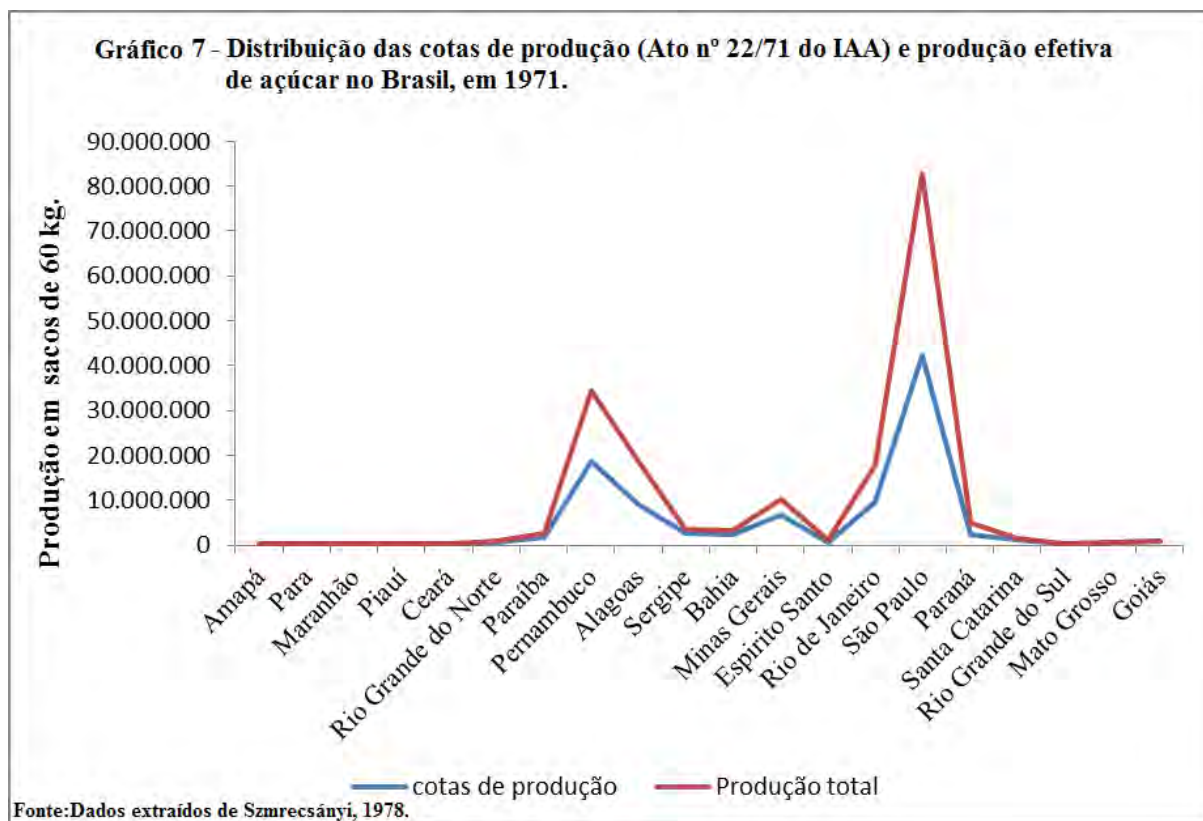
Parágrafo único. O Ministro da Indústria e do Comércio, tendo em vista as necessidades do consumo interno e de exportação, poderá aumentar o limite referido neste artigo.

Art. 2º. Para efeito de distribuição o limite global das cotas oficiais de produção, fixado no artigo anterior, fica dividido em dois contingentes regionais constituídos da soma das cotas das usinas de açúcar situadas em cada área geoeconômica abaixo indicada:

a) Região Norte-Nordeste: compreendendo a Região Norte (Estados do Acre, Amazonas e Pará; Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá) e a Região Nordeste (Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Território de Fernando de Noronha);

b) Região Centro-Sul: compreendendo a Região Sudeste (Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Guanabara e São Paulo), a Região Sul (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e a Região Centro-Oeste (Estados de Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal). (BRASIL, Lei nº 5654 de 1971).

Através da Lei 5645 o IAA vai baixar os Atos 20, 21 e 22 de maio de 1971 que estabeleciam novas cotas de produção, cancelavam as inscrições de 43 usinas, estabelecendo critérios para a revisão das quotas através de revisão trienal a ser estipulada a partir de 1974, reduzindo proporcionalmente as quotas das usinas que apresentassem rendimentos industriais menores que a média durante o ano.



Como pode ser observado através do gráfico o estado que possuía a maior cota de produção, no ano de 1971, era o Estado de São Paulo, seguido pelos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e Minas Gerais, que também possuíam cotas significativas embora suas cotas fossem menos da metade destinada ao Estado de São Paulo no período analisado, e também forma os principais Estados que produziram açúcar acima das cotas delimitadas pelo IAA.

Entretanto a principal medida da nova política para o setor foi o Decreto-lei nº 1186/71, em agosto de 1971, que revogou uma série de dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira procurando dar aos usineiros condições de alcançar maiores índices de produtividade e reduzir os custos da produção. O referido decreto concedia estímulos para a fusão, incorporação e racionalização de unidades industriais, além disso, o referido decreto autorizava a realocização de unidades industriais que tivessem cotas oficiais mínimas de 400.000 sacos de açúcar.

Art. 1º As empresas açucareiras que promoverem fusão, incorporação ou localização de suas unidades industriais, na forma deste Decreto-lei, farão jus aos incentivos fiscais e financeiros previstos nos Decretos-leis nº 1.137, de 7 de dezembro de 1970, e 1.182, de 16 de julho de 1971.

Art. 2º Serão concedidos estímulos financeiros aos fornecedores de cana que, nas condições previstas neste Decreto-lei, incorporarem novas cotas de fornecimento às cotas de que já são titulares (...).

Art. 4º O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar fusão, incorporação ou realocização de unidades industriais açucareiras, com as respectivas cotas oficiais de produção situadas na mesma região geoeconômica.

§ 1º Somente será autorizada a realocização de unidades industriais que tenham cota oficial mínima de 400.000 sacos de açúcar. (BRASIL, Decreto-Lei 1186 de 1971).

De acordo com as diretrizes da referida lei apenas os estados de São Paulo e do Paraná possuíam cotas mínimas de 400.000 sacos de 60 kg, o que beneficiou a reestruturação do setor nesses dois Estados.

No que diz respeito às exportações, com os preços pagos aos produtores, pelo IAA (único comprador) que eram inferiores aos valores médios e a conjuntura favorável das vendas internas, proporcionaram a formação de um elevado saldo no Fundo Especial de Exportação. Isso permitiu ao Instituto ampliar consideravelmente a sua política de modernização da agroindústria canavieira. Em 1968 ocorreu a expiração do Acordo Internacional do Açúcar,

Em 1974, o MLM volta a operar isento de qualquer controle. O momento favorável, com os preços em ascensão permitiu a exportação do açúcar brasileiro. O nível dos preços no mercado internacional foi atingido em novembro de 1974, ao final do mesmo ano a cotação já havia caído e em maio do ano seguinte ficou reduzida a menos de um quarto do nível alcançado em seis meses, e desde então a situação não se alterou substancialmente.

A consagração agroindustrial da cana-de-açúcar viria mais tarde influenciada pela crise do petróleo em 1973, que proporcionou a criação do Proálcool em 1975 visando a diminuir a dependência de importação de combustíveis derivados de petróleo que oneravam a balança comercial do Brasil (NATALE NETTO, 2007).

Na safra de 1974/75 a produção de açúcar vai ultrapassar os 100 milhões de sacos, e a produção de álcool vai ser de mais de 600.000 m³, o que representa um aumento considerável.

1.3 – O Programa Nacional do Álcool – Proálcool

A partir dos anos 70 houve um desencadeamento da expansão do setor sucroalcooleiro beneficiado pelos investimentos do governo através do Programa Nacional de Álcool (Proálcool), programa federal administrado pelo Ministério da indústria e do Comercio através da CENAL, Comissão Executiva Nacional do Álcool (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

O Proálcool surge como uma alternativa a crise do petróleo na década de 70, que teve como consequência a elevação dos preços do barril de petróleo, assim o governo brasileiro passa a buscar alternativas para diminuir a dependência do país e amenizar os efeitos da crise na economia, em 1975 é criado o Proálcool, através do decreto nº 76.593.

Existem vários estudos a respeito da criação do Proálcool, segundo AZEVEDO (2005),

Os altos preços do petróleo, decorrentes da política de preços dos países exportadores do produto e o endividamento externo crescente do Brasil passaram a ter importância fundamental na definição da política energética a ser adotada, fazendo surgir o interesse pela produção de álcool tanto por parte do governo, como dos usineiros. Desse modo, a situação conjunta destes dois mercados – o de açúcar e o do petróleo – acabou determinando a política nacional do álcool combustível, através da ação do Estado que alavancou e consolidou toda uma trajetória histórica de manutenção de privilégios para o seguimento do capital, destacando a sua implementação como solução para a crise do açúcar no mercado mundial e como um programa de alternativa energética (AZEVEDO, 2005, p. 17-18).

De acordo com SOUZA (2011), os reais objetivos da criação do Proálcool forma mascarados com o discurso de distribuição de renda, geração de empregos e melhores condições de trabalho e incentivo ao pequeno e médio produtor,

Os objetivos definidos no discurso de implantação do Proálcool foram de propiciar melhor distribuição de renda, gerar empregos, melhorar os níveis de instrução e de capacitação dos trabalhadores, aumentar a produção de alimentos, utilizando técnicas de plantio intercalado em um sistema de rodízio de culturas, além de incentivar a formação de cooperativas de pequenos e médios produtores. É desnecessário mencionar que nenhum desses objetivos foi perseguido quando implementado o Programa. (SOUZA, 2011 p. 87).

Segundo Michellon, Santos e Rodrigues, (2008, p. 3) para minimizar os efeitos da crise do petróleo o governo brasileiro incentivou pesquisas com objetivo de encontrar uma alternativa energética renovável para substituir o petróleo, propondo assim alguns programas tais como o Proálcool, que tinha como principais objetivos diminuir a dependência externa de combustível, economizar divisas, interiorizar o desenvolvimento, evoluir a tecnologia nacional, proporcionar o crescimento nacional da produção de bens de capital e gerar emprego e renda.

Assim para entender de que maneira o Proálcool atuou no Brasil e também no estado de São Paulo, será utilizado o critério adotado por Michellon, Santos e Rodrigues (2008, p. 3-16), onde o Proálcool pode ser dividido em quatro fases: Primeira Fase: 1975 – 1979, Segunda Fase: 1979 – 1986, Terceira Fase: 1986 – 2003 e Quarta Fase: 2003 em diante.

A primeira fase do Proálcool inicia-se devido ao primeiro choque do petróleo, o que levou o país a estudar novas formas de produção energética, sendo marcada pelo aumento da produção de álcool anidro, utilizado como aditivo a gasolina, na tentativa de diminuir a importação de petróleo e reduzir o déficit do balanço de pagamentos.

Para aumentar a produção de álcool o governo brasileiro vai conceder créditos subsidiados aos projetos aprovados pela CENAL, assim nessa primeira fase, de acordo com Bray; Ferreira e Ruas (2000),

As destilarias anexas às usinas dos Estados tradicionais açucareiros [...] receberam mais investimentos do que as destilarias autônomas dos respectivos Estados, conforme a participação no número de projetos enquadrados, em função do PROÁLCOOL ter surgido com o objetivo de resolver primeiramente o problema do usineiro nacional, em virtude da crise açucareira. (BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000, p 57-58).

Assim ficou sob responsabilidade da Petrobrás a compra, transporte, distribuição e a mistura de álcool a gasolina, também ficou a cargo do governo a determinação do preço de venda do álcool, segundo Michellon, Santos e Rodrigues (2008, p. 2).

Nessa primeira fase a produção do álcool que era de 555.600 m³ na safra de 1975/1976 chegou a 2.490.600 na safra de 1978/1978, representando um aumento considerável, embora moderado considerando os incentivos do governo para a produção de álcool.

Entretanto a efetiva queda dos preços do açúcar no mercado internacional, a criação de automóveis movidos a álcool hidratado em 1978 e o “segundo choque do petróleo” vão dar uma nova configuração a segunda fase do Proálcool no Brasil.

Tabela 2. Produção de Álcool por Safra no Brasil de 1975/76 a 1978/79.

Safra	Volume Produzido de Álcool (mil m3)
75/76	555.627
76/77	664.022
77/78	1.470.404
78/79	2.490.603

Fonte: Ruas, 1996 e modificada pela autora.

Na segunda fase do Proálcool: 1979 – 1986 continuam os projetos de instalação de destilarias anexas e autônomas em todo o território brasileiro passando a incentivar não só a produção de álcool anidro como a de álcool hidratado para o uso nos automóveis movidos a álcool e para utilização nos setores químicos, conforme Michellon, Santos e Rodrigues (2008, p. 5).

Outra característica importante dessa fase salientada por Bray; Ferreira e Ruas (2000) foi que o Proálcool só aprovou projetos de destilarias com capacidade de 60 mil litros/dia ou mais, dizendo ser essa a capacidade econômica mínima, a fim de atingir a meta de produção esperada para 1985, estabelecendo, assim, uma agricultura energética de caráter concentrador.

Essa característica do Proálcool [...] enfoca o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira-Alcooleira, colocado em prática a partir de 1971- apontando a necessidade de eliminarem as pequenas usinas do país, como também uma grande parcela de pequenos produtores. (BRAY; FERREIRA e RUAS, 2000, p. 65).

E também pelo fato da agricultura energética se tornar estratégica, envolvendo ministérios, órgãos federais, autarquias e órgãos estaduais, neste pensamento um número menor de grandes empresas seria mais fácil de controlar do que pequenas unidades distribuídas por todo o território.

A segunda fase do PROÁLCOOL trouxe, como outra peculiaridade, a implantação das destilarias autônomas. Ou seja, unidades industriais que

passariam a se dedicar ao cultivo da cana-de-açúcar, exclusivamente visando à produção de álcool, [...]. A utilização do álcool hidratado carburante, contudo, para ser plenamente viabilizada, exigiu um conjunto de acordos com o setor automotivo e, de certo modo, com os consumidores, (GOLDEMBERG e MOREIRA, 1990 p. 69-70).

Esta fase foi a que definiu o Proálcool, embora a questão tecnológica tenha ficado em segundo plano o que dificultou o aumento da produtividade, apesar da indústria nacional de equipamentos industriais estar bem organizada estruturalmente.

Assim o aumento da produção de álcool deveu-se principalmente pela capacidade produtiva das novas destilarias autônomas instaladas.

Tabela 3. Produção de Álcool por Safra no Brasil de 1979/80 a 1986/87.

Safra	Volume Produzido de Álcool (m³)
1979/80	3.396.455
1980/81	3.706.375
1981/81	4.240.123
1982/83	5.823.339
1983/84	7.864.211
1984/85	9.251.522
1985/86	11.820.440
1986/87	10.537.384

Fonte: Ruas, 1996 e modificada pela autora.

Como pode ser observado, neste período, a produção aumentou muito no início da segunda fase do Proálcool a produção foi de 3.396.455 m³, na safra de 1986/87 o volume produzido foi de 10.537.384, mais de três vezes o volume da safra de 1978/80.

No fim dessa fase, o preço do petróleo caiu consideravelmente, no ano de 1986 o preço do barril de petróleo era de 13,53 dólares, o mercado de açúcar estava em ascensão, e a realidade econômica do país era crítica, em decorrência de uma crescente deterioração das condições econômicas e sociais do país. Entretanto o governo do país já havia consolidado seu objetivo de tornar o álcool como uma alternativa energética. Houve uma redução dos investimentos em torno do programa a partir de 1985.

É nessas bases que se inicia a terceira fase do Proálcool: 1986-2003, caracterizada pela redução dos subsídios destinados a instalação e ampliação de destilarias. Assim, de acordo com Bray, Ferreira e Ruas (2000),

A fase do PROÁLCOOL que passou a ocorrer a partir do ano de 1986 é caracterizada pelo corte dos financiamentos e subsídios para a instalação e ampliação de novas destilarias em virtude das severas críticas que o PNA

sofreu por partes de diversos segmentos da sociedade. Neste contexto, todas as destilarias em funcionamento, assim como as que passaram a funcionar a partir de 1986, tiveram que se adaptar às novas condições do mercado alcooleiro e também as novas políticas do setor traçadas pelo governo da Nova República, (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000, p. 72).

Nesse período vai haver a estagnação da produção alcooleira até a safra de 1993/94, onde uma das causas foi a utilização da cana-de açúcar na produção de açúcar, além da suspensão dos financiamentos do governo, como já foi dito anteriormente (Tabela 5).

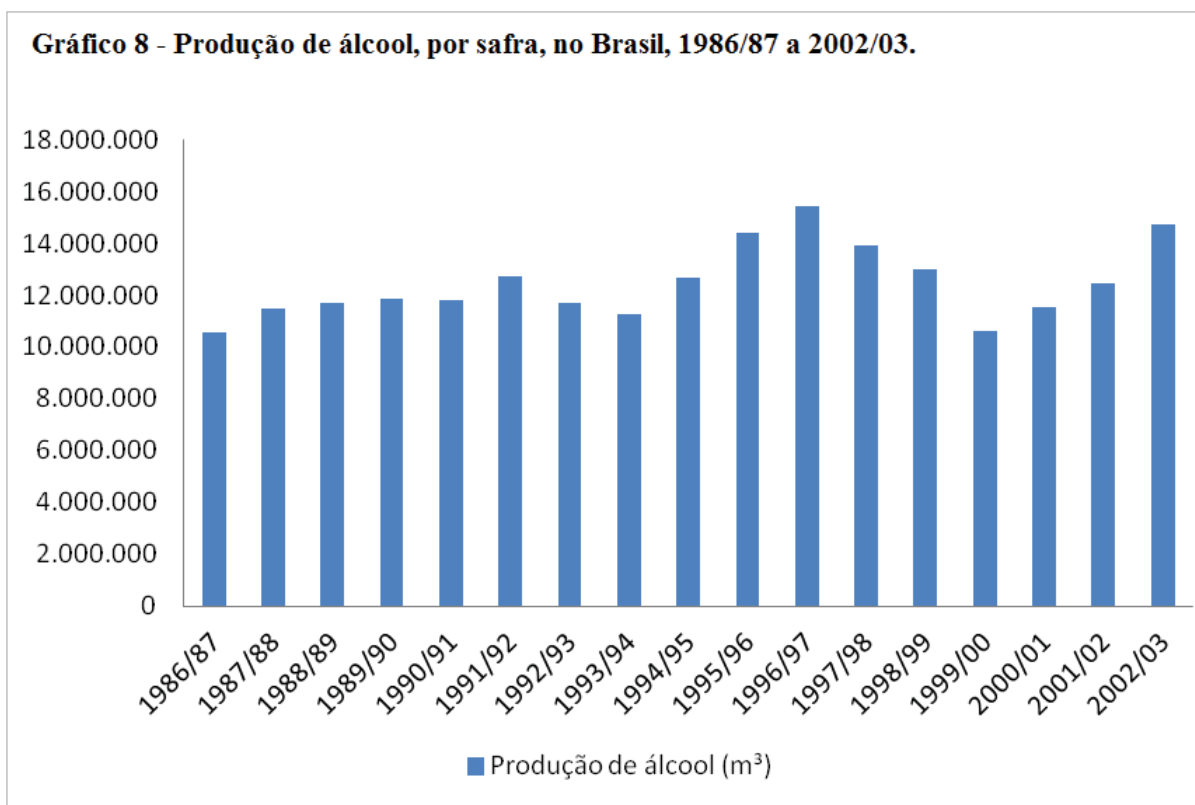
Durante o Governo Sarney (1985-1990) as usinas produtoras de açúcar e álcool passaram a adquirir antecipadamente recursos da exportação de açúcar com contratos de entrega futura, firmados junto ao IAA, sendo que o Instituto “se comprometia a cobrir 90% do custo do transporte em terra, armazenagem no porto e a estiva, além de assumir os possíveis prejuízos, se o preço de exportação ficasse abaixo do preço do mercado interno” (RUAS, 1996, p.161).

Enquanto isso ocorria a desativação do IAA, as atribuições do IAA forma sendo delegadas a outros órgãos do governo segundo RUAS (1996), “no segundo semestre de 1989, com a privatização das exportações de açúcar, sem esta e outras funções que foram transferidas para outros órgãos, teve suas atividades praticamente suspensas”, até 1990 quando chega ao seu fim.

Neste período houve uma série de medidas, dentre elas a criação de entidades como a Brasil Álcool (BA) e Bolsa Brasileira de Álcool (BBA), que tinham o objetivo de resolver o problema do excedente da produção de álcool do mercado e conseguir melhores preços para o produto também a criação da ÚNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo) e SUCROÁLCOOL (Associação Paulista da Agroindústria Sucroalcooleira), importantes entidades do setor que reuniam uma parcela expressiva dos empresários do setor no país.

Nesse período o governo promove a desregulamentação do setor, liberando os preços dos produtos para a livre concorrência do setor. Com isso, essa fase termina em 2003, com os empresários, governo e indústria automobilística tentando dar novo fôlego ao programa.

Neste período, a produção de álcool permaneceu no mesmo nível, com pequenas oscilações nas safras de 1995/96 e 1996/97 com a finalidade de abastecer os automóveis movidos a álcool fabricados no auge do Proálcool. Na safra de 1999/2000 ocorreu a menor produção do período, quando foram produzidos 10.595.182 metros cúbicos de álcool.



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: Alcopar e Única <http://www.alcopar.org.br/estatisticas>

Assim podemos concluir que durante o governo FHC houve uma redução ou quase abandono da produção de automóveis movidos a álcool, em função da queda do preço do petróleo, mas principalmente pelo fim dos incentivos do governo Federal destinados ao setor sucroalcooleiro.

De acordo com Bray, Ferreira e Ruas (2000), a queda da produção de álcool a partir da safra de 1991/92 houve um crescimento constante da produção de açúcar destinada ao mercado externo que apresentava preços melhores do que os pagos pela produção de álcool, além do fato de que até a safra de 1984/85 a região exportadora de açúcar era a Norte-Nordeste, já na safra de 1985/86 a região Centro-Sul era a responsável por 61,83% de toda a exportação do açúcar brasileiro.

A partir de 2003 inicia-se a quarta fase do Proálcool onde o governo volta a incentivar a produção de álcool no Brasil, assim fica evidenciada a importância do Proálcool, como principal programa, que embora tenha entrado em decadência na fase que compreende as safras de 1986/87 a 2002/2003. Assim segundo Gonçalves (2011),

O PROÁLCOOL foi o principal grande plano do governo brasileiro para o setor canavieiro na década de 1970. A partir de 2003 percebe-se um novo incentivo do governo brasileiro para a ampliação da produção de etanol. (GONCALVES, 2011, p. 89).

Esse novo incentivo pode ser explicado devido a nova alta do petróleo e o surgimento dos automóveis flex fuel (com motores movidos tanto pelo álcool quanto pela gasolina) que vai ter grande comercialização, neste período, gerando aumento da demanda interna de álcool levando ao aumento produção de álcool.

Motivos políticos também vão estimular a produção e álcool no Brasil, a partir de 2003, dentre eles estão a gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que demonstrou desde o início de seu governo forte interesse pela produção de etanol.

Este fato pode ser observado se comparados os volumes de álcool produzidos até então com o que foi produzido nas safras seguintes.

Tabela 4. Produção de álcool por safra no Brasil de 2003/2004 a 2011/2012.

	Volume Produzido de Álcool (m ³)
2003/04	14.710.849
2004/05	15.396.308
2005/06	15.850.706
2006/07	17.281.216
2007/08	22.468.283
2008/09	27.694.255
2009/10	25.742.409
2010/11	27.602.429
2011/12	22.736.540

Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: Alcopar e Única <http://www.alcopar.org.br/estatisticas>

Como pode ser observado através da tabela acima, a partir de 2003 com o aumento do preço do petróleo e também com os incentivos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o produção de açúcar e álcool vai ser ampliada no Brasil todo, o volume de álcool produzido na safra de 2003/2004 foi de 14.710.849 m³, as na safra de 2011/12 a produção de álcool foi de 22.736.540 cerca de 60% maior.

Assim o Proálcool que se inicia como uma alternativa ao aumento do preço do barril de petróleo também vai se constituir como uma importante política do governo federal para a produção de biocombustível e também para a economia brasileira e embora o Proálcool tenha passado por diversas fases com maior ou menor importância constitui se num elemento fundamental para a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil.

2 – O agronegócio canavieiro no Estado de São Paulo

Desde a segunda metade do século XVIII o estado de São Paulo passou a competir no mercado de açúcar com a região nordestina, entretanto com a disponibilidade de terras férteis, de mercado consumidor.

Segundo Barreto, 2008 no século XIX o estado de São Paulo já demonstrava potencial para exploração pelo agronegócio canavieiro,

O potencial da lavoura canvieira paulista entrou em destaque na economia nacional a partir da expansão da cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo no início do século XIX, na região do “Quadrilátero do Açúcar”, a qual era composta pelos municípios de Campinas, Capivari, Porto Feliz, Itu, Mogi-Mirim, Jundiaí e Sorocaba. (BARRETO, 2008 p. 22).

Entretanto como o café se constituía numa alternativa altamente rentável, o plantio de cana-de-açúcar não tinha grande importância econômica no Estado de São Paulo até a crise de 1929. Após a crise com o declínio da cultura do café, outras culturas vão ser desenvolvidas em São Paulo, dentre elas a cana-de-açúcar.

O setor sucroalcooleiro cresceu muito nos últimos dez anos, em 2000 a área ocupada pela cana de açúcar era de 2.484.790 hectares, e em 2010 essa área havia sido duplicada totalizando 5.071.205 hectares, de acordo com dados do IBGE, além disso, São Paulo é o maior produtor de açúcar e álcool do país desde a década de 1950, devido a vários fatores que serão mostrados neste capítulo.

O agronegócio canavieiro no estado de São Paulo vai ser ampliado nas áreas canavieiras tradicionais e também vão surgir novas áreas de produção canavieira no oeste do Estado estimuladas por políticas específicas do IAA, do Proálcool, e do Pró-oeste através do PROCANA, que vão estimular através de investimentos para a construção de novas usinas e ampliação das já existentes.

2.1 – A expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo

O processo de concentração de unidades industriais no estado de São Paulo começa a se firmar a partir da década de 1940, pois até 1920 o estado não produzia nem ao menos um quinto do consumo, além disso, era mais rentável comercializar e refinar o açúcar nordestino, de acordo com Ruas (1996), até porque neste período dominava a produção de café no estado de São Paulo.

Assim Ruas (1996) mostra que, com a crise de 1929, o Brasil passou a ter menos divisas para importar bens de capital, passando a desenvolver suas indústrias de equipamentos para usinas e destilarias, principalmente no estado de São Paulo,

A empresa Dedini, fundada na década de 20, passou a fabricar diversos equipamentos antes importados e, no período de 29 a 45, foram fundadas as empresas Codistil e Mause. Portanto, o grande impulso na expansão do setor em território paulista foi principalmente decorrente de medidas tomadas durante a II Guerra Mundial, levando São Paulo, nos anos seguintes, à condição de maior estado produtor de açúcar brasileiro (RUAS, 1996, p.12).

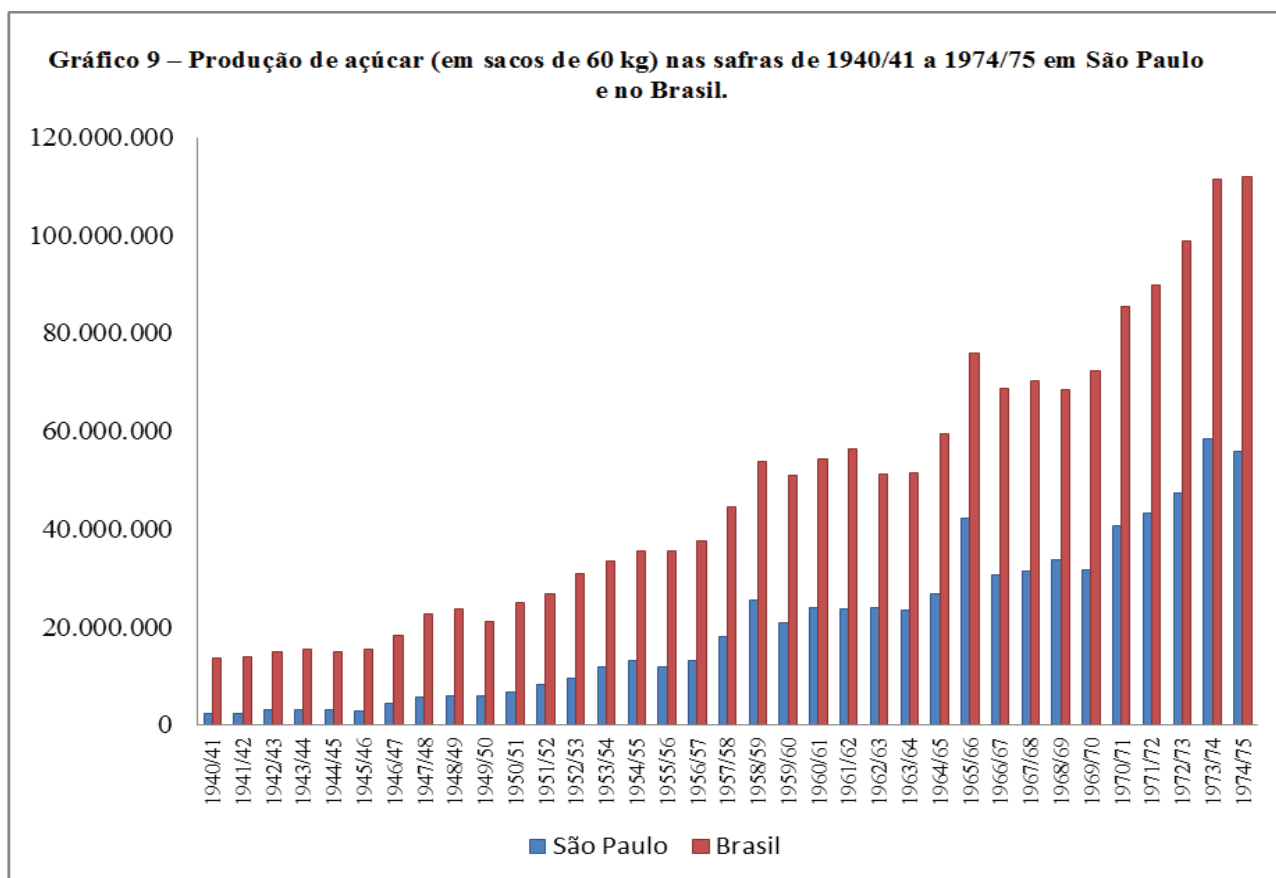
A década de 1940 é marcada pela expansão da agroindústria canavieira em São Paulo, incluindo a expansão da lavoura canavieira. Segundo RUAS (1996) no período de 1940 e 70 vão surgir um grande número de engenhos, com ou sem turbinadores mostrando que em 1940 havia apenas uma unidade do estado de São Paulo com capacidade acima de 200.000 sacos de 60 kg.

De acordo com dados do Anuário Açucareiro do IAA (1942) em dezembro de 1940 existiam no Brasil, cadastradas no IAA, 321 usinas com turbina e vácuo, deste total 34 usinas encontravam-se no estado de São Paulo. Segundo Ruas (1996), na safra de 1940/41, no Estado de São Paulo não possuía nenhuma usina com cota de produção de açúcar acima de 300.000 sacos de 60 kg, embora somente três destas usinas produzissem abaixo da cota limite.

A expansão da agroindústria do estado de São Paulo ocorre efetivamente na década de 50, devido ao aumento da demanda interna, quando o IAA libera a produção de açúcar. Neste período, São Paulo, que tinha modernizado suas usinas passou a ser o maior produtor nacional. Dentre os motivos desse aumento estão a diminuição da produção do açúcar nordestino, a liberalização da instalação de novas usinas e a ampliação das cotas (SZMRECSÁNYI, 1978).

As principais características da agroindústria canavieira na época estavam vinculadas ao desenvolvimento técnico das empresas do setor no Estado de São Paulo, a concentração fundiária e aos financiamentos do Governo para o desenvolvimento do setor.

Para visualizar o aumento da participação do estado de São Paulo na produção de açúcar e álcool, o Gráfico 9 apresenta a produção de açúcar da safra de 1940/41 a 1974/75, quando se inicia o Proálcool, desencadeando novamente a expansão da agroindústria canavieira.



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: RUAS (1996).

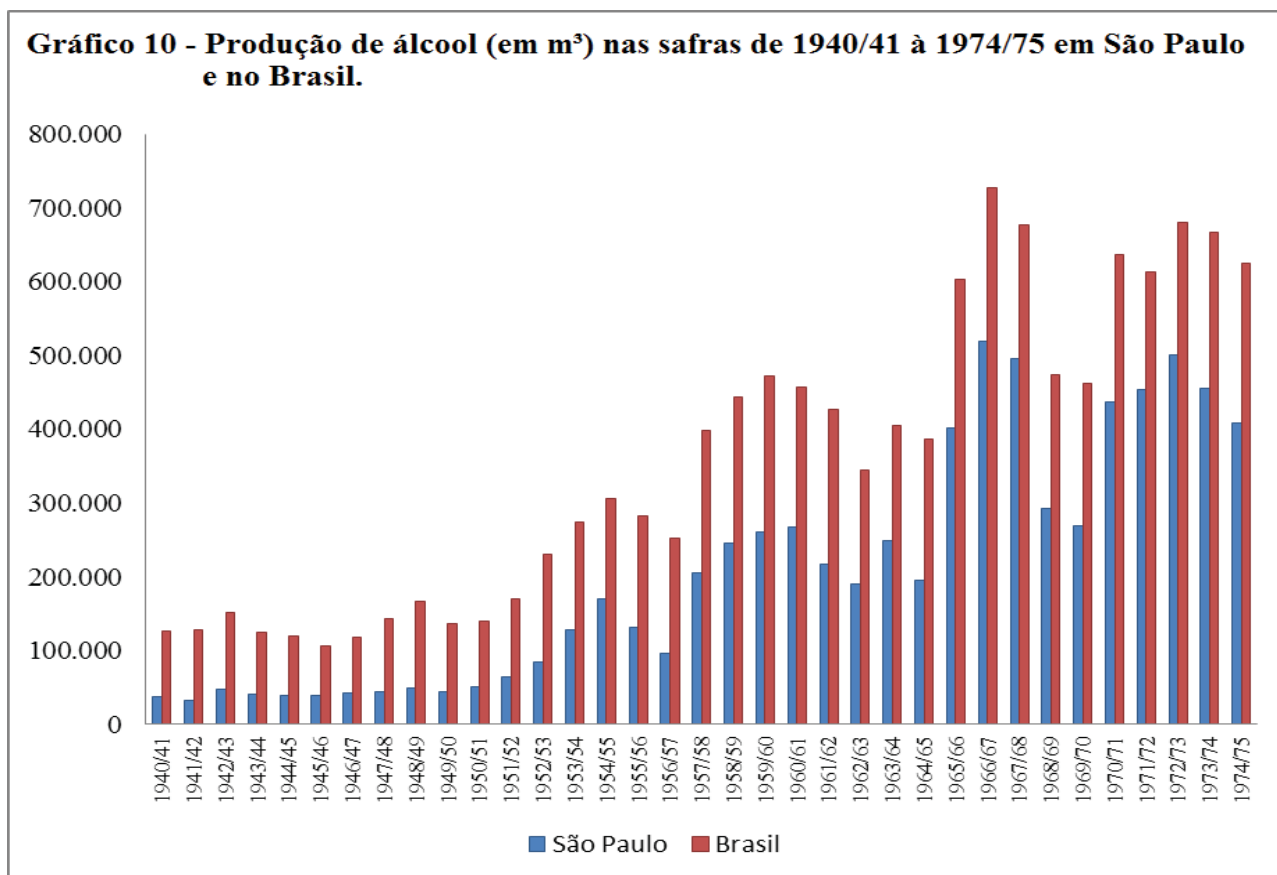
Na safra de 1974/75 haviam 81 usinas no Estado de São Paulo, produzindo pouco mais de 43 milhões de sacos de 60 kg de açúcar.

A configuração do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo durante o Proálcool vai visar a ampliação a produção álcool através da implantação de destilarias autônomas e anexas. A criação do Proálcool possibilitou a implantação de novas destilarias no Estado de São Paulo, através da concessão de financiamentos subsidiados para a montagem ou ampliação de destilarias anexas e para a implantação de novas lavouras, dando um novo fôlego para as usinas que passavam por dificuldades financeiras e administrativas. Segundo Ruas (1996), o preço do petróleo não foi o único motivo para a criação do Proálcool,

Apesar da justificativa do aumento do petróleo, a criação do Proálcool se deu principalmente pela pressão exercida pelas indústrias de equipamentos para usinas e destilarias (Dedini e Zanini) que estavam sem encomendas, e das próprias usinas que tinham expandido e modernizado seu parque industrial, utilizando-se dos recursos subsidiados do Fundo de Exportação do IAA, esperando que o “boom” do mercado externo fosse continuar (RUAS, 1996, p.98).

Assim, com o Proálcool, a produção de álcool passa a ser visada pelas usinas e o Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor do setor sucroalcooleiro, respondendo

por mais de 50% de todo o álcool produzido no Brasil. O álcool produzido neste período era o álcool anidro, pois como foi visto anteriormente era obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina em todo o território nacional (Decreto nº 19.717/31).



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: RUAS (1996).

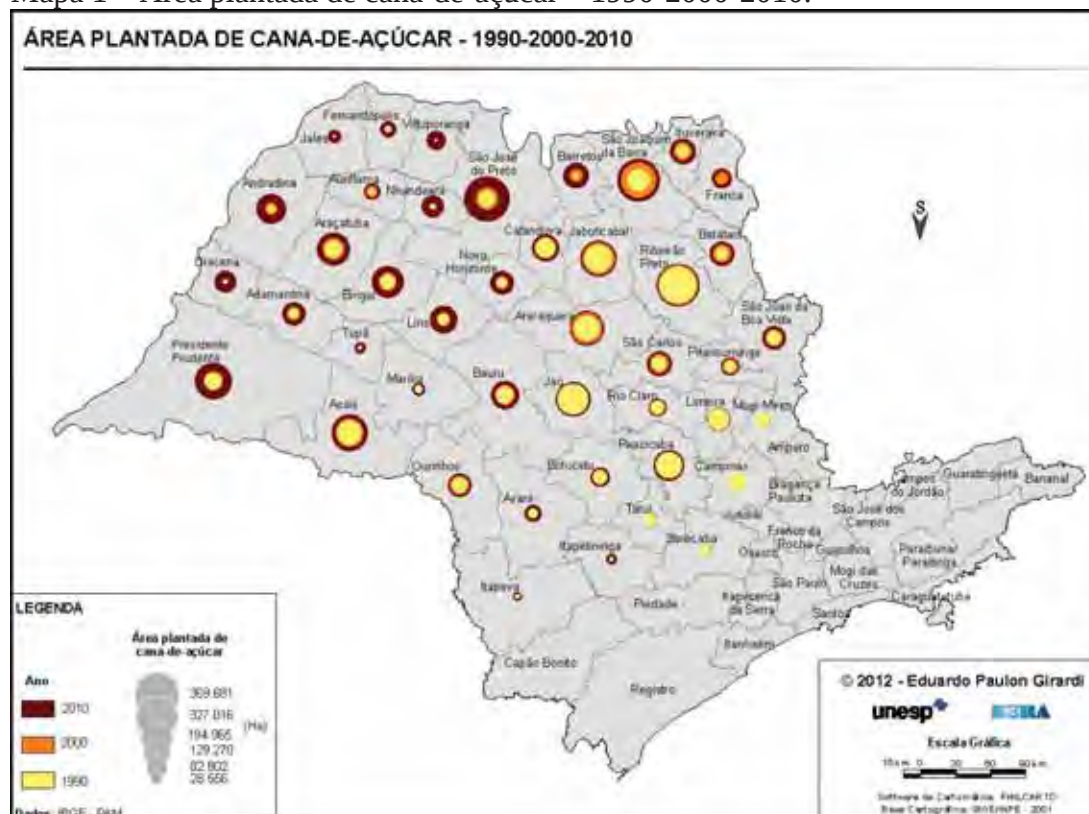
Na segunda fase do Proálcool o Estado de São Paulo foi o maior responsável com 72,79% da produção nacional e também o mais beneficiado pelos incentivos do Proálcool.

Entretanto a partir da safra de 1983/84 a produção de álcool hidratado superou a produção de álcool anidro, fato que ocorreu provavelmente pelo aumento do número de automóveis movidos a álcool hidratado “O aumento do consumo de álcool hidratado como combustível decorreu, principalmente, do protocolo firmado entre a ANFAVEA e o Governo Federal, em setembro de 1979” (RUAS, 1996, p. 101).

O Proálcool possibilitou a instalação de destilarias autônomas. Em São Paulo, na safra de 1975/1976, ano de início do Proálcool, só possuía uma destilaria autônoma. Na safra de 1985/86, dez anos após a criação, existiam 76 destilarias autônomas em São Paulo, segundo dados do IAA.

Para estimular a produção de cana-de-açúcar em outras áreas de São Paulo, foi criado o Pró-Oeste, em 1980 com o objetivo de interiorizar o desenvolvimento paulista por meio do equilíbrio regional. Neste projeto, foram consideradas áreas prioritárias para a implantação de destilarias, por meio do PROCANA, as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e Oeste da Região de São José do Rio Preto (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

Mapa 1 – Área plantada de cana-de-açúcar – 1990-2000-2010.



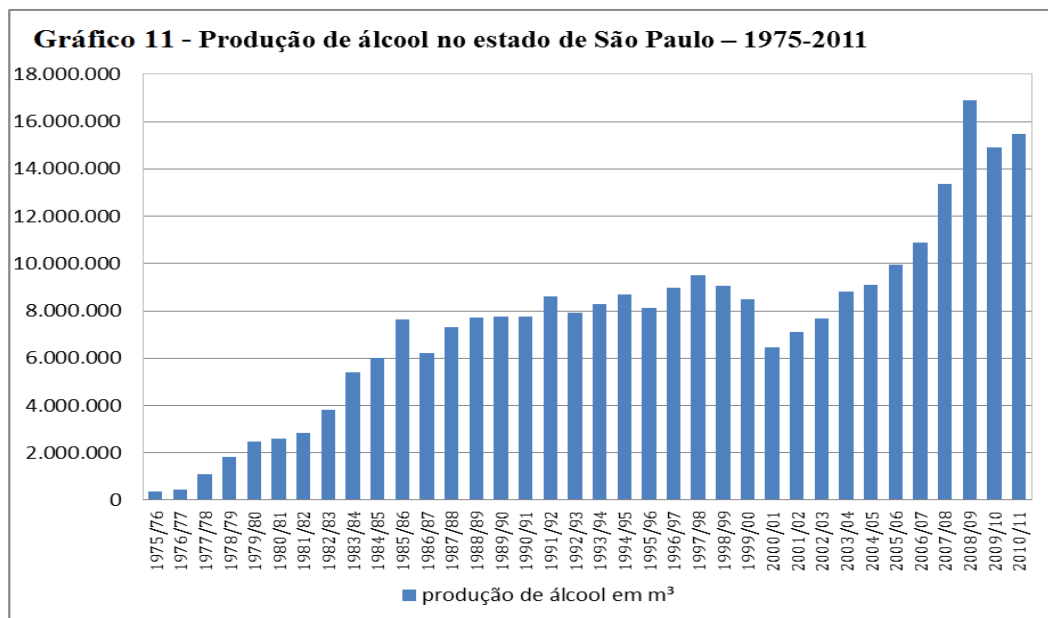
A maior concentração de unidades produtoras de álcool do estado de São Paulo encontrava-se nas regiões tradicionais. Conforme caracterização do PLANALSUCAR constituíam regiões tradicionais de produção de álcool a Região de Piracicaba, Ribeirão Preto, Jaú, Araraquara, Arapirito e Vale do Paranapanema (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

Como pode ser observado no mapa 1, podemos concluir que o objetivo principal do Pró-oeste, de levar a cana-de-açúcar teve resultados satisfatórios, pois houve uma ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar no oeste do estado de São Paulo.

Em 1983 foi instalado o Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool de São Paulo (CONSECANA), que se constituía em uma associação que reunia a indústria e os produtores independentes de cana-de-açúcar, zelando por este relacionamento.

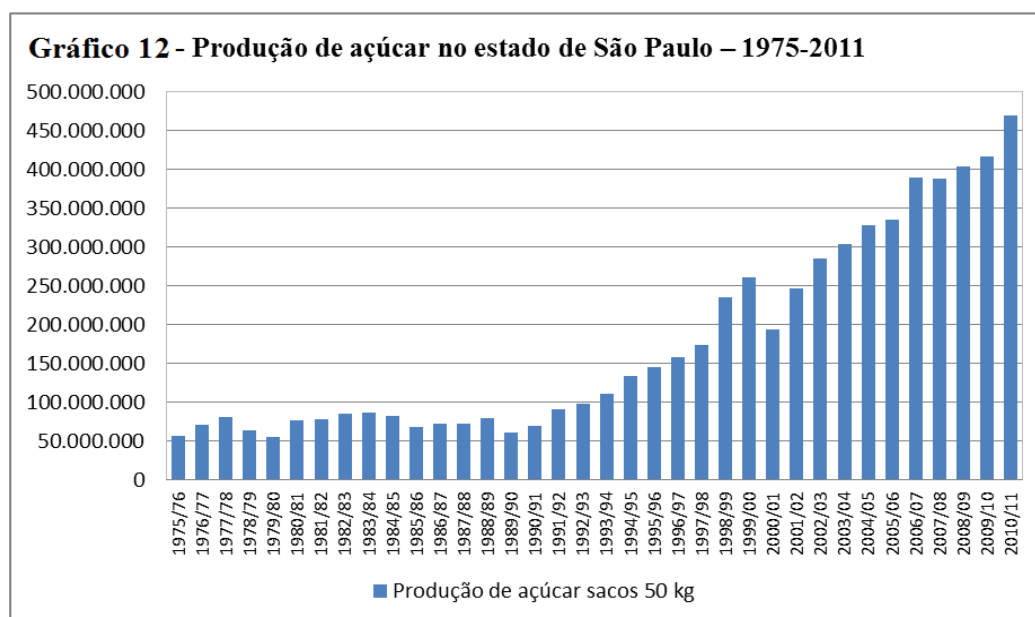
Assim, de acordo com Ruas (1996 p.146-148) o governo de São Paulo vai direcionar a instalação de novas destilarias enquadradas no Proálcool para a região do oeste do estado,

através do Plano de desenvolvimento Agrícola do Oeste do Estado de São Paulo (Pró-Oeste). A partir desse plano o primeiro programa implantado foi o Programa de Expansão da Canavieicultura para Produção de Combustíveis do Estado de São Paulo (PROCANA).



Org.: Rosa, A. F., 2012.
Fonte: IBGE e CONAB, 2012.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o álcool deixou de ser uma prioridade estratégica. Os problemas gerados pela inflação fez com que os esforços do governo fossem voltados para o controle da inflação, a reforma do Estado, mudanças nas áreas fiscal, cambial e monetária, principalmente com o Plano Real, que possibilita a estabilização da moeda nacional.

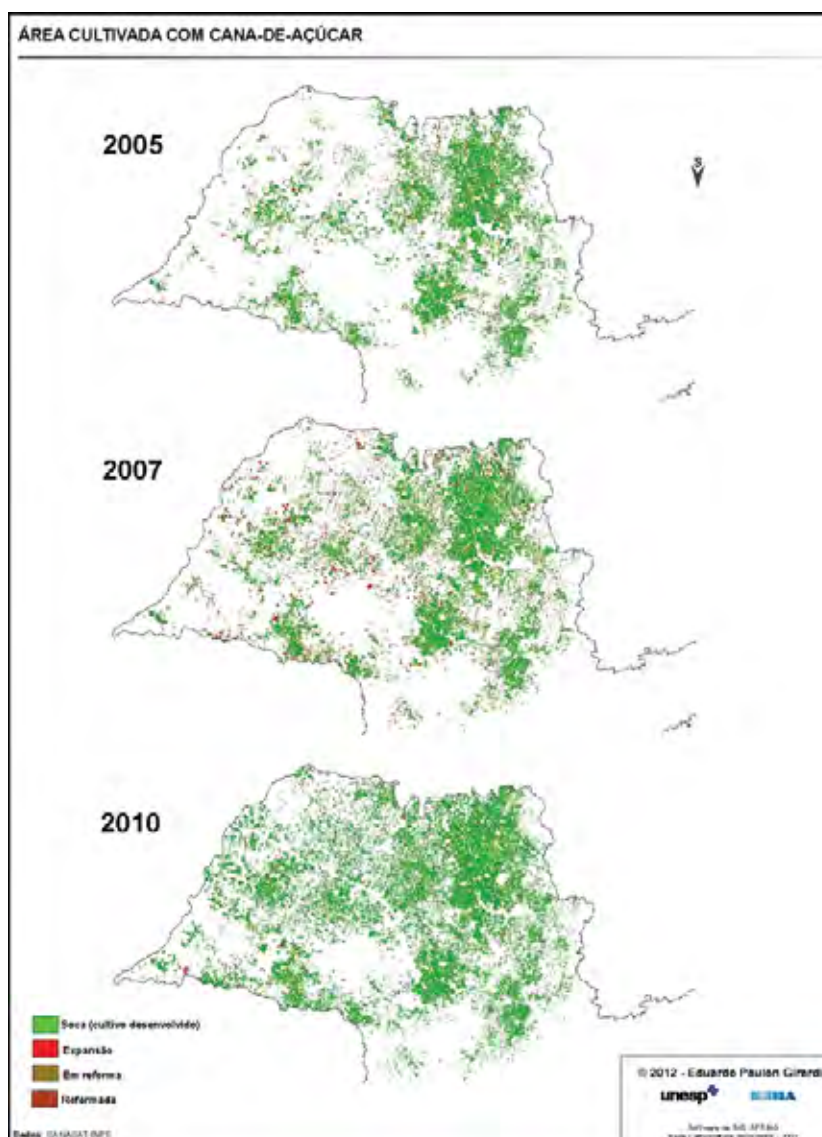


Org.: Rosa, A. F., 2012.
Fonte: IBGE e CONAB, 2012.

De acordo com a tabela na safra 2010/11 foram produzidos 470.138.200 sacos de 50 kg de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, correspondendo a 61,7% do total produzido no país. Com relação a produção de etanol (hidratado e anidro) foram produzidos 27,6 milhões de litros, sendo que no estado de São Paulo foram produzidos 15,4 milhões de litros, correspondendo a 56,2% do total produzido no país.

O estado de São Paulo, devido aos fatores que foram relacionados, passa por uma grande expansão do setor sucroalcooleiro a agricultura, a partir de 2003, pois até a referida data o cultivo da cana-de-açúcar estava concentrado nas regiões tradicionais, como pode ser observado na figura abaixo, que mostra a evolução da expansão do setor sucroalcooleiro. O oeste do Estado de São Paulo constitui-se na ultima fronteira de expansão do setor sucroalcooleiro, a partir de 2003 vai se intensificar o plantio de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, mais especificamente no oeste paulista (mapa 2).

Mapa 2 – Área cultivada com cana-de-açúcar.



A região do estado de São Paulo mostrada na figura acima, no que se refere a 2010, podemos observar que a porção do território que o cultivo de cana-de-açúcar se apropriou, quando comparado com a imagem de São Paulo em 2005, principalmente no Pontal do Paranapanema. Esta configuração está relacionada com a grande concentração de usinas na região, da grande demanda por matéria prima e do crescimento do mercado consumidor dos derivados da cana-de-açúcar.

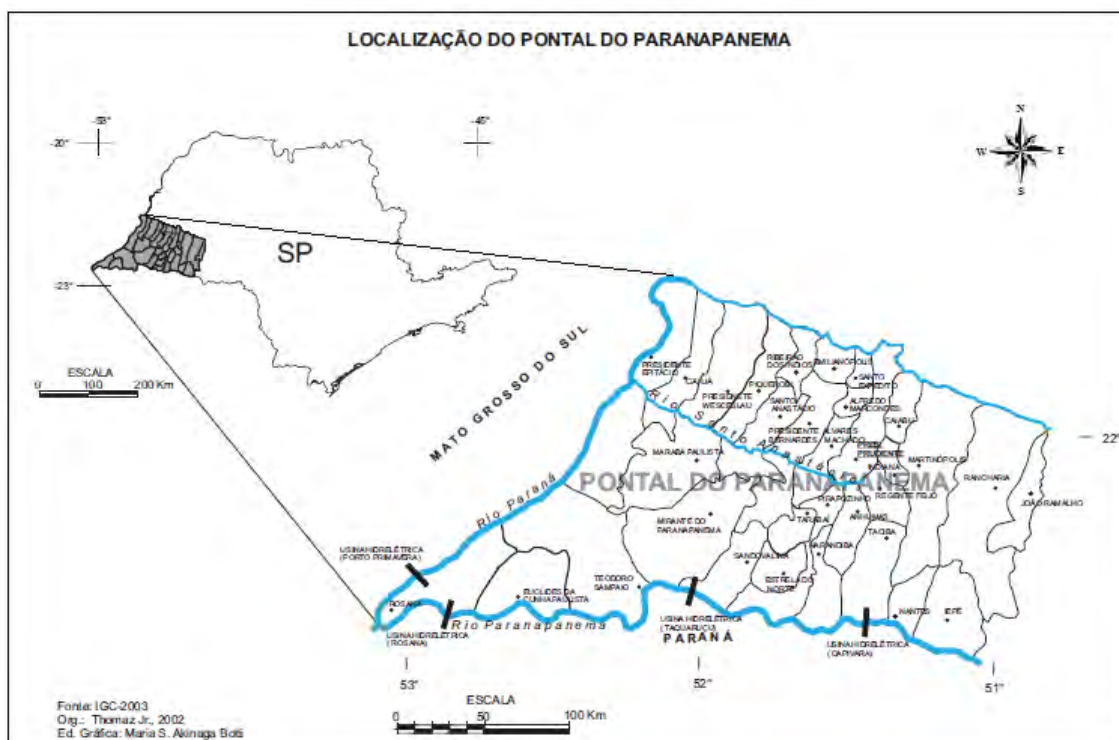
2.2 – A ocupação das terras do Pontal do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema está localizado na porção extremo oeste do Estado de São Paulo, e é conhecido por ser uma das regiões com a maior intensidade de conflitos de questão agrária, e apesar do nome Pontal do Paranapanema ter se tornado comum para designar a região devido ao formato gerado pela confluência dos rios Paranapanema e Paraná, no extremo oeste de São Paulo e de ser conhecido como uma região em muitos trabalhos acadêmicos, no âmbito estatal e administrativo, nunca foi assim delimitado. (FELICIANO 2009).

A primeira divisão regional do estado de São Paulo foi aquela utilizada por Monbeig, que nomeia as regiões segundo o trecho e a companhia de linhas férreas que as cruzam. Desde então surgiram inúmeras outras divisões regionais do estado. A região da Alta Sorocabana à qual Monbeig se refere em seu livro é delimitada ao sul pelo rio Paranapanema, ao norte pelo rio do Peixe, a oeste pelo rio Paraná e a leste pelos municípios de Lutécia, Florínea e Assis, sendo Presidente Prudente o principal centro urbano. O recorte territorial atual que corresponde ao recorte da Alta Sorocabana estudada por Monbeig é o da Região de Governo de Presidente Prudente, com 31 municípios. Existem outros recortes territoriais que englobam a região, porém são mais amplos, extrapolando a Alta Sorocabana definida por Monbeig. São exemplos a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e a Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente, as quais contemplam, além dos municípios da Alta Sorocabana, também municípios da Nova Alta Paulista, ao norte do rio do Peixe (GIRARDI, 2009, p.173-192).

De acordo com a Unipontal (2011) – Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema, a região do Pontal do Paranapanema é composta por 32 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nates, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio, sendo esta a definição mais completa.

Mapa 3 – Localização do Pontal do Paranapanema - SP



A ocupação do Pontal do Paranapanema inicia-se ainda no período colonial como forma de proteger o território brasileiro contra possíveis invasões, porém é com a abertura das estradas boiadeiras e com a implantação da estrada de ferro sorocabana que vai intensificar a ocupação no Pontal.

Esse processo acontece de forma irregular, tal fato pode ser explicado através da história, uma vez que, até meados do século XIX era prática comum a declaração de posse de terras por meio de escrituração em livros existentes em paróquias, esses registros eram feitos pelo próprio vigário e assinados pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Esse documento permite ao interessado legitimar a posse da terra, onde se verificava a veracidade das informações “então era demarcada a área da gleba e expedido o título de legislação” (LEITE, 1998).

Entretanto o governo, na tentativa de preservar uma parte das terras pertencentes à união sancionou a lei nº 601 de 1850, a lei de terras que colocava um fim ao processo de legislação anterior a data de promulgação da referida lei, mas o que acabou ocorrendo foi bem diferente, pois esta deixou uma brecha que possibilitava a legalização de posse da terra para quem morasse e cultivasse a terra até aquele momento.

Essa lei deu início a uma série de irregularidades, que gerou conflitos e lutas pela terra principalmente no Pontal do Paranapanema, pois possibilitou a legalização de terras devolutas

através de todo o tipo de manobras e trapagens que vão desde suborno, adulteração, emissão de títulos de propriedade falsos até coação por força de armas e assassinatos.

Uma das principais manobras para comprovar a autenticidade dos documentos de posse da terra consistiu na grilagem dos documentos de posse da terra, muitos foram os aventureiros e grileiros que se declaram donos dessas terras, através de documentos falsos.

Na região do Pontal do Paranapanema ocorreram diversos conflitos pelo acesso a terra envolvendo movimentos sociais, pequenos agricultores e latifundiários, resultando em muitas ocupações e mobilização de trabalhadores rurais, lutando para que as terras dessa região fizessem parte de políticas de assentamentos.

Na história do Pontal, podemos destacar como objeto de estudo para compreensão da forma como ocorreu a ocupação neste local, estão envolvidas duas grandes fazendas, com posse ilegal, que constituíram mais da metade da área total do Pontal, sendo elas a fazenda Pirapó - Santo Anastácio e a gleba Montalvão, também chamada em algumas escrituras de fazenda Boa Esperança do Água – Pehy.

A fazenda Pirapó-Santo Anastácio teve seu primeiro proprietário com registro em maio de 1856 na paróquia São João Batista do Rio Verde, com a lavra do vigário Frei Pacifico de Monte Falco legitimando a posse de Antônio José de Gouveia que declarou morada desde 1848, com por ter sido declarada morada na propriedade antes da promulgação da lei de terras. Entretanto a fazenda teve varias delimitações e passou por inúmeros donos até que em 1886 ocorreu a primeira tentativa de legitimar a posse dessa terra, porém a mesma foi negada por ser considerada imprestável e nula a mediação (LEITE. 1998)

Aconteceu o mesmo com a Fazenda Boa Esperança do Água-Pehy cuja posse pertence a José Teodoro de Souza com registro elaborado pelo vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu no mesmo mês e ano em que ocorreu a posse da fazenda Pirapó-Santo Anastácio por Gouveia. A Fazenda Boa Esperança teve sua primeira tentativa de legitimação negada por erros entre os limites da fazenda.

O Coronel Manoel Pereira Goulart também já havia solicitado, anos antes, a legitimação dessas mesmas terras, e através de manobras e distorções, este, declarou como suas essas terras. Num acordo com Evangelista, que se dizia proprietário da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, o coronel Goulart adquiriu, por permuta, esta gleba.

Em 1908, Goulart negociou um terço das terras e o restante transferiu para a campanha dos Fazendeiros do estado de São Paulo, que foi a falência em 1927, passando então o controle para a campanha Marcondes de colonização comandada por José Soares Marcondes.

Mas foram muitos os que se diziam proprietários dessas terras através de títulos falsos e força armada e o que ocorreu desde então foi o fatiamento e loteamento de ambas as fazendas que gerou ainda mais os conflitos que pertencem até os dias atuais.

Fundaram-se assim várias vilas que deram origem às cidades que constituem o Pontal, acirrando a luta pela terra uma vez que estas são de propriedade do estado gerando inúmeras reivindicações de trabalhadores rurais e trabalhadores sem terra.

A exemplo disto estão as ocupações como a Água Sumida em 1985, em Teodoro Sampaio resultando em assentamento em 1988; e Areia Branca, em 1988 em Marabá Paulista (THOMAZ, 2009). Entretanto a ocupação do Pontal vai ganhar nova configuração e perspectiva com a atuação do MST a partir de 1990.

Outro aspecto de importante relevância da ocupação do Pontal foi a criação das reservas florestais, como tentativa de preservar algumas áreas que ainda estavam sob a propriedade do Estado.

Uma forma que o governador do estado, à época professor Fernando Costa, de proteger o pouco ainda que restava de terras decididamente devolutas no Pontal deu-se por meio da criação das reservas florestais Lagoa São Paulo, Reserva do Pontal do Paranapanema e do Morro do Diabo, com 297.400 hectares; sendo que hoje só restam os 6.500 hectares do Morro do Diabo, e o restante foi quase que totalmente *devorado* pela grilagem, desmatamento, pastagens e agora cana-de-açúcar (THOMAZ JR, 2009, p. 4).

É importante salientar que, neste meio tempo, surgiram grilagens em terras que já haviam sido griladas, exemplo disto é a fazenda Rebojo, que fazia parte da antiga fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e que foi loteada pelo menos quatro vezes gerando uma série de conflitos entre grileiros, posseiros e arrendatários, só terminando com a desapropriação da fazenda em março de 1964 por João Goulart.

Durante esse período houve várias tentativas de regularização das terras, em 1985 foram promulgadas duas leis importantes para a política de reforma agrária estadual: a Lei nº 4.925/85, que dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a agricultores que as ocupem e explorem, e a Lei nº 4.957/85, que dispõe sobre as políticas de aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado, prevendo a destinação de terras públicas estaduais para a implantação de assentamentos possibilitando a implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, ambas às leis foram criadas no governo Franco Montoro, que foi o responsável pelo assentamento e reassentamento de várias famílias nos municípios de Andradina, Araraquara, Araras, Casa Branca Castilho,

Euclides da Cunha, Itaberá, Itapeva, Motuca, Pereira Barreto, Porto Feliz, Presidente Epitácio, Promissão, Rosana e Sumaré.

O governador Franco Montoro, diante do contexto da época, criou o IAF – Instituto de Assuntos Fundiários paralelamente as leis 4.925/85 e 4957/85, pois havia condições que permitiram as políticas que culminaram nos assentamentos desse período baseadas em duas diretrizes principais: assentamento de trabalhadores rurais; e o processo de regularização fundiária, de acordo com Feliciano,

O governo iniciou a regularização de posse da terra de cerca de 500 famílias, beneficiadas por antigos projetos de colonização em áreas do Vale do Ribeira, do litoral e do interior do Estado. Com a ação da SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista), foram favorecidas ainda 5.500 famílias no Vale do Ribeira – 1.295 atendidas por agilização nas ações discriminatórias, demarcação das terras devolutas, identificação de posse e titulação dos posseiros. (FELICIANO, 2007, 195-196).

Diferente dos governos anteriores, o governo Mario Covas não tinha nenhum programa específico para a questão agrária então em 1999 com a criação da Fundação Itesp de acordo com a lei 10.207/99, vão ocorrer políticas de regularização fundiária do Pontal através de políticas de assentamentos para o Pontal do Paranapanema.

Outra característica própria do Pontal do Paranapanema é a forte presença dos movimentos camponeses na luta pela terra, principalmente com o MST quando o movimento organizou os camponeses expropriados da região, que já tinham iniciado um processo de resistência, e realizou sua primeira ocupação em 14 de julho de 1990, quando 800 famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal, localizada no município de Rosana dando origem ao Assentamento Nova Pontal (THOMAZ JR, 2009).

Assim, Fernandes e Ramalho (2001) mostram em seu trabalho os desdobramentos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema,

Durante um século, os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. De 1990 a 2000 os sem-terra executaram 335 ocupações, conquistando quase cem mil hectares, desentranhando um dos grilos mais famosos do estado de São Paulo. Esse longo e amplo processo de grilagem terminou com o confronto entre latifundiários e sem-terra, que na década de 90 transformou o Pontal em uma das regiões com o maior número de conflitos por terra do Brasil. (FERNANDES e RAMALHO, 2001, p. 242).

A luta pela terra e a presença dos movimentos socioterritoriais, foram determinantes para a elaboração das políticas de assentamentos no Pontal do Paranapanema, dos

enfrentamentos entre os trabalhadores rurais sem-terra e os latifundiários locais que surgiram os primeiros assentamentos no Pontal do Paranapanema e a entrada da cana-de-açúcar nos assentamentos torna essa uma das principais peculiaridades do processo de territorialização do setor sucroalcooleiro.

2.3 – A luta pela terra, a formação dos assentamentos rurais e o processo de territorialização do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.

Os processos e os mecanismos de territorialização da cana-de-açúcar nos municípios paulista possuem similaridades. Porém o Pontal do Paranapanema possui algumas características específicas devido à estrutura fundiária no que diz respeito, principalmente, a legalidade das terras e à grande quantidade de assentamentos rurais que acabam sendo incorporados pelo agronegócio canavieiro. Isso faz com que a expansão da cana-de-açúcar tenha impactos diferentes no Pontal do Paranapanema.

A falta de políticas públicas eficientes voltadas para resolver essa questão fez com que os pequenos agricultores sem terra para cultivar se organizassem em movimentos de luta pela terra, principalmente através de ocupações, gerando vários conflitos entre ocupantes e latifundiários, a dimensão desses conflitos atraiu a atenção pública de modo que foram realizadas algumas políticas voltadas para atender esses camponeses sem terra resultando em desapropriações e a posteriori em assentamentos em alguns municípios do Pontal do Paranapanema (FELICIANO, 2009).

No Pontal do Paranapanema a concentração fundiária tem se tornado um dos principais problemas da questão agrária da região, problema este que está presente em todo o país, acrescentando-se a isso está o fato de essas terras serem devolutas e de estar nas mãos de grandes proprietários.

Neste sentido, um aspecto interessante de ser analisado sobre a territorialização do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema diz respeito à propriedade das terras e a atuação dos movimentos socioterritoriais, pois estes, além de questionar a veracidade dos títulos de posse da terra questionam também a utilização e produtividade da propriedade, constituindo se em um forte argumento na luta pela terra.

A expansão do plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema tem servido também para desarticular os movimentos sociais de luta pela terra, pois os fazendeiros tem se utilizado da expansão da cana-de-açúcar para tornar suas propriedades produtivas e como o questionamento da monocultura da cana-de-açúcar não é levado em consideração para o

julgamento da função social da terra, para fins de desapropriação, a expansão do plantio da cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema.

Assim os movimentos continuam a luta pela terra onde a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio tornou-se um dos principais elementos da nova dinâmica da luta pela terra, pois como o INCRA não vistoria propriedades produtivas, foram realizadas ocupações em terras que serve ao agronegócio,

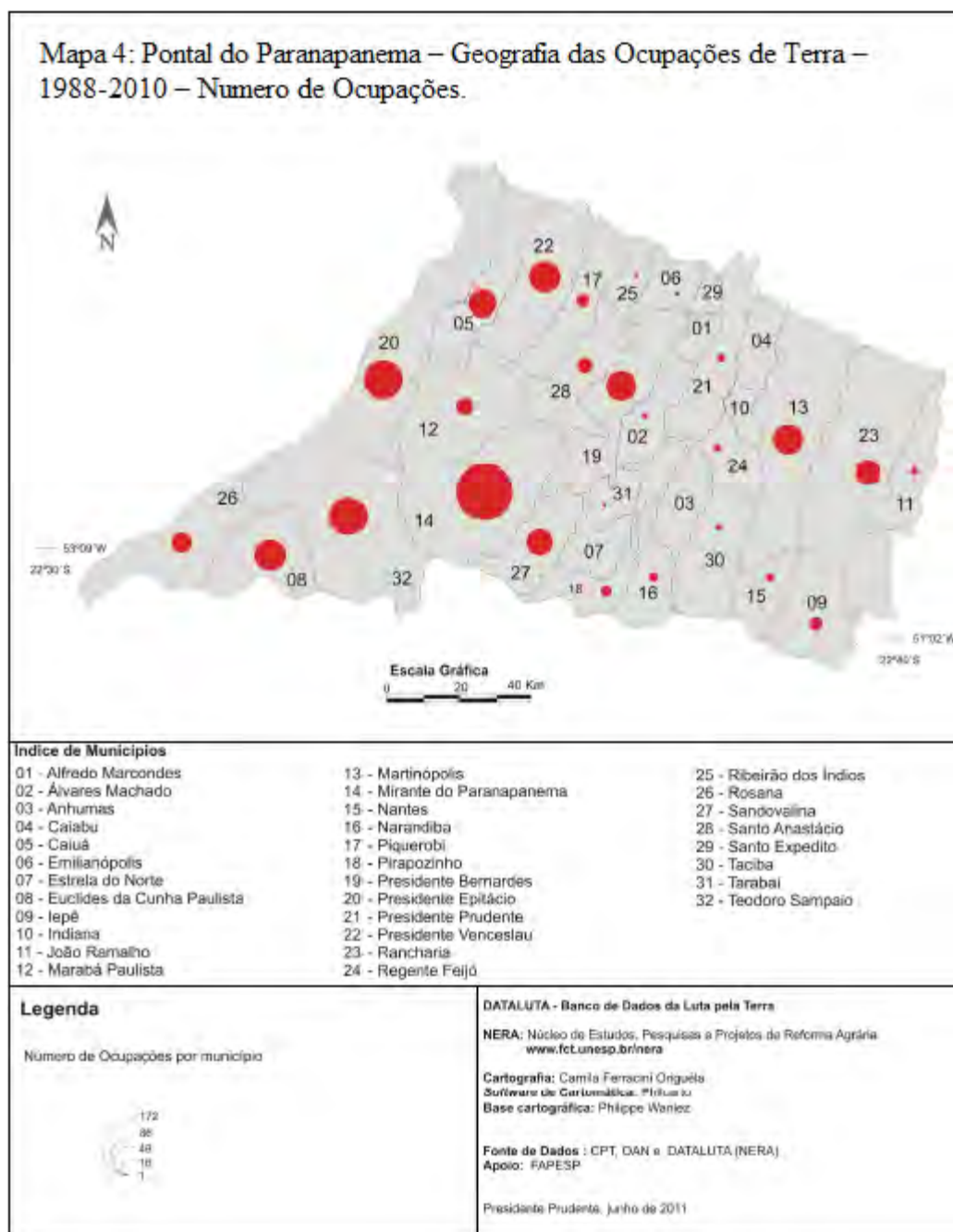
A intenção dos movimentos ao ocuparem essas terras é a de contestar um tipo de desenvolvimento territorial rural antagônico ao modelo sustentável, com bases na agricultura camponesa e, ainda, reivindicar as terras públicas griladas que atualmente são destinadas a produção de cana-de-açúcar, como é o caso da fazenda São Domingos I, ocupada pelo MST em abril de 2011 e reivindicada pelas famílias do acampamento Dorcelina, (FERRACINI, 2011 p. 69).

Entretanto a ineficácia das políticas voltadas para a manutenção dos assentamentos e para que os assentados tivessem condições de produzir e se manter na terra, além do discurso das agroindústrias canavieiras que traz possibilidades de geração de renda estimulou a entrada da cana-de-açúcar nos assentamentos, embora a cana nos assentamentos rurais não trará o benefício esperado pelos assentados, como pode ser observado a seguir.

A luta pela terra tem alterado a configuração do campo brasileiro, o trabalhador rural tem se organizado em movimentos socioterritoriais, realizando ocupações em todo o território brasileiro, segundo o Dataluta ocorreram no período de 1988 a 2010 cerca de 8210 ocupações de terras (Mapa 4).

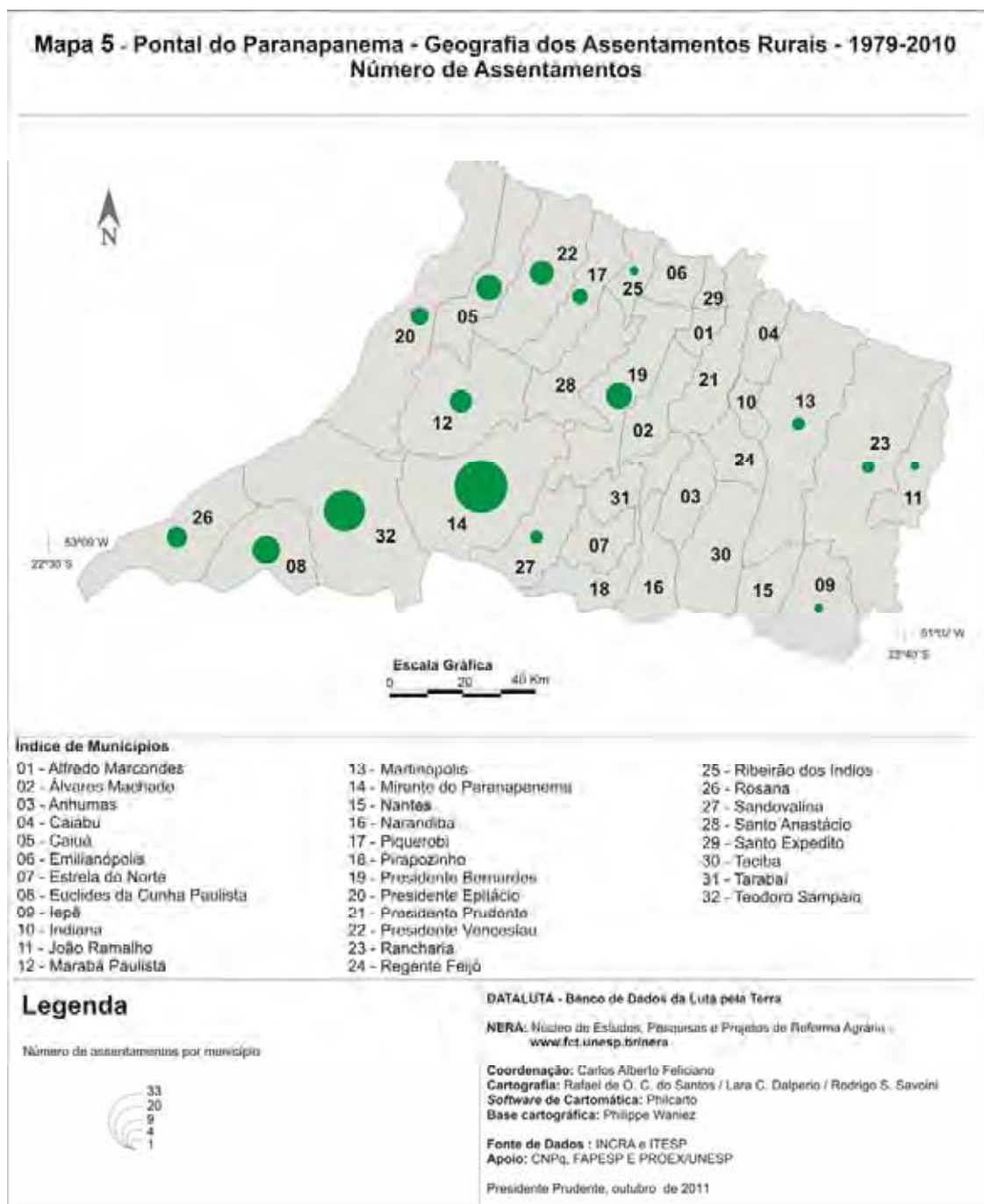
Pode ser observado nos Mapas 5 e 6 que o maior número de ocupações ocorreram nos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, onde estão também os municípios onde houve o maior número de assentamentos. Fica evidente através desses mapas que a luta pela terra, através das ocupações, da resistência dos trabalhadores na busca pelo direito a terra que vão pressionar o governo de modo a tornar possível os assentamentos e as políticas do governo, assim essas ocupações são o resultado da luta pela terra que esta nas mãos de grandes latifundiários que mantém essas terras em seu poder “grilando quase um milhão de hectares” (FERNANDES e RAMALHO, 2001 p. 241).

Os diversos confrontos entre latifundiários e sem terra transformou o Pontal do Paranapanema em uma das regiões com o maior número de conflitos e também a região com o maior numero de ocupações (Mapa 4).



Fonte: DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra, 2010 www.fct.unesp.br/nera

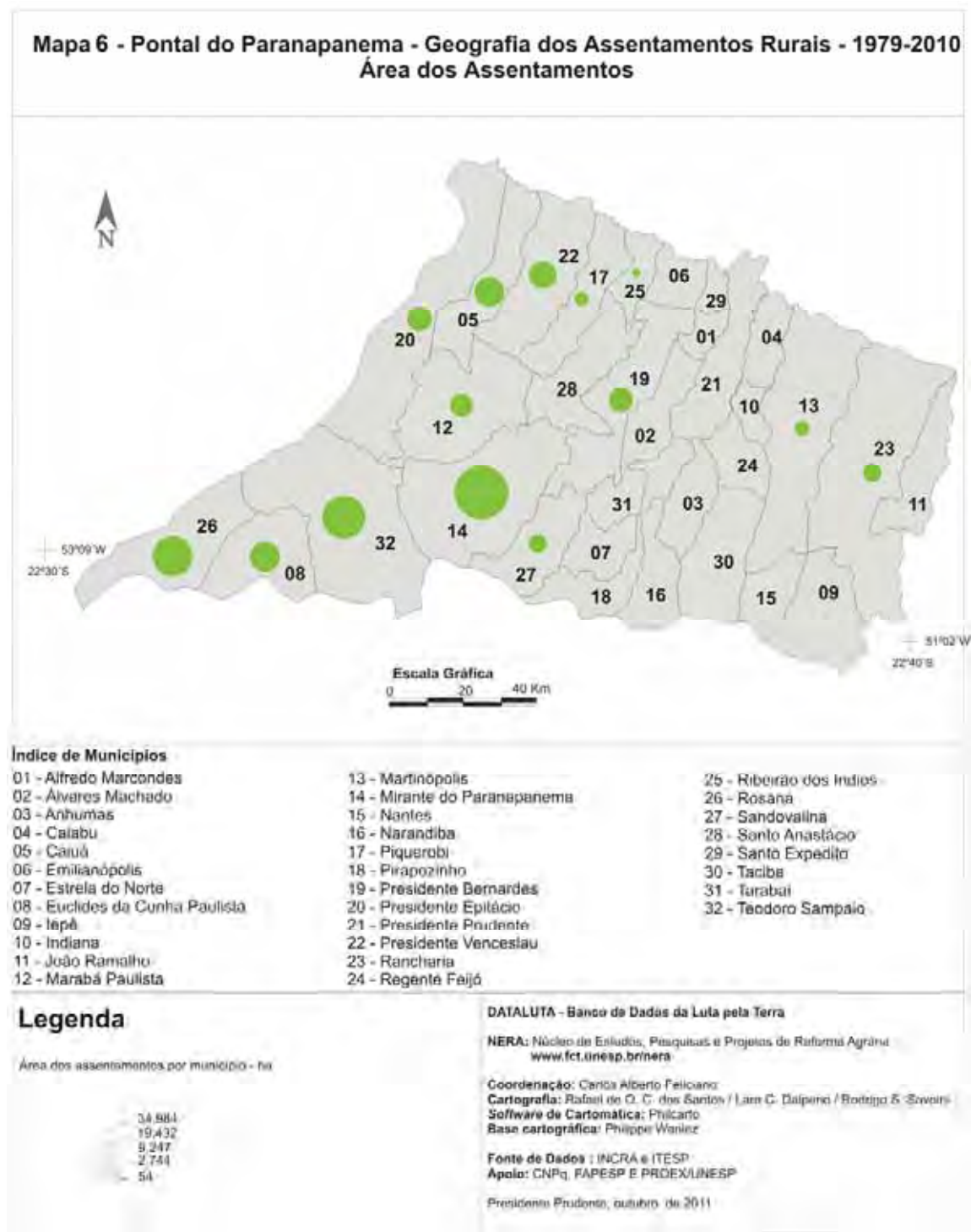
As ocupações de terras e as luta dos trabalhadores sem terra contribui para a elaboração de políticas públicas para a regularização de terras, “o Estado paulista foi um dos pioneiros na elaboração da legislação e de políticas sobre a regularização da propriedade da terra” (Gonçalves, 2009, p. 269 *apud* Silva, 2008), tornando possível a implantação de assentamentos rurais. Embora seja um processo lento e conquistado através de muita luta existem 96 assentamentos estaduais e 17 federais, sendo que nos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio concentram o maior número de assentamentos (Mapa 5).



Fonte: DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra, 2010 www.fct.unesp.br/nera

O Pontal do Paranapanema, como já foi visto é composto por 32 municípios, e em 16 deles existem assentamentos rurais (Mapa 5), ocupando uma área aproximada de 142.258 mil há, o que corresponde a cerca de 2% de toda a área do Pontal do Paranapanema (Mapa 6).

Entretanto a implantação de novos assentamentos disputa o território com o agronegócio canavieiro uma vez que o plantio da cana-de-açúcar tem se expandido em todos os município do Pontal e também em propriedades que eram improdutivas.



Fonte: DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra, 2010 www.fct.unesp.br/nera

A implantação dos assentamentos rurais acarreta transformações nos municípios em que se encontram e também para os trabalhadores rurais sem terra que fazem parte do processo, pois atua qualidade de vida, reduz a migração urbana-rural, reduz os problemas urbanos gerados pelo crescimento das cidades devido ao êxodo rural e proporciona estabilidade para os assentados,

Para quem antes vivia nas periferias das cidades em casas alugadas ou cedidas por parentes e amigos, observa-se que após um longo período de dificuldades no início dos assentamentos, atualmente, 50% das famílias já estão morando em casas de alvenaria ainda sem acabamento. 21% já concluíram a construção de suas casas, 9% das casas são de madeira, 6% mantêm uma casa mista de madeira e alvenaria e apenas 2% ainda permanece em barracos, o que demonstra uma evolução inatingível no meio urbano, a partir das fontes de renda às que tinham acesso. (MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2005).

No que diz respeito a questão ambiental os assentamentos também são uma alternativa à degradação ambiental pois a agricultura familiar dos assentamentos é menos intensiva que as monoculturas e a pecuária, que desgastam o solo e aumentam o desmatamento.

Assim os assentamentos apresentam diversos fatores que interferem diretamente nos municípios econômica e politicamente também uma vez que os assentados, embora não tenha uma política de apoio eficiente para os assentados, a maioria se mantém com a produção gerada nos assentamentos “60% das famílias sobrevivem majoritariamente da produção no lote” (MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2007, p. 60) e proporciona transformações na economia do município “impacto na produção leiteira, o tamanho do rebanho e os principais produtos agrícolas gerados dentro dos assentamentos” (MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2007, p. 60).

Alguns indicadores importantes mostram o sucesso e o fracasso dos assentamentos pelo desempenho econômico e possível identificar os aspectos positivos dos assentamentos em sua multidimensionalidade, inclusive na política local dos municípios,

Dos 15 municípios com assentamentos rurais, 09 possuem vereadores que são assentados. Dos 135 vereadores empossados nestes municípios, 19 são assentados, ou seja, 14% do total. Nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, 44% dos vereadores são assentados. Em Caiuá além do prefeito atual, existem mais 3 vereadores que representam a população assentada. E nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista a representatividade é de 22%. No município de Rosana, mesmo havendo apenas um representante na câmara dos vereadores, o candidato do assentamento foi eleito com a maioria dos votos, o que o torna Presidente da Câmara. (MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2007, p. 63).

Entretanto a demora no processo de efetivação das políticas de assentamentos rurais, a diminuição das ocupações e o discurso de geração de emprego e renda do agronegócio canavieiro que tem se expandido por todo Pontal do Paranapanema juntamente com o cultivo da cana-de-açúcar e a implantação de usinas e destilarias mudando a configuração da economia agrícola baseada na pecuária extensiva.

3 – A expansão do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema segue a dinâmica agrocanavieira do Estado de São Paulo expandindo as áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, e instalação de unidades indústrias destinadas ao processamento da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool, as características climáticas, de relevo e do solo em conjunto com a proximidade das indústrias sucroalcooleiras proporcionam condições ideais para esse processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar.

De acordo com Souza (2011), os programas do Governo Federal e do Governo Estadual permitiram a instalação, a fusão e a incorporação de usinas no Pontal do Paranapanema,

Desde a década de 1980, a região foi palco de investimentos do setor canavieiro, ocasião em que foi objeto da aplicação de políticas específicas visando a territorialização do capital canavieiro durante a vigência do Proálcool. É importante destacar que na escala regional foi circunstancial a participação do PRÓ-OESTE, que tinha por objetivo deslocar os recursos da CENAL para o Oeste Paulista, visando garantir e promover o equilíbrio econômico regional [...] até a década de 1990, o processo intervencionista do Estado teve como propósito garantir o equilíbrio entre produção e consumo de açúcar, usando para isso os planos de safra e a política de preço e crédito (SOUZA, 2011, p.174).

A região do Pontal do Paranapanema que foi tradicionalmente ocupada pela pecuária, vem cedendo espaço para a expansão do setor canavieiro, devido a diversos fatores, entre eles estão a grande disponibilidade de terras, de um clima favorável para o plantio de cana-de-açúcar e também pela instalação de unidades produtivas de açúcar e álcool e que foram, a partir de 2003, adquiridas ou incorporadas por grandes grupos empresariais.

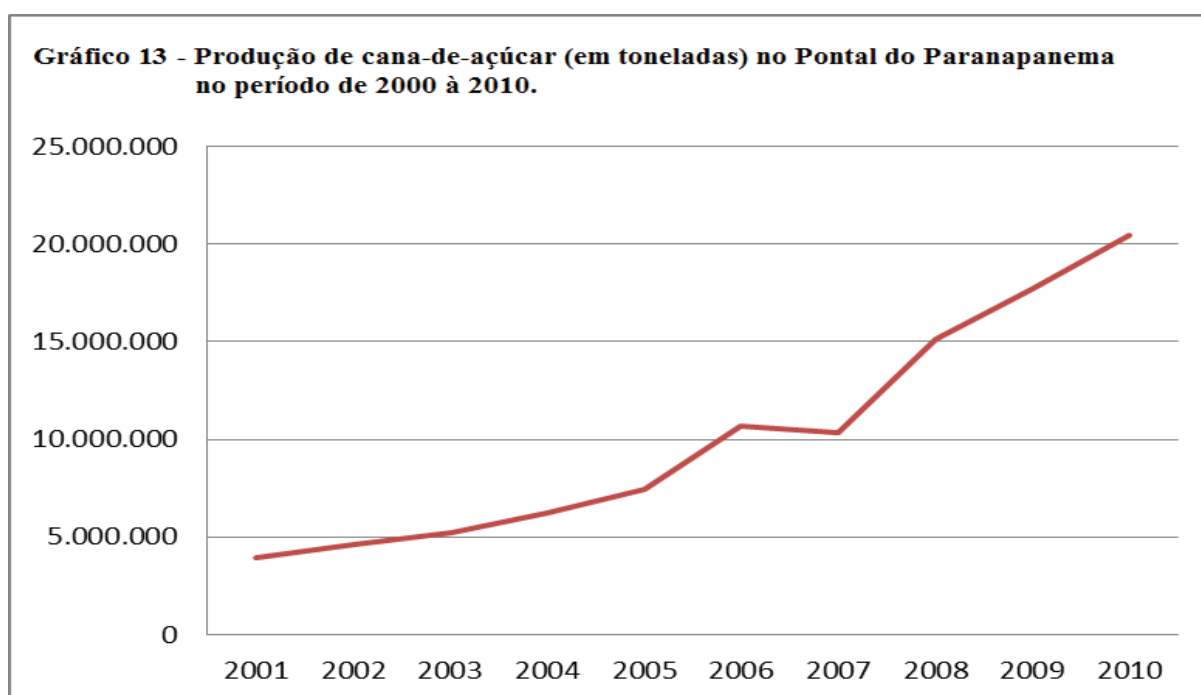
A expansão do setor sucroalcooleiro foi acentuada principalmente pelo processo de ocupação do Pontal do Paranapanema caracterizado pela violência e pelos conflitos gerados, principalmente, a partir da Lei de Terras, 1950, dizimando grande parte da vegetação natural, que foi substituída pelos cafezais e pela estrada de ferro e depois pela pecuária extensiva.

Esse modo de produção agrícola baseado em latifúndios e mão-de-obra barata intensifica ainda mais o desemprego, pois contribui para a expropriação e expulsão dos trabalhadores. É através dessas condições que o agronegócio canavieiro lança seu discurso de geração de emprego e renda, proliferando, assim, novas unidades produtivas de açúcar e álcool aliadas à expansão da monocultura canavieira no Pontal do Paranapanema.

O grupo Odebrecht comprou 85% da Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio (SP), com um investimento de R\$ 190 milhões para a aquisição e o aumento da

moagem. A empresa norueguesa Bioful AS também se associou a Destilaria Paranapanema, no município de Nandiba, investindo na expansão da referida destilaria e na construção da Destilaria Paranapanema II, que está em funcionamento desde 2010. Outros grupos empresariais investiram no setor sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema neste período, tais como o Grupo Alvorada, o Grupo Alto Alegre, o Grupo Cocal e o Grupo Olival Tenório.

A instalação de usinas no Pontal do Paranapanema tem estimulado o crescimento das áreas de plantio de cana-de-açúcar, o gráfico abaixo mostra a evolução da produção de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2010.



Org.: Rosa, A. F., 2012

Fonte: IBGE, 2012.

De acordo com os dados do gráfico a produção de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema tem crescido consideravelmente no período de 2000 a 2006, com um leve declínio em 2007, entretanto nos anos seguintes a produção vai voltar a crescer e com maior intensidade.

A cana-de-açúcar está se tornando um dos principais culturas do agronegócio devido a importância econômica do açúcar e do álcool produzido através da cana e o agronegócio canavieiro tem se apropriado do território através da implantação das usinas de processamento de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

A produção do agronegócio canavieiro gera impactos negativos, pois o trabalhador rural sem condições de garantir sua sobrevivência acaba sendo obrigado a vender sua força de

trabalho para a produção canavieira, o que vem se intensificando nos últimos anos devido ao plantio de cana-de-açúcar em grandes extensões territoriais, embora novas técnicas, principalmente na colheita da cana-de-açúcar, vêm reduzindo a necessidade de trabalhadores.

Para entender a expansão da cana-de-açúcar segue as tabelas com a produção de cana-de-açúcar, por município do Pontal do Paranapanema, no período de 2000-2010, os dados do IBGE mostram que apenas nos municípios de Alfredo Marcondes e Alvares Machado não foram registrados dados de produção de cana-de-açúcar no período. Entretanto, nos demais municípios que formam o Pontal do Paranapanema, todos tiveram aumento da produção de cana-de-açúcar no ano de 2010 em relação a produção de anos anteriores.

Tabela 6. Produção de Cana-de-açúcar (em Ton) nos municípios do Pontal do Paranapanema 2000 – 2005.

	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
Anhumas	-	-	-	12.600	12.600	13.141
Caiabu	345.923	345.923	345.900	361.240	346.000	360.760
Caiuá	206.150	126.000	126.000	124.180	124.180	350.434
Emilianópolis	-	-	-	114.312	114.312	149.537
Euclides da Cunha	100.000	120.000	3.700	1.800	-	-
Estrela do Norte	-	7.500	3.150	5.400	5.400	6.571
Iepê	234.000	400.000	400.000	560.000	584.917	610.161
Indiana	-	-	-	-	-	-
João Ramalho	180.000	240.000	240.000	181.674	181.674	304.122
Marabá Paulista	132.000	-	161.000	95.340	95.340	66.750
Martinópolis	240.000	-	240.000	695.000	795.000	750.931
Mirante do Paranapanema	-	-	79.500	-	-	14.602
Nantes	202.176	382.500	288.000	408.000	408.000	443.258
Narandiba	-	28.000	35.000	77.000	137.000	187.733
Piquerobi	-	-	-	-	-	41.718
Pirapozinho	152.000	133.000	136.500	136.500	175.000	182.518
Presidente Bernardes	64.000	93.500	35.000	17.500	48.000	56.320
Presidente Prudente	490.000	490.000	700.000	532.048	800.000	1.084.67
Presidente Venceslau	-	-	-	130.270	130.270	183.561
Rancharia	360.000	360.000	480.000	713.142	811.309	845.473
Regente Feijó	130.000	130.000	130.000	130.000	130.000	135.585
Ribeirão dos Índios	1.400	-	-	-	-	269.997
Rosana	-	8.000	14.480	-	-	17.272
Santo Anastácio	50.400	48.000	51.000	76.350	76.350	46.933
Santo Expedito	14.000	14.000	14.000	19.360	35.000	73.007
Taciba	219.000	219.000	219.000	219.000	219.000	228.409
Tarabai	-	-	-	-	-	-
Teodoro Sampaio	1.120.000	770.000	900.000	611.700	992.460	1.025.87
Pontal do Paranapanema	4.241.049	3.915.423	4.602.230	5.222.416	6.221.812	7.449.34

Org.: Rosa, A. F., 2012

Fonte: IBGE, 2012.

Tabela 7 - Produção de Cana-de-açúcar (em Ton) nos municípios do Pontal do Paranapanema 2006 – 2010.

	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010
Anhumas	12.600	81.000	222.600	222.600	400.000
Caiaçu	345.900	345.900	339.421	593.700	742.125
Caiuá	384.910	384.910	434.976	434.976	603.408
Emilianópolis	228.000	142.500	198.109	360.000	360.000
Euclides da Cunha	17.500	17.500	14.000	-	14.000
Estrela do Norte	6.300	6.300	6.300	558.000	558.000
Iepê	585.000	560.320	824.560	824.560	1.024.560
Indiana	-	-	6.930	7.000	6.930
João Ramalho	316.750	316.750	684.977	1.040.000	1.040.000
Marabá Paulista	366.113	306.519	732.960	732.960	1.258.000
Martinópolis	971.280	972.000	1.035.000	1.035.000	1.035.000
Mirante do Paranapanema	125.820	111.840	150.000	150.000	470.000
Nantes	629.000	481.000	629.000	697.000	697.000
Narandiba	423.000	972.000	1.242.000	1.800.000	1.800.000
Piquerobi	188.000	188.400	278.900	278.900	294.000
Pirapozinho	175.000	175.000	698.040	1.597.760	1.597.760
Presidente Bernardes	170.000	-	140.000	200.000	193.600
Presidente Epitácio	45.360	101.640	129.500	-	132.000
Presidente Prudente	1.040.000	800.000	1.187.550	600.000	800.000
Presidente Venceslau	331.380	331.380	538.488	538.488	694.008
Rancharia	1.472.000	1.080.000	1.348.289	1.440.000	1.785.000
Regente Feijó	130.000	130.000	158.550	130.000	130.000
Ribeirão dos Índios	286.000	234.000	286.000	130.000	196.800
Rosana	2.400	55.680	49.000	-	180.320
Sandovalina	400.000	640.000	1.360.000	1.360.000	1.440.000
Santo Anastácio	170.000	288.000	272.000	715.000	425.000
Santo Expedito	192.500	175.000	175.000	157.500	157.500
Taciba	219.000	-	219.000	280.000	434.000
Tarabai	70.494	79.590	71.500	88.000	240.000
Teodoro Sampaio	1.377.400	1.351.840	1.689.600	1.689.600	1.731.008
Pontal do Paranapanema	10.681.707	10.329.069	15.122.250	17.661.044	20.440.019

Org.: Rosa, A. F., 2012

Fonte: IBGE, 2012.

A produção de cana-de-açúcar mostrada na tabela acima diz respeito à produção anual, e varia em relação à produção por safra, devido a esse fator segue anexo a produção de cana-de-açúcar por safra de 2000 a 2012, nos estados e no Brasil.

A tabela mostra dados importantes sobre a expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema em 2000 a produção foi de 4.241.049 toneladas de cana-de-açúcar, dez anos depois esse número saltou para 20.440.019 toneladas de cana-de-açúcar, pode-se concluir através

desses dados que a produção se expandiu rapidamente. Assim é possível verificar a evolução da expansão da cana-de-açúcar em hectares no Pontal do Paranapanema, como no município de Narandiba, onde estão instaladas duas unidades fabris de açúcar e álcool, em 2000 não havia produção de cana-de-açúcar no município, entretanto, em 2010 foram produzidas 1.800.000 toneladas de cana-de-açúcar sendo a maior produção de cana-de-açúcar do Pontal do Paranapanema.

3.1 – As unidades produtivas instaladas no Pontal

Durante a primeira e a segunda fase do Proálcool, e também através do Pró-oeste, varias destilarias foram beneficiadas com os recursos do governo federal, assim de acordo com AZEVEDO (2005), o Proálcool patrocinou seis destilarias na região do Pontal do Paranapanema.

Sendo extremamente lucrativo ao capital agroindustrial, o Proálcool atendeu a todos os anseios e necessidades conjunturais do setor sucroalcooleiro, a exemplo de seis destilarias autônomas que este patrocinou na Alta Sorocabana; a saber: Destilaria Alcídia (1974) em Teodoro Sampaio; Destilaria Dalva (1979) em Santo Anastácio; Destilaria Decasa (1980) em Caiuá; Destilaria Laranja Doce (1981) em Regente Feijó; Destilaria Alta Floresta (1982) em Caiabú e Destilaria Bela Vista (1982) em Narandiba (AZEVEDO, 2005, 18-19).

De acordo com Thomaz Jr. (2009) existem no Pontal do Paranapanema dez usinas de produção de açúcar e álcool, são elas: Destilaria Alcídia, Usina Alvorada do Oeste, Usina Alto Alegre, Usina Atena, Destilaria Paranapanema, Usina Conquista do Pontal, Destilaria Decasa, Destilaria Paranapanema-Unidade II, Usina Santa Fany, Usina Cocal II.

A instalação das usinas no Pontal do Paranapanema como foi dito anteriormente foi direcionada através do Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo, onde a Secretária da Agricultura buscava aproveitar a infraestrutura existente, sem necessidade de investimentos públicos adicionais para sua consecução; inverter o fluxo migratório, em face da criação de empregos diretos e indiretos necessários à consolidação do programa; interiorizar o desenvolvimento via fortalecimento das economias regionais; preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como manter a expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta da exportação (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000, p. 89).

Entretanto nota-se uma diminuição das áreas destinadas à pecuária bem como o número de cabeças de gado, não só no Pontal do Paranapanema, mas no Estado de São Paulo como um todo como poderá ser observado nos próximos capítulos.

Sobre as usinas instaladas no Pontal, a primeira usina do Pontal foi a Destilaria Alcídia em 1974, através dos subsídios do Proálcool, no município de Teodoro Sampaio, em julho de 2007, de acordo com o processo de fechamento de algumas agroindústrias canavieiras, além de mudanças de razão social e transferência de plantas fabris para outras regiões, a Destilaria Alcídia passa a fazer parte da ETH bioenergia do grupo ODEBRECHT, que detém 85% das ações da empresa. A usina foi instalada em município com grande concentração de assentamentos rurais e irregularidades referentes à posse da terra. (Em: <<http://www.eth.com/polos-e-unidades/polo-sao-paulo>>, acesso em 27/11/2012).

Usina Alvorado do Oeste, a usina que até 2003 era conhecida como Destilaria Dalva foi a leilão devido a dificuldades financeiras, sendo adquirida pelo Grupo Alvorada, de José Osvaldo Marques. Localizada em Santo Anastácio, a destilaria Alvorada do Oeste, adquirida em 2003 pelo grupo de José Osvaldo Marques, que possui outra unidade em Minas Gerais, em sua primeira safra com a nova administração, processou 370 mil toneladas de cana de açúcar, produzindo 33 milhões de litros de álcool hidratado com 1700 funcionários. (Em Tv Udop <http://www.udop.com.br/tv/index.php?nome_flv=24_102_video_1676_12122007&codigo=143&codigo_canal=2>, acesso em 27/11/2012).

A Destilaria Decasa, ou Decasa Açúcar e Álcool está localizada no município de Caiuá – SP e foi fundada em 1980, sendo que em 2003 foi adquirida pelo Grupo Olival Tenório, de Alagoas, proprietário duas usinas no Nordeste, a usina Porto Rico e a Porto Alegre.

A Destilaria Dalva (atual Usina Alvorada do Oeste) e a Destilaria Decasa vão passar para outros proprietários no ano de 2003, quando a segunda alta do petróleo possibilitou um novo fôlego ao setor sucroalcooleiro e também a criação dos automóveis flex fuel.

A Destilaria Laranja Doce (atual Santa Fany), foi constituída em 1980 com financiamento do Governo Federal através do Proálcool. Situada em Regente Feijó (SP), em 1993 a empresa paralisou suas atividades. Em 1994 a destilaria foi adquirida pelos atuais sócios (Blinder), em 1995 ocorre alteração em sua denominação social, passando a ser Destilaria Santa Fany, em 2007 a Destilaria aumentou sua capacidade produtiva causando o seu endividamento (Em: <http://www.santafany.com.br>, acesso em 27/11/2012).

A usina Alto Alegre, unidade Floresta foi inaugurada em 1996, localizada no distrito Ameliópolis de Presidente Prudente (SP), a unidade pertence ao grupo Junqueira e Figueiredo, que fundaram a primeira usina do grupo em 1978 (Unidade Junqueira), em

Colorado no Paraná. A unidade floresta produz açúcar cristal branco, açúcar cristal VHP, álcool anidro carburante, álcool hidratado e energia elétrica. O grupo possui quatro unidades fabris, a unidade Junqueira (PR); Unidade Floresta (SP); Unidade Santo Inácio, inaugurada em junho de 2007, localizada em Santo Inácio no Paraná; e Unidade Florestópolis incorporada em setembro de 2010, está localizada em Florestópolis no Paraná (Em: <http://www.altoalegre.com.br>, acesso em 27/11/2012).

A partir de 2005, foram implantadas cinco novas usinas de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, sendo elas a Usina Conquista do Pontal em Mirante do Paranapanema, Usina Cocal II e Destilaria Paranapanema I em Narandiba, Destilaria Paranapanema II em Sandovalina e a Usina Atena em Martinópolis.

A Usina Conquista do Pontal foi inaugurada em 2009, no município de Mirante do Paranapanema (SP) e faz parte da EHT Bioenergia do Grupo Odebrecht que detém 85% da Destilaria Alcídia.

A usina cocal II está localizada no município de Narandiba (SP) desde 2006, produzindo açúcar, álcool e energia elétrica a partir da biomassa do bagaço da cana. A capacidade instalada é de 80 megawatts. Por enquanto, ela gera 55 megawatts e, deste total, a própria indústria consome 40% e o restante vai para a Companhia de Energia de São Paulo. A unidade Cocal II de Narandiba pertence ao grupo Cocal que entrou em atividade no dia 14 de maio de 1980 com a implantação do Proálcool. A Cocal começou processando 3.180 toneladas de cana/dia e produziu o equivalente a 22.500 m³ de álcool/ano. (Em: <http://www.cocal.com.br>, acesso em 28/11/2012).

A destilaria Paranapanema I está localizada em Narandiba e teve sua primeira produção em 1984, como destilaria Bela Vista, foi adquirida pela Companhia Albertina Mercantil e Industrial de Sertãozinho – SP, a referida destilaria e a Destilaria Paranapanema II, localizada em Sandovalina, foram adquiridas pelo grupo norueguês Umoe ASA, com sede em Oslo, que adquiriu o controle da Destilaria Paranapanema I, agora denominada Umoe Bioenergy. (Em: <http://umoebioenergy.com>, acesso em 27/11/2012).

A Usina Atena está instalada na fazenda Bartira, a seis quilômetros da Rodovia Homero Severo Lins, no município de Martinópolis. Suas atividades foram iniciadas no começo de 2007, com a primeira moagem completa em 2008. A Companhia tem uma área de plantio, entre próprias e arrendadas, de 14.300 hectares, adquirindo de terceiros 1680 hectares. A produção de açúcar, do tipo "VHP" é direcionada totalmente à exportação, principalmente para a Rússia, Canadá, Egito, Índia, Síria e Argélia. A Usina Atena emprega na safra 1453 funcionários e na entressafra 1011 funcionários. A unidade pertence ao grupo Diana

(Avanhandava – SP), que possui uma unidade em Avanhandava – SP, fundada por Armando Viana Egreja (Em <<http://www.usinaatena.com.br>>, acesso em 28/11/2012).

3.2 – A cana-de-açúcar nos assentamentos rurais

No Pontal do Paranapanema, a diminuição da área das propriedades rurais pode ser explicada pela implantação de assentamentos rurais, de acordo com o Dataluta, 2010 existem 6.248 famílias numa área total de 143.802 ha.

Através de dados do projeto Lupa no levantamento censitário de 1995/96, a área média das propriedades rurais no Estado era de 72 ha e passou a 63 ha no senso de 2007/08 (diminuiu em 13%). Já no Pontal, a área média das propriedades rurais era de 121 ha e passou a 80 ha (diminuiu 33%) (LUPA, 2012).

As terras do Pontal do Paranapanema são devolutas e foram ocupadas ilegalmente, uma parte das terras foram legalizadas e uma parte foi destinada a implantação de assentamentos rurais destinados a agricultura familiar e de subsistência, entretanto o agronegócio canavieiro, tem se apropriado dessas áreas para o plantio de cana-de-açúcar através de “parcerias” entre as usinas e os assentados.

Segundo Gonçalves (2011), a primeira tentativa de produzir cana-de-açúcar nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema ocorreu em 1993, quando a destilaria Alcídia apresentou um projeto que visava o cultivo de cana-de-açúcar em 11 lotes do assentamento Água Sumida em Teodoro Sampaio “Estava implantada a “parceria” entre INCRA/ITESP – Banespa – assentados e a Destilaria Alcídia S/A” GONÇALVES (2011).

Souza (2011) denomina essas parcerias de “integração” e mostra os aspectos negativos da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos.

Em função da renda obtida com essa integração ser muito baixa os assentados da Água Sumida deixaram de plantar cana para a Alcídia e a experiência encerrou em 2002. O cultivo da cana-de-açúcar acabou no Água Sumida, mas continuou em outros assentamentos da região, como ocorreu nos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata, próximos à Destilaria em questão Os assentados implantaram essa cultura para fornecer cana à usina, integração que foi intermediada pelo ITESP, seguindo as indicações da Portaria nº7742. Quanto a implantação da cultura da cana nos referidos assentamentos esta foi totalmente financiada pelo Pronaf, "integração" que permitiu a empresa processadora implantação da cana nessas áreas sem nenhum custo, já que todas as operações realizadas pela usina foram pagas pelos assentados com o financiamento realizado, levando-os ao endividamento. (Souza, 2011, p. 177).

De acordo com Thomaz Jr, essa parceria entre as usinas não pode ser considerada arrendamento, pois se trata de uma nova forma de integrar os assentamentos rurais ao agronegócio canavieiro e que essa “integração” ou “parceria” causaram o endividamento dos assentados, os quais frustrados com as perdas reais sentiram-se enganados ao final dessa experiência. Em 2002 sob o argumento de garantir a participação dos assentados na economia dos municípios o ITESP baixou a Portaria ITESP nº. 75 de 24/10/2002, permitindo que até 30% do lote seja utilizado para a plantação de cana-de-açúcar (GONÇALVES 2009, THOMAZ JR, 2009, FERREIRA JR e HESPANHOL, 2006).

Entretanto essas “parcerias” vão se tornar mais frequentes graças a Portaria nº 77/2004 do Itesp, que regulamentava a exploração dos lotes em assentamentos rurais com culturas destinadas a venda para as agroindústrias,

Art. 1º - A elaboração de projetos técnicos relativos ao plantio de culturas destinadas à venda para agroindústrias, nos Projetos de Assentamentos de Trabalhadores Rurais implantados nos termos da Lei Estadual n. 4.957 de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar, reger-se-á por esta portaria.

Art. 2º - As culturas para fins de Processamento industrial poderão a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total. (Portaria Itesp, 77/2004).

Com base nessa portaria, muitos assentados firmaram contrato com varias usinas da região, introduzindo a cana-de-açúcar em grande escala nos assentamentos, que se tornou possível graças ao Programa de Integração Rural do Banco do Brasil, BB-Covir, que financiou a produção através de recursos Pronaf, linha D, em torno de R\$18 mil por assentado, em parceria com a Destilaria Alcídia, que detinha o controle dos custos e dos gastos,

Os camponeses não têm controle dos custos e gastos, portanto dos pagamentos ou o que deveriam receber da Destilaria Alcídia com base nas sobras após o desconto de 50%, 30%, 20%, do valor do empréstimo total R\$18.000,00, respectivamente às 3 safras subsequentes (2005/06, 2006/07, 2007/08). Poucos obtiveram ganhos bem abaixo do esperado e a maioria não obteve ganhos, sendo que com base na contabilidade da Destilaria Alcídia estão endividados com a empresa (Thomaz Jr, jun/2009, p.10).

Nessa integração as desvantagens são maiores para os assentados que adotaram esse programa, entretanto, segundo Ferreira Jr e Hespanhol (2006 p. 12), no assentamento Alcídia da Gata, que tem suas origem na luta pela terra, no início da década de 1990, 24 dos 28 lotes

que compõe o assentamento aderiram o plantio de cana-de-açúcar em parceria com a destilaria Alcídia.

Thomaz Jr (2009 p.10), ainda destaca que,

Envolver os camponeses (125 ao todo) e os assentamentos (Alcídia da Gata, Laudenor de Souza, Santa Cruz da Alcídia Vô Tonico, Santa Zélia, Santa Terezinha da Alcídia, Gleba XV de Novembro) no plantio da cana-de-açúcar, apesar dos ganhos econômicos constatados para o capital, ele os amarra à sua dinâmica ou o que é o mesmo desestrutura sua existência à base do trabalho familiar para mantê-los controlados. (THOMAZ JR, JUN/2009, P.10)

Assim essa parceria é mais uma estratégia do agronegócio expandir sua produção, desestruturar a unidade de trabalho familiar e desmobilizar a luta dos movimentos bem como o propósito principal dos assentamentos, pois além dos assentados vincularem, em média 50% de sua propriedade a produção da monocultura da cana-de-açúcar, ele acaba trabalhando para a agroindústria canavieira e reproduzindo a dinâmica do agronegócio.

Essa ação “fragiliza os camponeses, os movimentos sociais que reivindicam e lutam pela reforma agrária e política de assentamentos, pois passam a ser controlados pelo capital e a gravitarem na sua órbita de controle e determinação” (THOMAZ JR, 2009, p. 59). Quando na realidade faltam políticas eficientes que permitam ao trabalhador assentado permanecer em sua propriedade, trabalhando no cultivo agrícola familiar, com cultivares que possuem mercado consumidor na região e políticas que ajudem a melhorar a qualidade de vida dos assentados através de programas e cursos que capacitem os trabalhadores com novas técnicas de produção agrícola, muitas delas simples e que aumentam a produtividade gerando lucro para os assentados para que os mesmos não tenham que cultivar a cana-de-açúcar nos assentamentos.

3.3 – A expansão do capital canavieiro no município de Martinópolis

De acordo com dados do IBGE (2010) o município de Martinópolis possui uma área de 1.253 km², com 24.219 habitantes e de acordo com o site oficial da Prefeitura de Martinópolis o processo de ocupação do município inicia-se em meados do século XIX, quando sertanistas capitaneados por José Teodoro de Souza e Francisco de Paula Moraes, chegaram às terras de São Paulo entre as águas do Rio do peixe e do Paranapanema, logo após deu-se início a construção da estrada boiadeira rumo ao Mato Grosso. Entretanto foi o

prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, iniciado em 1910 a partir de Salto Grande a Porto Tibiriçá (atual Presidente Epitácio) que impulsionou o progresso.

Em 05 de agosto de 1917 foi inaugurada a estação de José Teodoro, nos primeiros anos a estação construída de alvenaria no meio da mata virgem tinha pouco movimento de pessoas e mercadorias. Apenas em 1924, de acordo com Daltozo (1999) com a aquisição de uma fazenda de dez mil alqueires, pelo Coronel João Gomes Martins que dá início ao povoado da Estação de José Teodoro. O coronel Martins contratou agrimensores e fez o arruamento do povoado, dividindo o restante da propriedade em chácaras, sítios e fazendas, denominando a Núcleo Colonial Boa Ventura da Colonização Martins, paralelo aos trilhos começou a surgir as primeiras casas comerciais e as primeiras residências,

Um levantamento efetuado em 15.11.1927 constatou a existência de 1.395 habitantes, entre zona urbana e rural. Descrevia ainda que o povoado possuía: 3 olarias, 2 serrarias, 1 moinho de fubá, 4 casas de secos e molhados, 1 padaria, 1 garagem, 13 automóveis e caminhões, 1 carpintaria, 1 oficina mecânica, 1 hotel e 1 ferreiro.
(DALTOZO, 1999, p.35).

Em 20 de dezembro de 1929 devido ao crescimento do povoado, houve sua transformação em Distrito de Paz pela Lei Estadual nº 2.392, pertencendo ao município e comarca de Presidente Prudente.

Segundo Daltozo, em janeiro de 1939 o então Distrito é oficialmente decretado município, pertencente à comarca de Presidente Prudente e em homenagem ao seu colonizador Coronel Martins, que havia falecido em 1937, o município tem seu nome alterado para “Martinópolis”.

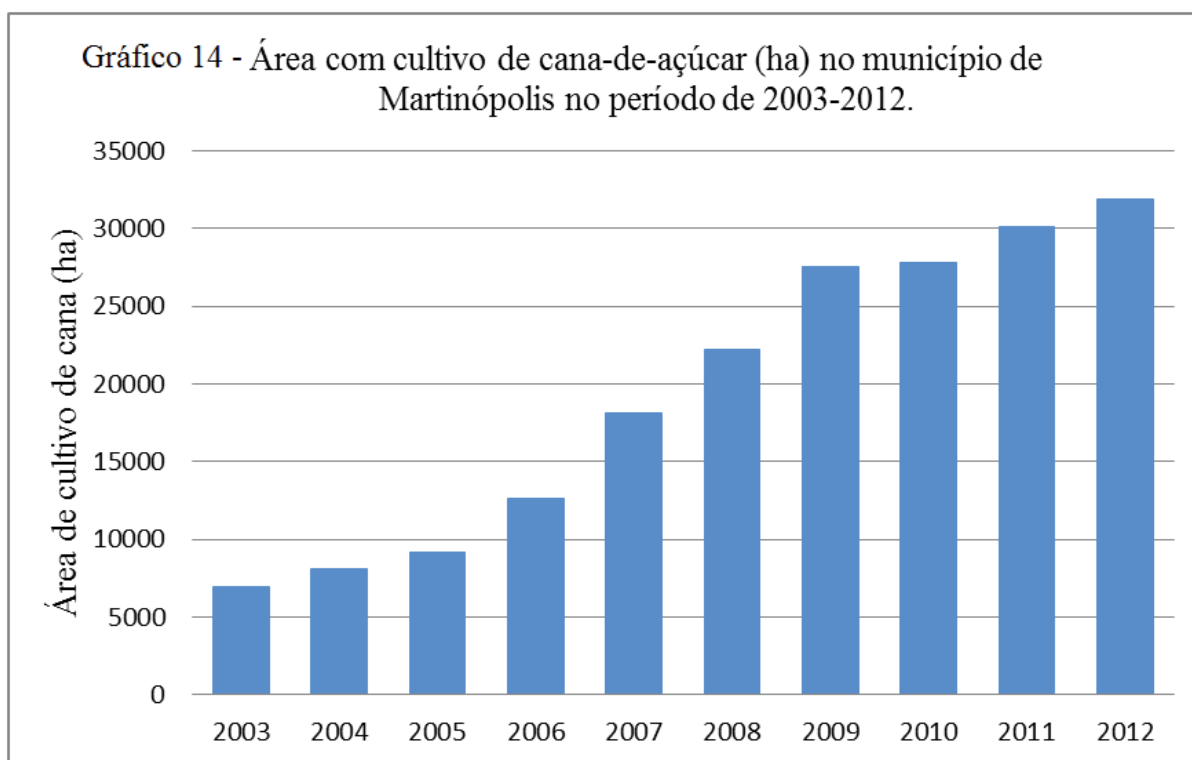
Como não havia eleições diretas para escolha de prefeitos e vereadores, devido á ditadura Vargas os prefeitos eram nomeados pelo interventor estadual. O primeiro prefeito, segundo site oficial da prefeitura de Martinópolis foi o farmacêutico Octavio Gonçalves de Oliveira. O Decreto 14.334/44 criou a comarca de Martinópolis, a 140ª comarca do Estado de São Paulo, instalada oficialmente em 13 de junho de 1945, sob a jurisdição do município de Regente Feijó. Em janeiro de 1948 toma posse o primeiro prefeito eleito pelo povo, o comerciante João Batista Berbert.

Na década de 40, o município se estendia por uma área territorial de 4.000 Km², limitando-se com Regente Feijó, Presidente Prudente, Valparaíso, Guararapes, Tupã e Rancharia. Sua população já era de 25.000 habitantes, dos quais, 18.000 radicados nas Glebas da colonização Martins.. Na década de 50, sua população chegou a 37.000 habitantes, sendo 29.000 na Zona Rural. Nas décadas de 60,70 e 80, o êxodo rural, provocado pelo desestímulo

à agricultura e pela industrialização desordenada, concentrada nos grandes centros urbanos, atingiu a economia de Martinópolis e com ela a sua população entrou em declínio, Daltozo (1999).

O município de Martinópolis bateu recordes na produção de algodão no ano de 1955 com 2.389.200 arrobas colhidas. Entre 1960 e 1970, houve destaque para o amendoim. Hoje, as culturas de café, algodão, amendoim, milho e feijão são produzidos em pequena escala no município, Daltozo (1999).

O plantio de cana-de-açúcar cresceu muito nos últimos anos no município de Martinópolis e segue a tendência não só do Pontal do Paranapanema como do estado de São Paulo, de modo geral, como pode ser analisada através do gráfico.



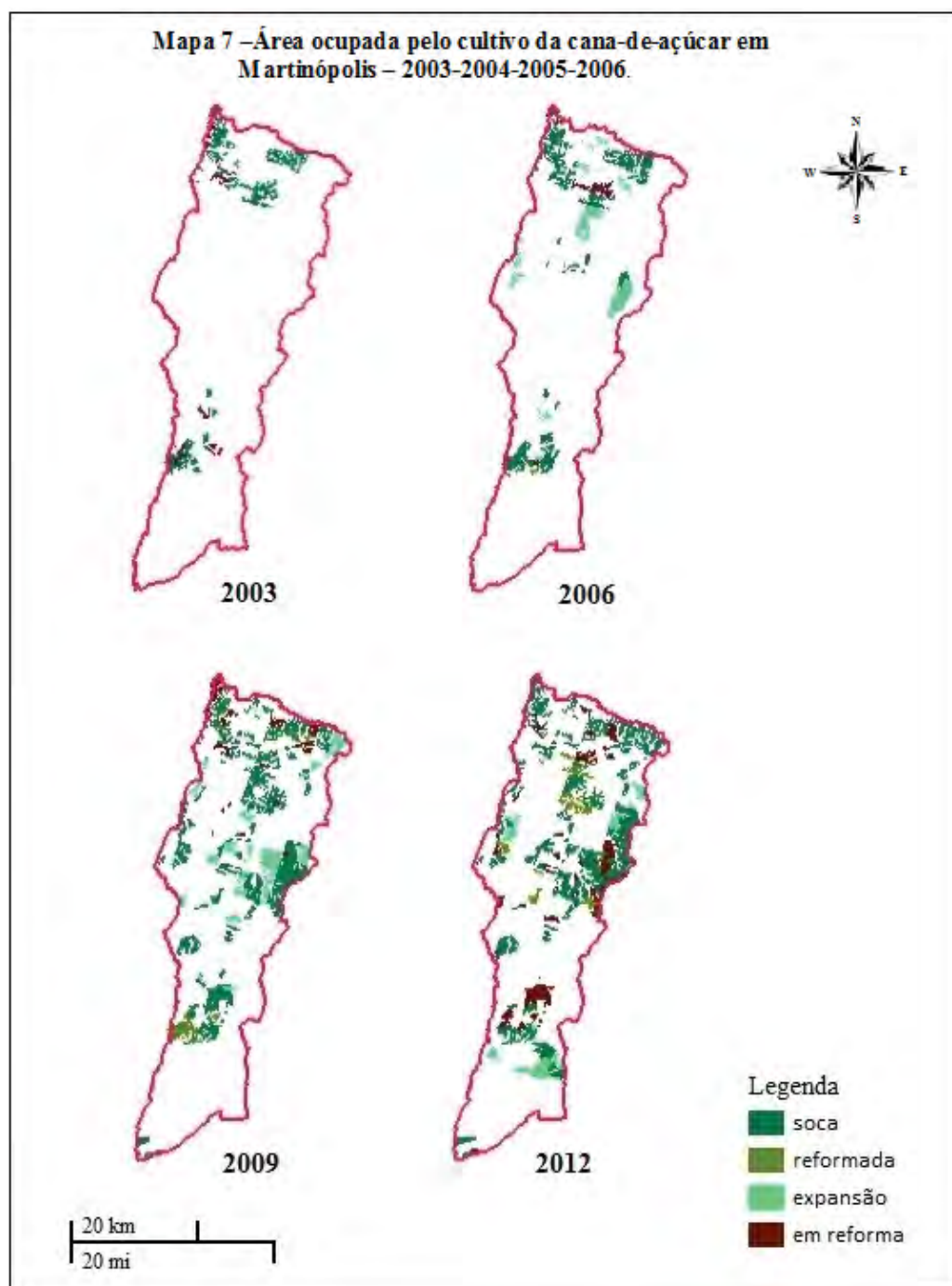
Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: Canasat, 2012. <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>

Entretanto, como pode ser observado desde 2003 o plantio da cana-de-açúcar tem se expandido no município, embora cana-de-açúcar produzida no município destina-se as usinas Alto Alegre (Presidente Prudente), Atena (Martinópolis) e Dacal (Osvaldo Cruz), de acordo com informações do secretário da agricultura do município de Martinópolis.

O cultivo de cana-de-açúcar se expandiu rapidamente em Martinópolis, essa expansão está vinculada a instalação da usina Atena, no município em 2006, como pode ser observado (Mapa 7) as áreas de cultivo forma expandidas após a instalação da referida usina.

Mapa 7 – Área ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar em Martinópolis – 2003-2004-2005-2006.



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: Canasat, 2012. <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>

Relacionando o processo da territorialização da cana de açúcar em relação a agropecuária é possível observar que o número de bovinos no Estado de São Paulo em 2005 era de 13.420.780 cabeça de gado, cinco anos depois esse numero caiu para 11.197.697 e no Pontal do Paranapanema houve diminuição de 272.244 cabeças correspondendo a 14,52% do

total de cabeças de gado e Estado de São Paulo houve diminuição de 2.223.083 cabeças em 2010 correspondendo a 16,56%.

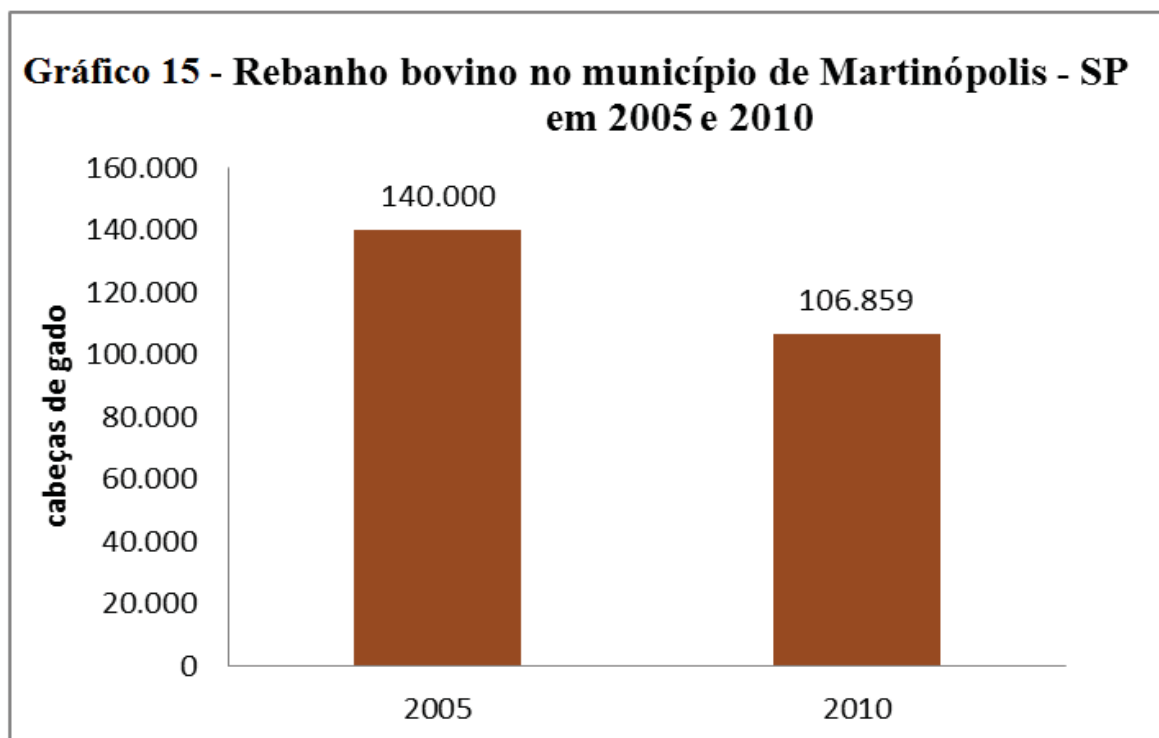
Tabela 8. Número de cabeças de gado no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema

	2005		2010	
	São Paulo	Pontal do Paranapanema	São Paulo	Pontal do Paranapanema
Bovino	13.420.780	1.874.173	11.197.697	1.601.929

Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

Podemos observar através da tabela em anexo que houve uma diminuição de cabeças de gado no município de Martinópolis e que houve um aumento da produção de cana de açúcar, no mesmo período (ver gráfico 15).



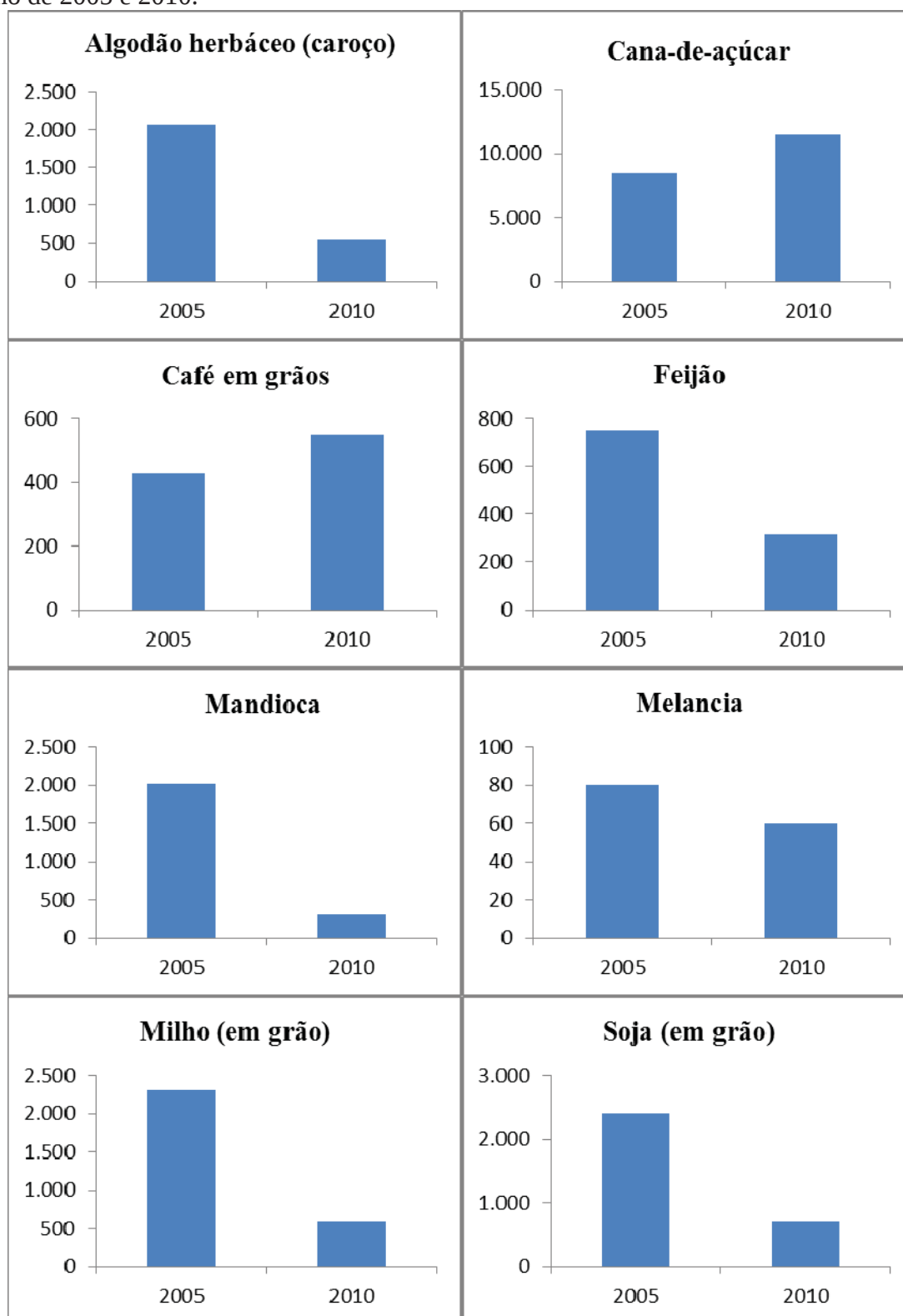
Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

Com relação aos principais cultivos do município, podemos observar através do gráfico abaixo que houve aumento de produção apenas de café e da cana-de-açúcar no período analisado.

Foram levantados os dados de produção de 2005, anterior a primeira safra da usina instalada no município e de 2010, cinco anos depois da instalação da usina, como pode ser observado a produção das outras culturas presentes no município reduziu bastante.

Gráfico 16- Produção (em toneladas) dos principais cultivares do município de Martinópolis, no ano de 2005 e 2010.



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

Como pode ser observado através do gráfico, as principais culturas cultivadas no município e também a pecuária teve sua produção reduzida, enquanto a produção de café e de

cana-de-açúcar aumentaram, entretanto o aumento da produção de cana-de-açúcar foi mais significativo entre o período de 2005 e 2010.

3.4 – Resultados obtidos através de entrevistas com os sujeitos locais

Na pesquisa de campo foi realizada uma entrevista dirigida sobre o impacto da usina em diferentes grupos da população e também sobre o plantio de cana-de-açúcar, que aumentou consideravelmente no município. Foram entrevistados 40 moradores e 20 comerciantes do município e todos eles consideraram positiva a implantação da indústria, na primeira ida a campo para realização das entrevistas em 27/07/2012 e na segunda ida a campo em 14/09/2012.

Os moradores que consideraram boa a instalação da usina, e consideram que gerou emprego e renda, aumentando o poder de compra das pessoas. Comentaram que antes da chegada da usina não havia empregos, o comércio estava ruim e que durante a instalação da usina houve geração de emprego, vieram pessoas de fora e também aumentou a circulação de pessoas no município, o que melhorou as vendas do comércio, embora 60% dos comerciantes não acredite que exista um vínculo entre a instalação da indústria e o aumento do faturamento.

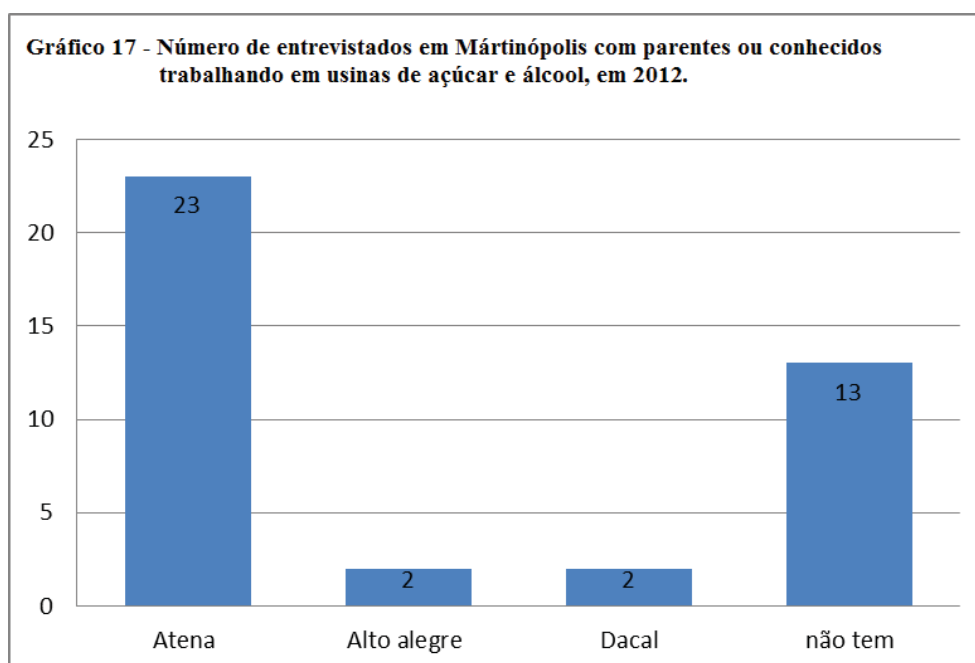
Essas afirmações vão de encontro às análises de Shikida e Souza, (2009) e Haddad (2009), que falam da importância da instalação de novas atividades econômicas para elevar os níveis de emprego e renda, assim, de acordo com Haddad (2009)

A localização e a implantação de novas atividades econômicas de maior escala numa região podem elevar os seus níveis de produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, se configure um processo de desenvolvimento.

Os valores per capita do produto e da renda, assim como os indicadores de emprego, se expandem, denotando, basicamente, que a região estará vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico, e que, em média, estará havendo um aumento na quantidade de bens e serviços à disposição dos seus habitantes. Se as taxas de crescimento do PIB e da renda per capita da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, pode-se afirmar que foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia. (HADDAD, 2009, p.121).

Em entrevista com os moradores 75% dos entrevistados afirmaram possuir um familiar ou conhecido que trabalha na usina instalada no município ou nas usinas da região, esse é um

dado importante, pois as usinas geram empregos para a população residente no município, embora também recebam trabalhadores de outras regiões. Na primeira ida a campo para realização das entrevistas, dos dez primeiros entrevistados apenas um possuía parentes ou conhecidos trabalhando na usina, entretanto na segunda ida a campo onde foram realizadas 30 entrevistas com moradores, 23 deles tinham mais de um parente ou amigo trabalhando na usina Atena, dois entrevistados tinham uma pessoa da família trabalhando na usina Dacal e dois entrevistados tinham parentes trabalhando na usina Alto Alegre, ou seja, 27 pessoas possuem algum parente ou conhecido que trabalha em usina de produção de açúcar e álcool dos 40 entrevistados.



Org.: Rosa, A. F., 2012.

Fonte: Dados obtidos através de entrevista realizada com moradores do município.

De acordo com as entrevistas nenhum morador relatou que cultivava cana-de-açúcar ou mesmo que possuía algum familiar que cultivava cana-de-açúcar.

No que diz respeito às mudanças positivas apontadas pelos munícipes, a mais destacada é a geração de emprego e renda, logo em seguida está valorização dos imóveis, o aumento da circulação de pessoas no município. Representantes de dois postos de gasolina afirmaram ter aumentado o faturamento em virtude da instalação da usina no município.

Sobre os aspectos negativos, 97% dos moradores apontaram a queima da palha da cana-de-açúcar como o principal aspecto negativo do plantio de cana-de-açúcar e sobre a usina identificaram como principal aspecto negativo a qualidade das vias próximas à usina, embora

a usina esteja distante 16 km da sede municipal município, além da queima da palha os moradores comentaram sobre o desmatamento que ocorreu para a instalação da usina Atena e que não se ouve mais os pássaros como antes. Não foi possível confrontar essas informações com a indústria em questão uma vez que a mesma não permitiu contato e nem que fosse realizada visita na usina, alegando que o responsável estava sempre ocupado, mesmo sem saber a finalidade da visita.

Sobre a questão dos impactos ambientais, a referida usina foi dispensada do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), sendo suficiente o Relatório Ambiental Preliminar (RAP), conforme foi mostrado na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio dos Promotores de Justiça Nelson Roberto Bugalho e Carlos Schelini César,

Entendendo o órgão ambiental estadual que o empreendimento agroindustrial (obras e atividades) não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, dispensa a realização de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), apesar da natureza do empreendimento e de outros aspectos que, embora de forma superficial e genérica, estão gravados no RAP, conforme se verifica no procedimento.

Assim, com base num simples RAP, o Estado de São Paulo, por meio da CPRN/Daia dispensou a realização de EIA/Rima e ainda manifestou sua concordância com a expedição da Licença Prévia - LP - pela Cetesb, sendo que este órgão, depois, emitiu também a Licença de Instalação - LI. (BUGALHO e CÉSAR, 2007, 314-315).

Também foi apontado o aumento da criminalidade embora não seja uma característica só dos municípios que possuem usinas de açúcar e álcool e sim de municípios com urbanização crescente, mas de maneira geral a população considera importante a instalação da usina para o crescimento econômico do município.

A instalação da unidade produtiva causou a vinda de migrantes para trabalhar na usina, e de acordo com os moradores entrevistados 87% deles consideraram boa a vinda desses migrantes, pois aumentou a circulação de pessoas, tem mais carros circulando, aumentou as vendas do comércio, 13% consideram que a vinda desses migrantes pode ser responsável pelo aumento da criminalidade e também pela disputa de vagas de emprego, uma vez que alguns imigrantes vêm para o município com a família toda, além daqueles que desistem de trabalhar na usina e que permanecem no município.

Embora haja a colheita mecanizada as usinas necessitam de trabalhadores em todas as partes do processo produtivo tanto do plantio da cana-de-açúcar, trabalhos manuais e operadores de máquinas e também no processo de produção de açúcar e álcool, nas diversas

partes do processo produtivo, atraindo os imigrantes, que no caso de Martinópolis vem, principalmente da Bahia, segundo os moradores e o prefeito do município.

A questão do trabalhador do setor sucroalcooleiro está presente nos estudos de Oliveira, Gonçalves e Thomaz Jr. (2007) e, que analisam detalhadamente as condições dos trabalhadores do agronegócio canavieiro, assim no que diz respeito à imigração o autor faz as seguintes considerações:

O movimento migratório, no Brasil, é histórico e de alguma forma esteve associado aos importantes ciclos produtivos (a exemplo da borracha, do café, do período de consolidação do setor industrial etc.), coincidindo inclusive com o processo de modernização/mecanização da agricultura, que provocou uma saída expressiva do homem do campo para a cidade, quer expropriado de suas terras, quer pela substituição da sua mão-de-obra pela máquina. (OLIVEIRA, GONÇALVES e THOMAZ JR., 2007, p. 66).

Neste sentido o agronegócio canavieiro faz parte dessa dinâmica, que num primeiro momento utiliza a mão-de-obra do trabalhador rural no cultivo da cana-de-açúcar, fazendo aumentar a migração para os locais onde estão instaladas as unidades produtivas, e também expropriando suas terras para expansão das áreas de cultivo e num segundo momento esses trabalhadores vão ser substituídos pelas máquinas devido ao processo de mecanização da agricultura, fato que pode ser evidenciado no município analisado, de acordo com as informações dos moradores.

Sobre a questão dos imóveis, os entrevistados apontam que após a instalação da usina aumentou o preço dos aluguéis e está mais difícil encontrar casa para alugar pois segundo os moradores entrevistados a usina Atena aluga casas para colocar trabalhadores nessas casas.

Dentre os moradores entrevistado 70% acharam ruim o aumento dos aluguéis, falando que os preços estão muito altos por ser um município pequeno, e 30% dos moradores acharam bom para o município e para eles também alegando que antes da instalação da usina haviam muitas casas vazias e que o fato de estarem alugadas gera renda.

O aumento do preço dos aluguéis e a especulação imobiliária após a instalação de usinas de cana de açúcar pode ser evidenciado em outras regiões onde o setor sucroalcooleiro instalou unidades produtivas como pode ser visto em Azevedo (2008 p. 102),

A disputa por casas (cômodos em geral) tem crescido nas cidades que recebem unidades produtivas, bem como, nas áreas próximas (distritos e bairros), e repercutindo diretamente no preço dos aluguéis. Este aspecto foi particularmente observado em municípios como Rio Brilhante, Maracaju, Dourados, Deodápolis, Nova Andradina, Anaurilândia e Bataguassu, nos quais pudemos constatar o fato no decorrer dos Trabalhos de Campo (AZEVEDO, 2008, p.102).

Não só o preço dos aluguéis e os imóveis das áreas urbanas sofrem os reflexos da instalação das usinas, mas também os imóveis rurais principalmente com o arrendamento de terras para fins de cultivo da cana-de-açúcar, que de acordo com os moradores do município e com os dados do CANASAT, as áreas destinadas ao plantio da cana-de-açúcar no município aumentaram muito nos últimos cinco anos.

De acordo com o atual prefeito Waldemir Caetano de Souza, a instalação da usina representa um avanço para o município, pois gera emprego e renda. Durante a instalação da usina foram dados alguns incentivos para a instalação da indústria no município, segundo o prefeito, que no período de instalação da indústria era vice-prefeito foi concedida isenção do ISS no período de construção da usina, a terraplanagem do local onde foi instalada a usina e também foi firmado um acordo entre a prefeitura, a Caiuá e a usina para levar energia elétrica até o local, que foi pago pela prefeitura e a melhoria das vias de acesso.

Através das entrevistas com o prefeito e com o secretário da agricultura todo o comércio foi beneficiado com a instalação da usina, pois a geração de empregos possibilitou o poder de compra dos moradores do município e também dos migrantes que trabalham na usina, o que também foi constatado em entrevista com os moradores e comerciantes do município.

Durante a entrevista com o prefeito do município de Martinópolis, o mesmo afirmou que “é servido café da manhã composto por pão, manteiga e leite com toddy a todos os trabalhadores da usina às 06h00min horas da manhã na Creche Municipal Liamar Jóia de Carvalho, no Parque das Grevilhas e na Creche Municipal A Semente na Vila Alegrete”.

O trabalhador agrícola Laercio Lopes confirma o que foi dito pelo prefeito, o mesmo também relata que trabalhou durante sete anos na usina Atena, desde a sua construção e também como auxiliar de bombeiro agrícola ganhava cerca de R\$ 750,00 e que sofreu acidente na usina e 90 dias após voltar ao trabalho foi demitido sem justa causa, ainda diz que os ônibus que transporta os trabalhadores são de péssima qualidade e que alguns nem tem bancos para sentar.

Outra informação importante diz respeito à opinião dos moradores e comerciantes sobre o crescimento econômico do município, os mesmos relatam que a economia do município estava estagnada, não havia nenhuma indústria de grande porte no município e faltava emprego. A satisfação dos moradores e comerciantes é inegável, embora a maioria deles não levaram em consideração a qualidade dos empregos gerados e também que o plantio de matéria-prima dessa usina vai contribuir para a concentração fundiária, concentração de

renda, exploração de mão-de-obra barata e degradação ambiental, além de servir para manter a estrutura da sociedade capitalista em que vivemos.

Com relação à questão da infraestrutura do transporte na região, incluindo as condições das vias urbanas, rodovias e estradas rurais 40% dos moradores não souberam ou não quiseram comentar sobre a qualidade das vias e números de acidentes ligados a instalação da usina, entretanto, 60% dos moradores alegam que piorou a qualidade das rodovias da região devido ao transporte da cana-de-açúcar em grandes caminhões, aumentou a circulação de veículos pesados e as estradas estão em péssimas condições, os moradores relatam que as estradas (rodovias) já não eram boas e que ficou pior depois da instalação da usina. Ao prefeito foi feito o mesmo questionamento, que respondeu que a usina tem parceria e investe no sistema viário no entorno da usina no município.

Em entrevista com o atual secretário da agricultura de Martinópolis, Ricardo Alves de Lima Toledo, que participou junto à administração do Prefeito Antônio Leal Cordeiro, relata sobre a influência do prefeito na instalação da usina no município de Martinópolis, pois foi cogitada a possibilidade da instalação da usina no município de Rancharia, tanto foi que a usina acabou ficando no limite do município de Martinópolis com Rancharia.

O Secretário da agricultura do município, Ricardo Alves de Lima Toledo diz que a usina gerou mais de mil empregos para o município e diz ainda que a cana de açúcar entrou somente em áreas degradadas pela pastagem e em áreas onde a pecuária estava em decadência.

Tanto o secretário da agricultura do município quanto o atual prefeito têm a mesma opinião sobre aumentar a área de plantio da cana-de-açúcar e ainda falam que o município comporta mais uma usina e que acreditam na possibilidade da instalação de mais uma usina nos próximos anos.

Embora seja importante ressaltar que a instalação de indústrias, principalmente as agroindústrias do setor sucroalcooleiro serve ao sistema de mercado capitalista baseado na produtividade e na mais-valia, ou seja, o lucro obtido através da mão-de-obra do trabalhador assalariado que ao mesmo tempo em que é refém também acaba reproduzindo esse sistema. Assim a agroindústria canavieira alimenta o sistema de produção capitalista, fortalece a concentração fundiária, a degradação ambiental e do trabalho, além da concentração de renda.

Considerações Finais

As políticas governamentais, articuladas e regulamentadas pelo IAA até o início do Proálcool foram fundamentais para a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil e possibilitaram a transferência da produção de açúcar da região Nordeste para a região Centro-Sul, mais especificamente para o estado de São Paulo, que se tornou o maior produtor de açúcar e álcool no Brasil.

A partir dos financiamentos obtidos através do Proálcool foram instaladas várias usinas e destilarias no estado de São Paulo e na região oeste do estado de São Paulo vão ser instaladas algumas dessas unidades produtivas, através do Proálcool e programas específicos do estado de São Paulo tais como o PROCANA e o Pró-oeste.

Neste sentido, a região do Pontal do Paranapanema vai receber 10 usinas e destilarias de açúcar e álcool a partir da década de 70, quando se inicia o Proálcool. Assim, o Pontal do Paranapanema, que foi palco de inúmeras disputas territoriais, ocupações ilegítimas por parte de coronéis da região, grilagem de documentos de posse de propriedades e onde houve muitas lutas entre latifundiários e pequenos produtores que buscavam a oportunidade de produzir para manter a si e sua família vai receber não só as usinas como também as plantações de cana-de-açúcar que vão se espalhar pelo estado de São Paulo entrando inclusive nos assentamentos rurais.

O discurso da geração de renda, aliados á regulamentação do Itesp para o plantio de cana-de-açúcar em parte dos assentamentos fez com que alguns assentados produzissem cana-de-açúcar o que gerou sérios problemas financeiros para os assentados como já foi visto anteriormente, os assentados se sentiram enganados pois ao final do período de vigência do contrato eles tiveram prejuízos ao invés de lucro.

Entretanto o discurso do agronegócio canavieiro de emprego e renda está presente e atuando em vários municípios, como é o caso do município que foi estudado neste trabalho, realmente a instalação de uma usina ou destilaria no município com pouco mais de 24.000 habitantes pode ser uma ótima oportunidade de geração de emprego e renda. A maioria dos moradores e comerciantes entrevistados durante a realização do trabalho consideram importante a instalação da usina no município, até por que a maioria deles também tem algum parente ou amigo que trabalha na usina do município ou da região.

Embora a instalação das unidades de produção de açúcar e álcool bem como o plantio de cana, que ocupa áreas cada vez maiores dos municípios tenha causado a diminuição de

áreas de culturas tradicionais no município e da pecuária, do município, do Pontal e do estado de São Paulo de maneira geral.

Assim da mesma maneira em que o agronegócio se apresenta como uma alternativa para os agricultores e para os municípios, com a instalação das usinas, também apresentam aspectos negativos tais como as condições de trabalho e os salários dos trabalhadores no corte da cana, os prejuízos causados ao meio ambiente e as grandes extensões de terras férteis do estado de São Paulo que passa a ser dominada pela monocultura da cana-de-açúcar em detrimento de outras culturas.

Referências

Acompanhamento da safra brasileira: cana de açúcar, disponível em <http://www.conab.gov.br>, acessado em 23/09/2012.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista: As tramas territoriais do agronegócio em questão**. 2005. Trabalho conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente.

AZEVEDO, José Roberto Nunes, **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: Relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**, Dissertação de Mestrado, Dourados –MS, 2008.

Banco de dados do IBGE (SIDRA), disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 12/08/2012.

BRASIL, Lei 4870 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4870.htm, acessado em 22 de julho de 2012.

BRASIL, Lei 5654 <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5654-14-maio-1971-358737-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 22 de julho de 2012.

BRASIL, Decreto nº 22.789/33 http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=22789&tipo_norma=DEC&data=19330601&link=s, acessado em 20 julho de 2012.

BRASIL, Decreto nº 4722/42 <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4722&tiponorma=DEL&data=19420922&link=s>, acessado em 20 julho de 2012.

BRASIL, Decreto nº 50.818 <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50818-22-junho-1961-390813-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 4 de agosto de 2012.

BRAY, Sílvio Carlos.; FERREIRA, Enéas Rente.; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp – Marília Publicações, 2000.

BARRETO, Maria Joseli. **Dinâmica Geográfica da Expansão da Agroindústria Canavieira no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho: Os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa**, Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, 2008.

BUGALHO, Nelson Roberto e CARLOS Schelini César, **Ação civil pública. Destilaria de álcool. Parque industrial e lavoura canavieira. Ausência de El-Rima**, In: Revista de Direito Ambiental, nº 48, 2007 (p. 313-335).

CANASAT, 2012. Disponível em, <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>, acessado em 27/08/2012.

CHIOVETTI, Simão. Pedro. **Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados**, artigo Revista Lutas Sociais, (p. 151 – 166) PUC, São Paulo, 1999. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_simao.pdf

DALTOZO, José Carlos. **Martinópolis: sua história e sua gente**, Martipel, 1999

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**, Tese de Doutorado, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; ANTONIO, Armando Pereira e SILVEIRA, Fátima Rotundo. **A questão da cana-de-açúcar nos assentamentos do Pontal do Paranapanema: parecer técnico científico da Unesp**. Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Revista Reforma Agrária, v. 25, n. 2/3, maio/dez. 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane. Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema(SP)**. Estudos Avançados 15(43), 2001, (p.239-254).

FERREIRA JR, Carlos Antonio; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A cana-de-açúcar nos assentamentos rurais Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata no Município de Teodoro Sampaio – SP**, II Encontro de Grupos de Pesquisa, Uberlândia-MG, junho, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon . **O Pontal do Paranapanema sessenta anos após "Fazendeiros e Pioneiros de São Paulo"**. In: Amalia Inés Geraiges de Lemos; Emerson Galvani. (Org.). Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig. Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 173-192

GONCALVES, Elienai Constantino. **Disputa territorial entre o movimento Camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio**, Dissertação de Mestrado – Presidente Prudente, 2011.

HADDAD, Paulo R. **Capitais intangíveis e desenvolvimento regional**, In: Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**, Hucitec, São Paulo, 1998.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira, MARTIN Encarnita Salas e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: Uma política de desenvolvimento regional**, Revista Formação, nº14 volume 1, 2007 – p. 56-66

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves, **Breve descrição do proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil**, 46º Congresso SOBER, Acre, julho, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos Para o Trabalho**, Tese de doutorado - Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, Renata Fernandes de. **PROÁLCOOL: Fonte alternativa de energia**, Monografia de bacharelado, 2004, Unicap, Recife.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Paradigma e metodologias da questão agrária: Uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema-SP**, monografia de bacharelado, Presidente Prudente, 2011.

Portaria Itesp 077/2044, disponível em, http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/arquivos/portaria_0772004.zip, acessado em 05/11/2012

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, Claudia. COPEN, Perspectiva Semanal, Ano V, nº 278, 2010 disponível em <http://www.copen.com.br/userfiles/file/Perspectiva%20semanal%20278.pdf>, acessado em 12/10/2012

RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **O processo de concentração das unidades industriais sucroalcooleiras do estado de São Paulo: 1979-1992 (tese de doutorado)**, Rio Claro, 1996.

SANTOS, J. C. PESSÔA, V. L. S. **A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP: as tramas do capital e os impactos no mundo do trabalho**, CAMPO TERRITORIO: revista geográfica agrária, v3, n.5, p 243-263, fev. 2008.

SANTOS, J. C. **Dos Canaviais à “etanolatia”: o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2009. 375 f. Tese de Doutorado, UFU/ Uberlândia, 2009.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. SOUZA, Elvanio Costa de. **Agroindústria canavieira e crescimento econômico local**, RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 03, p. 569-600, jul/set 2009.

Site da Usina Atena, <http://www.usinaatena.com.br>, acessado em 14/10/2012

Site da Usina Alto Alegre. <http://www.altoalegre.com.br>, acessado em 22/09/2012

Sites da Usina Cocal. <http://www.cocal.com.br>, acessado em 16/10/2012

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: Estratégias discursivas para a ação do capital no campo**, tese de doutorado, Unesp, 2011.

SUGUIMOTO, Edson Issamu. **A Expansão da cana em Birigui e a Dinâmica Agrária Regional**, Dissertação de Mestrado (UFMS), Três Lagoas-MS, 2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)**. Série “Teses e Pesquisas”. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

THEODORO, Antônio Donisete. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: Ocupação da cobertura vegetal do cerrado**, Monografia de bacharelado, Araçatuba, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME I (parte I e II)

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME II

THOMAZ Jr, Antônio; GONÇALVES, Marcelino Andrade; OLIVEIRA, Ana Maria Soares de (Orgs). **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2007. VOLUME III (1ª edição)

THOMAZ Jr. Antônio. **Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro.** Revista Pegada – vol. 10 n.1, Junho/2009.

TSUKADA, Claudia Yuri Pereira de Sousa. **Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro sobre o desenvolvimento de municípios da Região Administrativa de Marília,** Dissertação (mestrado) Unesp, Presidente Prudente, 2011.

UNIPONTAL – **União dos municípios do Pontal do Paranapanema.** Disponível em www.unipontal.com.br, acessado em 17 de abril de 2012.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista – prefeito ou secretário da agricultura

1. A prefeitura teve participação no processo de instalação da usina no município? Houve algum tipo de incentivo fiscal?
2. Quais foram as principais mudanças ocorridas no município depois da implantação da usina?
3. Paralelamente à usina, foi implantada alguma outra atividade no município que tenha colaborado com as mudanças recentes?
4. Quais foram os impactos positivos da usina no município?
5. Quais foram os impactos negativos da usina no município?
6. Qual é a arrecadação fiscal que a usina proporciona diretamente para o município?
7. São feitas reivindicações, quanto aos serviços prestados pelo município, por parte da usina?
8. Existem usinas instaladas em outros municípios que influenciam na estrutura local?
9. Quais são os serviços urbanos mais prejudicados, diretamente ou indiretamente, pela chegada da usina?
10. Quais são os investimentos municipais para a melhoria da estrutura municipal?
11. O governo do estado de São Paulo destina ao município investimentos ligados à chegada da usina sucroalcooleira?
12. Quais são as perspectivas do município diante da ampliação da atividade sucroalcooleira na região?

Roteiro de entrevista para produtores de cana-de-açúcar:

1. Qual é o tamanho da propriedade?
2. Quando passou a produzir cana-de-açúcar para vender à usina?
3. A cana-de-açúcar é a principal atividade econômica da propriedade? Se não, qual é?
4. Qual foi a extensão da área da propriedade destinada à produção de cana-de-açúcar na safra anterior?
5. Qual é a área cultivada de cana-de-açúcar para a usina na safra atual?
6. Qual é o custo de produção por hectare?
7. Qual é a produtividade por hectare?
8. Qual é o lucro por hectare?
9. Acessou algum empréstimo para financiar a produção? Se sim, de qual fonte?
10. Tem facilidade de adquirir recursos financeiros de instituições públicas ou privadas?
11. Recebe assistência técnica de alguma instituição ou da usina para qual fornece a cana?
12. O valor pago pela usina por tonelada de cana está de acordo com o mercado?
13. Existe algum contrato que o obriga a fornecer sua produção para uma usina específica?
14. A terra que utiliza para a produção é própria, arrendada ou em forma de sociedade? Qual a proporção?
15. Em qual município está localizada a propriedade, o proprietário reside na fazenda?
16. Faz parte de alguma associação ou cooperativa?
17. Qual a principal dificuldade encontrada para o bom desempenho da produção?

Questionário para moradores

1. O que você acha da instalação de usina de cana-de-açúcar no município?
2. Alguém da sua família trabalha na usina de cana-de-açúcar?
3. Alguém da sua família cultiva cana-de-açúcar?
4. Na sua opinião, quais foram as principais mudanças positivas para o município trazidas pela usina?
5. Na sua opinião, quais foram as principais mudanças negativas para o município trazidas pela usina?
6. O que você acha da vinda dos migrantes para trabalhar na cana?
7. Como está a oferta de emprego na sua cidade com a instalação da usina?
8. Houve alteração na qualidade das estradas do município?
9. Aumentou a circulação de veículos com a instalação da usina?
10. Na sua cidade, é fácil arrumar casa para morar?
11. Houve alteração no valor dos alugueis com a vinda da usina?
12. Houve alguma mudança do atendimento na área da saúde depois da instalação da usina?
13. Houve alguma mudança do atendimento na área da educação depois da instalação da usina? (escolas e creches).

Questionário para comerciantes

1. Tipo de atividade:
2. Na sua opinião, quais foram as principais mudanças positivas para o município trazidas pela usina?
3. Na sua opinião, quais foram as principais mudanças negativas para o município trazidas pela usina?
4. O que você acha da vinda dos migrantes para trabalhar na cana?
5. Como está a oferta de emprego na sua cidade com a instalação da usina?
6. Houve alteração na qualidade das estradas do município?
7. Aumentou a circulação de veículos com a instalação da usina?
8. O que você acha da instalação da usina de cana-de-açúcar?
9. Houve alguma alteração – positiva ou negativa - na sua atividade após a implantação da usina? Qual?
10. Houve aumento ou diminuição do faturamento do seu comércio?
11. Caso a demanda tenha aumentado, você aumentou o numero de funcionários para atendê-la? Qual o numero de contratados após a instalação da usina?
12. Houve valorização dos imóveis no município depois da instalação das usinas?
13. Você considera importante a instalação da usina para o crescimento econômico do município?
14. A instalação da usina afetou a área onde seu comercio está instalado? De que maneira?
15. Na sua opinião, o município já se adaptou as demandas geradas após a instalação das usinas?
16. Se o município não se adaptou, você tem alguma sugestão para melhorias no município?

ANEXOS

Produção e número de usinas e destilarias anexas e autônomas do Brasil na safra de 1950/51.

Estados/Regiões	Produção de Açúcar (sacos de 60 Kg)	Numero de usinas	Produção de Alcool (m³)	Numero de destilarias anexas e autônomas
Pará	2.718	02	50	02
Maranhão	7.478	02	-	-
Piauí	700	01	-	-
Ceará	29.600	01	19	01
Rio Grande do Norte	140.559	04	-	-
Paraíba	570.370	08	1.858	05
Pernambuco	8.017.551	54	42.310	39
Alagoas	2.161.047	26	7.477	15
Sergipe	721.682	49	396	04
Bahia	937.929	14	-	-
Norte-Nordeste	12.589.634	161	52.109	66
Minas Gerais	992.125	34	4.832	19
Espirito Santo	108.318	02	9	01
Rio de Janeiro	3.850.595	31	26.452	21
São Paulo	6.729.784	79	51.172	55
Paraná	450.915	04	4.317	04
Santa Catarina	117.117	03	837	02
Rio Grande do Sul	-	-	249	01
Mato Grosso	24.858	06	49	04
Goiás	24.055	02	69	01
Centro-Sul	12.227.857	163	87.986	108
Brasil	24.817.491	324	140.095	174

Fonte: Extraído de BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000 e modificado pela autora.

Produção e número de usinas e destilarias anexas e autônomas do Brasil na safra de 1959/60.

Estados/Regiões	Produção de Açúcar (sacos de 60 Kg)	Numero de usinas	Produção de Álcool (m³)	Numero de destilarias anexas e autônomas
Pará	1.203	01	23	01
Maranhão	100	01	-	-
Piauí	2.500	01	-	-
Ceará	30.600	01	-	-
Rio Grande do Norte	347.011	04	42	01
Paraíba	869.974	07	4.789	07
Pernambuco	12.959.015	53	120.161	31
Alagoas	4.063.487	27	10.821	12
Sergipe	635.900	30	1.032	03
Bahia	1.223.014	10	1.600	01
Norte-Nordeste	20.132.804	135	138.468	58
Minas Gerais	2.222.530	30	9.180	15
Espirito Santo	200.537	03	215	01
Rio de Janeiro	6.154.844	28	54.536	18
São Paulo	20.859.886	94	260.903	81
Paraná	963.747	04	6.129	04
Santa Catarina	268.982	04	2.507	04
Rio Grande do Sul	-	-	-	-
Mato Grosso	23.151	07	107	04
Goiás	37.571	02	-	-
Centro-Sul	30.731.247	172	333.577	127
Brasil	50.864.051	307	472.045	183

Fonte: Extraído de BRAY; FERREIRA E RUAS, 2000 e modificado pela autora.

Distribuição das cotas em 1971 de acordo com o Ato nº 22/71 do IAA.

Estado	Cota de produção (sacos de 60 kg)	Número de Usinas
Amapá	200.000	-
Para	250.000	1
Maranhão	400.000	2
Piauí	200.000	1
Ceará	200.000	1
Rio Grande do Norte	600.000	3
Paraíba	1.626.526	7
Pernambuco	18.560.104	35
Alagoas	8.910.476	27
Sergipe	2.736.578	12
Bahia	2.299.166	8
Minas Gerais	6.583.650	15
Espirito Santo	633.474	2
Rio de Janeiro	9.569.323	27
São Paulo	42.188.539	99
Paraná	2.398.146	5
Santa Catarina	1.044.018	5
Rio Grande do Sul	200.000	1
Mato Grosso	600.000	3
Goiás	800.000	4
Brasil	100.000.000	269

Fonte: RUAS, 1996 e adaptado pela autora.

Produção de cana-de-açúcar nas safras de 2000/01 a 2011/12.

Estado	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
São Paulo	148.226.228	176.574.250	191.694.054	207.810.964	230.310.237	242.828.824	263.079.457	297.135.707	352.277.735	362.644.755	361.723.269
Paraná	19.320.858	23.120.054	23.990.528	28.508.496	29.059.588	24.809.178	31.994.580	40.369.063	44.829.652	45.578.529	43.320.724
Rio Grande do Sul	51.872	80.262	102.999	93.836	77.997	57.976	91.919	128.980	107.184	48.454	82.016
Mato Grosso do Sul	6.520.923	7.798.913	8.275.501	8.892.972	9.700.048	9.037.918	11.635.096	14.869.063	18.200.917	23.297.818	33.476.503
Mato Grosso	8.669.533	10.673.433	12.384.480	14.349.933	21.649.744	12.335.471	13.179.510	14.563.032	14.153.762	14.045.632	13.660.681
Goiás	7.163.851	8.882.275	9.832.557	13.041.232	14.006.057	14.555.819	16.140.043	20.823.570	29.806.046	40.092.429	46.204.777
Minas Gerais	10.711.456	12.230.820	14.297.603	18.915.977	14.447.155	24.583.570	29.034.195	36.083.727	41.818.865	49.923.378	56.013.604
Rio de Janeiro	3.611.400	2.947.423	4.337.274	4.577.007	5.638.063	4.799.351	3.445.154	3.831.649	3.403.412	3.259.987	2.537.723
Espírito Santo	2.566.999	2.010.903	2.605.565	2.952.895	3.900.307	3.849.092	2.894.421	3.938.744	4.373.248	4.009.626	3.524.817
Centro-Sul	206.843.120	244.318.333	267.520.561	299.143.312	328.789.196	336.857.199	371.494.375	431.743.535	508.970.821	542.900.608	560.544.114
Alagoas	24.393.790	23.124.558	22.645.220	28.757.766	26.029.770	22.254.195	18.005.490	29.444.208	27.309.285	24.269.759	28.958.180
Bahia	1.920.653	2.048.475	2.213.955	2.136.747	2.268.369	2.391.415	2.185.643	2.522.923	2.541.816	2.094.547	2.791.971
Segipe	1.413.639	1.316.925	1.429.746	1.558.891	1.465.185	1.109.052	1.011.767	1.371.683	1.831.714	1.480.831	2.058.963
Pernambuco	14.366.963	14.364.967	14.681.836	17.538.399	16.684.874	13.797.850	11.100.636	19.844.415	18.949.518	18.259.333	16.912.399
Paraíba	3.594.320	4.001.051	4.335.516	5.017.263	5.474.229	4.208.743	2.844.426	5.653.047	5.885.978	6.241.756	5.246.317
Rio Grande do Norte	2.388.270	2.064.515	2.681.857	2.614.068	2.917.677	2.356.268	1.837.071	2.047.750	3.186.768	3.515.678	2.729.169
Ceará	65.671	73.637	88.954	63.907	79.444	40.709	27.372	8.250	122.355	154.471	36.262
Piauí	248.289	273.691	284.180	322.802	349.329	492.369	706.059	689.130	900.181	1.014.076	836.696
Maranhão	799.490	1.094.115	1.105.114	1.303.509	1.275.119	844.456	1.409.523	2.134.604	2.280.160	2.209.385	2.327.485
Pará	340.403	283.406	311.492	419.514	580.999	502.316	673.897	575.525	626.865	623.409	521.847
Amazonas	186.980	201.036	255.852	250.881	267.767	252.672	224.701	318.141	303.350	211.750	346.992
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	106.292	111.252	136.690
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.834
Tocantins	0	0	0	0	0	95.314	179.316	0	55.456	45.160	238.983
Norte-Nordeste	49.718.468	48.846.376	50.033.722	59.983.747	57.392.762	48.345.359	40.205.901	64.609.676	64.099.738	60.231.407	63.175.788
Brasil	256.561.588	293.164.709	317.554.283	359.127.059	386.181.958	385.202.558	411.700.276	496.353.211	573.070.559	603.132.015	623.719.902

Fonte: Alcopar: Paraná; Unica: São Paulo; MA-DAA: Demais Estados

Rebanho bovino no Pontal do Paranapanema em 2005 e 2010.			
2005		2010	
Municípios	Número de cabeças	Municípios	Número de cabeças
Alfredo Marcondes	18.161	Alfredo Marcondes	21.106
Álvares Machado	33.000	Álvares Machado	45.089
Anhumas	47.000	Anhumas	31.195
Caiabu	37.500	Caiabu	22.089
Caiuá	63.241	Caiuá	55.058
Emilianópolis	30.000	Emilianópolis	24.732
Estrela do Norte	23.300	Estrela do Norte	20.028
Euclides da Cunha Paulista	62.229	Euclides da Cunha Paulista	61.199
Iepê	33.462	Iepê	26.088
Indiana	16.622	Indiana	15.511
João Ramalho	35.798	João Ramalho	26.653
Marabá Paulista	100.314	Marabá Paulista	85.597
Martinópolis	140.000	Martinópolis	106.859
Mirante do Paranapanema	138.232	Mirante do Paranapanema	124.998
Nantes	21.796	Nantes	16.828
Narandiba	43.500	Narandiba	18.265
Piquerobi	57.455	Piquerobi	51.033
Pirapozinho	44.800	Pirapozinho	31.184
Presidente Bernardes	95.400	Presidente Bernardes	102.503
Presidente Epitácio	121.045	Presidente Epitácio	105.860
Presidente Prudente	60.500	Presidente Prudente	54.449
Presidente Venceslau	83.443	Presidente Venceslau	67.656
Rancharia	148.125	Rancharia	122.389
Regente Feijó	33.300	Regente Feijó	30.933
Ribeirão dos Índios	18.000	Ribeirão dos Índios	20.309
Rosana	66.132	Rosana	62.542
Sandovalina	45.500	Sandovalina	31.372
Santo Anastácio	71.243	Santo Anastácio	67.292
Santo Expedito	15.000	Santo Expedito	13.194
Taciba	48.000	Taciba	35.162
Tarabai	24.750	Tarabai	22.879
Teodoro Sampaio	97.325	Teodoro Sampaio	81.877
Pontal do Paranapanema	1.874.173	Pontal do Paranapanema	1.601.929
Brasil	207.156.696	Brasil	209.541.109

Fonte: dados do IBGE, 2012.

Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema

	Município	Características
Destilaria Alcídia	Teodoro Sampaio	Grupo Odebrechet, primeira destilaria aprovada pelo PROÁLCOOL
Usina Alvorada do Oeste	Santo Anastácio	Antiga Destilaria Dalva, atualmente pertence ao Grupo Alvorada, de Minas Gerais.
Usina Alto Alegre	Presidente Prudente	Grupo Junqueira/Figueiredo (PR), Instalada no distrito de Ameliópolis, antiga Destilaria Alta Floresta.
Usina Atena	Martinópolis	Diana/Avanhadava.
Destilaria Paranapanema S/A	Narandiba	Antiga Destilaria Bela Vista, que havia paralisado suas atividades, com posterior (re) abertura, após a aquisição pelo Grupo Albertina, da região de Sertãozinho. Atualmente, participação do Grupo Norueguês Biofuel Energy Group.
Usina Conquista do Pontal	Mirante do Paranapanema	Nova unidade do Grupo Odebrecht.
Destilaria Decasa	Caiuá	Adquirida pelo Grupo Olival Tenório, de Alagoas.
Destilaria Paranapanema- Unidade II	Sandovalina	Biofuel Energy.
Usina Santa Fany	Regente Feijó	Grupo Jaques Samuel Blinder, antiga Destilaria Laranja Doce.
Usina Cocal II	Narandiba	Do grupo Cocal, de Paraguaçu Paulista.